

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FLORENCE MARCOLINO BARBOZA

**A FACE OCULTA DOS DESASTRES: VULNERABILIZAÇÃO E REMOÇÕES NO  
BAIRRO DE URURAI, CAMPOS (RJ).**

Campos dos Goytacazes - RJ

Ano 2016

FLORENCE MARCOLINO BARBOZA

**A FACE OCULTA DOS DESASTRES: VULNERABILIZAÇÃO E REMOÇÕES NO  
BAIRRO DE URURAIÁ, CAMPOS (RJ).**

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Departamento de Geografia de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel Geografia.

Orientador (a): Marco Antônio Sampaio Malagoli

Campos dos Goytacazes - RJ  
Ano 2016

FLORENCE MARCOLINO BARBOZA

**A FACE OCULTA DOS DESASTRES: VULNERABILIZAÇÃO E REMOÇÕES NO  
BAIRRO DE URURAI, CAMPOS (RJ).**

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Departamento de Geografia de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>.Dr. Marco Antonio Sampaio Malagoli (orientador)**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Silvana Cristina da Silva**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

A minha mãe,  
Com todo meu carinho

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem ele nada disso seria possível!

Aos meus pais, Márcia e David. Mãe obrigada pela luta diária, nossa família não seria nada sem você! Obrigada por me apoiarem nos meus sonhos, obrigada por sonhar comigo muitos deles. O meu amor, carinho e admiração é muito pouco perto do que sinto por vocês.

As minhas irmãs Larissa e Ana Vitória meu amor eterno por vocês, sinto falta das manhãs de sábado. Ao Raul meu sobrinho e o despertar pelo amor incondicional!

Agradeço a minhas tias, em especial Bibia, com você aprendi o significado da palavra generosidade, apesar de tudo, o meu muito obrigado e o meu amor não cabem nessas palavras.

Agradeço aos amigos e amigas que construí nesses anos de graduação, em especial Gaúcho (Alex), Negão (Armando), Bia (Beatriz), Isadora, Alex, Roberta e Pablo. Não poderia deixar de agradecer a Thais, pelas trocas acadêmicas durante grande parte da faculdade.

Agradeço a todos/as professores/as que passaram pela minha vida, mostrando como a educação é transformadora.

Agradeço aos amigos e parceiros da Atlético UFF Campos, esse sonho não seria possível sem vocês, obrigada por sonharem comigo. Fizemos algo pensando em todos e todas do nosso polo e isso muito me alegra.

Agradeço ao Marco. Mais que um professor e orientador de pesquisa e monografia. Minha admiração e respeito ao professor que me indagou à cinco anos atrás, no meu primeiro período, a ver o mundo de outra forma, obrigada pela oportunidade e por acreditar em mim, obrigada pelas conversas, pela parceria e troca de saberes, levo seus ensinamentos para além da vida acadêmica.

Agradeço ao NESA e toda sua equipe de professores, colaboradores e bolsistas. Núcleo onde fui tão bem recebida quando ainda nem fazia parte, tornou-se a minha primeira casa, dividi momentos de muito aprendizado, ensinamento e muita alegria também.

Agradeço aos companheiros/companheiras e camaradas do Movimento Estudantil. Aos camaradas que carregam a bandeira vermelha, nossa rebeldia, nossa solidariedade e a luta diária pelo socialismo continuam. Não nascemos para o silêncio, nascemos para cantar e viver outra vida, melhor e mais justa. A revolução que queremos exige muita luta, não será obra fácil, mas a união popular será nossa principal arma para vencermos.

Aos colegas de sala, obrigada pelas trocas e até pelos desentendimentos, vocês viveram comigo o sonho de cursar a universidade pública.

Agradeço a UFF- Campos, ao “orgulho do interior”, ao programa de assistência estudantil, sem ele eu e muitos outros alunos e alunas não poderiam continuar o sonho da Universidade pública. O Reuni mudou a minha vida!

Agradeço a cada funcionário da UFF.

Ao Cidac, nesses dois anos de estágio aprendi muito com toda a equipe do geoprocessamento.

A FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) pelo fomento e apoio a esta pesquisa. Desejo que as ciências humanas sejam cada vez mais valorizadas pelos órgãos de fomento à pesquisa.

A minha companheira Luna, obrigada pela companhia durante a madrugada e por não me deixar duvidar da minha capacidade. Com carinho e amor.

**Aos que passam pela incerteza,  
E pela luta diária de reexistir em novos territórios**

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso representa nosso esforço argumentativo e teórico frente a uma abordagem socioambiental dos desastres relacionados à água. Tal trabalho se estruturou na revisão teórica de conceitos, debates necessários, desafios contemporâneos, coleção de alguns discursos e entrevistas realizadas. Propomos, assim, a discussão do referencial da sociologia dos desastres frente aos discursos oficiais sobre o acontecimento dos desastres, mais especificamente as inundações, no bairro de Ururaí, município de Campos dos Goytacazes (RJ). Questiona-se a abordagem realizada pelo poder público e Defesa Civil, no contexto dos eventos que marcaram o bairro com a cheia de 2008, refletindo-se sobre os processos sociais que antecedem, e aqueles que se seguem, ao acontecimento do “dia do desastre”, destacando-se a própria dinâmica histórica e social que constrói o evento, geralmente considerado como “natural” e “fatalidade”. Noções como “área de risco” e “vulnerabilidade” são criticamente consideradas, em tal esforço argumentativo.

**Palavras-Chave:** Desastres, Vulnerabilização, Ururaí, Remoções e Direito à cidade.

## ABSTRACT

This ungraduated thesis represent our methodologic and theoretical effort against a socio-environmental approach of the disasters associated with the water. This paper work was structured by a theoretical review of the concepts, necessities debates, contemporary challenges, some speeches and performed interviews. We propose a discussion based on the sociology of the disasters against the official speeches about the occurrence disaster, being more specific, about the floods, on the neighborhood Ururai, city of Campos dos Goytacazes, (RJ). The approach performed by the public authority and the civil defense is questioned in the context of the events, which was a determinate for the people who lived in Ururai, reflecting on the social processes that precede and succeed after the “day of the disaster”, point on the social and historical dynamics itself, witch billeted the event, normally considered “natural” and “fatality”.Notions like “risk area” and “vulnerability” are critically consider in this argumentations.

**Keywords:** Disaster, Vulnerability, Ururaí, Removal and Right oh the city

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Localização do Norte Fluminense (RJ).....	62
Figura 2 Localização da área de estudo.....	63
Figura 3 Área de Inundação em Ururaí em 2008p .....	65
Figura 4 O núcleo urbano de Ururaí na inundação de 2008.....	66
Figura 5 Inundação em Ururaí em dezembro de 2008 .....	66
Gráfico 1 Percentual do fluxo de moradores para abrigos públicos.....	76
Figura 6 Fluxo de moradores desabrigados para os abrigos públicos em Ururaí, Campos dos Goytacazes (RJ).....	77
Figura 7 Área de inundação em 2013, Ururaí, Campos dos Goytacaze (RJ).....	79
Figura 8 Escombros de casas demolidas, Cabeça da Ponte.....	81
Figura 9 Restos dos escombros demolidos, Cabeça da Ponte, .....	81
Figura 10 Folder do loteamento Barra de Ururaí, Campos dos Goytacazes .....	84
Figura 11 Imagem ilustrativa da “Área verde” do loteamento.....	84
Figura 12 Famílias sendo realocadas no “Morar Feliz” da Penha.....	89
Figura 13 Fluxo de saída e retorno das famílias da localidade Ururaí em direção aos conjuntos habitacionais “Morar Feliz” em 2011.....	92
Figura 14 Placa na primeira rua do “Morar Feliz” da Penha.....	95
Figura 15 Casas com o segundo andar em construção, Cabeça da Ponte .....	98

## **LISTA DE SIGLAS**

NESA - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

CNPQ - Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFScar - Universidade Federal de São Carlos

CIDAC - Centro de Informações e Dados de Campos

EMHAB - Empresa Municipal de Habitação

NEPED - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>18</b>
<b>1 O DESASTRE COMO OBJETO DE ANÁLISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS ...</b>	<b>22</b>
1.1. A teoria dos <i>Hazards</i> .....	23
1.2. A teoria dos Desastres .....	24
1.3. Contribuições da sociologia dos desastres .....	26
1.4. O campo da sociologia dos desastres no contexto brasileiro .....	31
<b>2. DESASTRES E A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>35</b>
2.1. A produção desigual do espaço urbano brasileiro .....	35
2.2. Segregação socioespacial dos vulnerabilizados .....	39
<b>3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E DEBATES NECESSÁRIOS .....</b>	<b>43</b>
3.1. Problematizando a noção de <i>risco</i> na contemporaneidade .....	43
3.2. Da noção de <i>risco</i> a noção de <i>vulnerabilidade</i> .....	47
3.3. Ambientalização da cartografia do risco .....	53
<b>4 DESTERRITORIALIZAÇÕES E OS DESASTRES EM URURAI.....</b>	<b>58</b>
4.1. Contextualização socioambiental do desastre em Ururái, Campos dos Goytacazes (RJ) .....	59
4.2. Território: considerações e abordagens .....	65
4.3. Repensando a desterritorialização .....	69
4.4. Do desastre a desterritorialização.....	72
<b>5. A LUTA DOS REMOVIDOS PELO DIREITO À CIDADE.....</b>	<b>85</b>
5.1. Dinâmica de enfrentamento pós desastre: O destino dos desterritorializados, o “Morar Feliz” da Penha .....	85
5.2. O desafio das novas territorializações: O acesso à moradia.....	88
5.3. Lugar vivido e percebido pelos removidos .....	98
5.4. A luta pelo direito à cidade: o despertar do movimento justiça ambiental.....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

A ideia de pesquisa que aqui apresento é, em parte, resultado da minha trajetória na iniciação científica proporcionada pelas pesquisas já desenvolvidas pelo meu orientador Marco Malagoli e, alimentadas pela minha inserção no Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da UFF-Campos (NESA), e pela aproximação com as famílias que vivenciam as consequências desastrosas do modelo dominante de “desenvolvimento”.

O NESA caracteriza-se por ser um núcleo interdisciplinar e interinstitucional com estudos e pesquisas no campo socioambiental e, tem por objetivo contribuir com a sociedade e o meio acadêmico-científico. Meu primeiro contato com o NESA foi proporcionado pela minha passagem como monitora na disciplina “Sociedade, Cultura e Natureza” ministrada pelo meu orientador professor Marco Malagoli, vice-coordenador do núcleo. Durante a minha passagem pela monitoria tive a oportunidade de cursar a disciplina pela segunda vez, o que despertou o meu interesse pela questão ambiental contemporânea. Foi no convívio do dia a dia com o NESA enquanto monitora que passei a ter contato com as abordagens do núcleo e foi ali entre estudos de um texto e outro para a monitoria que vivenciei teoricamente discussões sobre a questão ambiental, movimento ecológico, conflito socioambiental, “desastres naturais”,... O fascínio por desastres vem de longe, reconheço que foi no NESA e no contato com as pesquisas já desenvolvidas pelo Professor Marco e pelo Núcleo que, pela primeira vez presenciei o debate acerca dos desastres para além do aspecto “natural” ou “físico”, percebo o quanto esse contato me inspirou a ver a própria geografia com outras “lentes”<sup>1,2</sup> e o quanto me inspira hoje.

Após minha passagem pela monitoria, meu primeiro contato com a iniciação científica foi substituindo uma bolsista em uma pesquisa já iniciada, intitulada como “Construção social da percepção de risco e vulnerabilidade social e mecanismos de injustiça ambiental no

---

<sup>1</sup>Utilizaremos neste trabalho o termo “Trocar as lentes” entre aspas ao fazer referência à abordagem que Isabel Carvalho faz em seu livro “Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico”, ao colocar que, “um bom exercício para renovar nossa visão de mundo é, às vezes, trocar as lentes, para ver as mesmas paisagens com olhos diferentes [...]. Podemos fazer isso questionando conceitos já estabilizados em muitos campos da experiência humana, criando, dessa maneira, espaços para novos aprendizados e para a renovação de alguns desses pressupostos de vida” (CARVALHO, 2008, p. 34).

<sup>2</sup>A nossa visão de mundo é uma construção social mediada por lentes culturais. Ela constrói e interpreta a realidade a partir dos instrumentos fornecidos pela cultura. Para a antropóloga Ruth Benedict (1972) “*a cultura é como uma lente através do qual o homem vê o mundo*”.

contexto histórico do bairro de Ururáí, Campos dos Goytacazes”. E foi na inserção dessa pesquisa que comecei a me questionar, sobre os desdobramentos e enfrentamento do desastre (durante e após sua ocorrência) por parte das famílias em eventos vinculados às inundações que ocorrem no bairro Ururáí, diante da atual dinâmica das políticas públicas que se promovem neste contexto. Isso me levou ao questionamento central para uma nova pesquisa, compreender em que medida as famílias que sofrem com as inundações estão vivenciando um processo de (des)territorialização e enfrentando o desafio das novas territorializações. Esta pesquisa foi aprovada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ/PIBIC), intitulada como “Do desastre ao processo de (des)territorialização: O contexto das inundações em Ururáí, Campos dos Goytacazes”.

Tal questionamento se fundamentava na hipótese que as famílias (des)territorializadas após perderem suas moradias, enfrentam o desafio de (re)construir suas vidas em novos territórios. Portanto, os questionamentos iniciais foram: as famílias afetadas pelas inundações em Ururáí estão vivenciando o processo de (des)territorialização? Quais os maiores desafios das famílias na (re) construção de suas vidas em novos territórios? Qual a legitimidade do discurso técnico das “áreas de risco”? Tais questões foram norteadoras para a pesquisa, e fundamentais para o levantamento de tantos outros questionamentos no decorrer desta pesquisa.

Para começar a compreender a realidade dos desastres que afetam grande parte das famílias brasileiras, partimos da reflexão do nosso principal referencial teórico, a sociologia dos desastres, que aborda os desastres como um fenômeno não somente natural, mas também social, ou seja, socialmente construído. Partindo desse pressuposto, os desastres relacionados às inundações poderiam ser estudados pela geografia visto que tais eventos podem nos revelar processos capazes de (re)configurar assim o espaço geográfico.

Para compreender o contexto brasileiro dos desastres relacionados à água, há de se relacionar a questão da desigualdade no Brasil e a omissão no tratamento com as populações mais pobres. Entretanto, o que ocorre é a naturalização das desigualdades sociais, deixando-se de lado a discussão da criação histórica de tais desigualdades. Faz-se necessária a abordagem dos desastres, para além dos fenômenos naturais. Precisamos, portanto, compreender que os desastres não são somente um problema da natureza, mas resultado da relação intrínseca entre o natural e o social. No entanto, a desnaturalização dos desastres não é, de modo algum, a negação do fenômeno natural. O que está aqui colocado é que a naturalização dos desastres se

torna uma camuflagem ideológica para as dimensões sociais dos desastres, ao colocar soluções objetivistas e tecnicistas no planejamento e gestão dos desastres.

No decorrer da pesquisa outras indagações e problematizações foram se mostrando atreladas ao nosso objetivo central para compreender os acontecimentos vinculados às inundações que ocorrem no bairro de Ururaí, mas não deixando de lado nossos questionamentos iniciais. Ao participar do Simpósio promovido pelo Curso de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental, na USP/ São Carlos (2015) apresentando o “Do desastre ao desafio das novas territorializações: O contexto das inundações em Ururaí, Campos dos Goytacazes”, fui questionada pelos revisores sobre o uso do termo “vulnerabilidade social”, levando-me a problematizar a imagem estigmatizada das famílias empobrecidas afetadas pelas adversidades dos desastres.

A partir das narrativas das famílias afetadas pelas inundações em Ururaí, minha tentativa hermenêutica diante das histórias contadas, histórias vividas pelos sujeitos sociais, tendia a colocar a “vulnerabilidade social” como fator responsável pelas desterritorializações em Ururaí, reforçando a imagem marginalizada das famílias em “áreas de risco”, responsabilizando tais sujeitos sociais pelas moradias nessas áreas, o que me afastava da análise crítica da realidade das famílias afetadas pelos desastres e da produção histórica das desigualdades socioambientais. E percebi que mesmo sendo seres dialéticos ao compreendermos as contradições da realidade, reproduzimos diariamente de forma inconsciente discursos ideológicos dominantes.

Não por acaso, percebi a necessidade de “trocar as lentes” para o contexto aqui abordado. E é no contato com as famílias que enfrentam as adversidades dos desastres e, no medo presente em suas narrativas que o tema abordado nesse estudo ganha materialidade.

Deparo-me então com inquietações referente a produção da vulnerabilização das famílias afetadas pelos desastres, e a falta do protagonismo dos sujeitos sociais nas esferas políticas desse contexto, revelando a negação dos direitos civis, políticos e sociais pelo Estado.

Portanto, o objetivo inicial da presente pesquisa foi compreender a percepção pelas famílias que enfrentaram o desastre de 2008 em Ururaí, indagando-nos pela adequação do uso das noções de *vulnerabilização* e *desterritorialização* na interpretação desse acontecimento. Deste modo, propomos neste trabalho uma melhor compreensão sobre o enfrentamento dessa situação a) pelas famílias removidas para os abrigos temporários, b) deslocadas para o conjunto habitacional “Morar Feliz”, c) que vivenciam a experiência do aluguel social e, d) que retornaram a Ururaí no da (re) construção de suas vidas em novos territórios. Motivou-

nos ao longo da pesquisa o combate e a denúncia do discurso hegemônico das “áreas de risco”, isto é, a naturalização do perfil locacional das famílias “sob o risco” ao invés do reconhecimento de que estão submetidas à maior probabilidade de sofrerem com a distribuição desigual dos riscos. Mas, sobretudo, interessou-nos contribuir no avanço do debate e na desconstrução de tais discursos dominantes, pois no contexto brasileiro, o campo dos desastres abordado pela geografia é quase sempre estudado a partir dos fenômenos naturais, poucos são os estudos no campo da ciência geográfica que abordam as dimensões sociais, territoriais e políticas dos desastres.

Portanto, adiantamos que a presente pesquisa não tem como questão principal resolver nenhum debate, mas sim aprofundar e alimentar o debate sobre as *vulnerabilidades* enfrentadas pelas famílias removidas e nos orientar a compreender como tais famílias produzem suas práticas sociais e espaciais em novos territórios. Mas, sobretudo, compreender o desastre para além da cartografização dos riscos e dos discursos dominantes que acabam por naturalizar as práticas institucionais e políticas, ameaçando a territorialização dos mais pobres e, gerando situações de injustiça ambiental. Pois ao buscarmos a materialidade do objeto, constatamos que os fatores necessários para a produção social das famílias removidas em novos territórios são condicionados por políticas públicas e práticas institucionais

Deste modo, esse trabalho está dividido em cinco capítulos : o primeiro capítulo abordará a contribuição da sociologia dos desastres na produção social do pensar sobre os desastres; assim, proponho a exposição de duas grandes teorias analíticas, a teoria dos *hazards* e a teoria dos desastres, suas diferenças, contribuições metodológicas, e conceituais no campo dos desastres.

No segundo capítulo abordamos a produção do espaço urbano; a construção do capítulo está na necessidade de compreender quem são os agentes que produzem e reproduzem a cidade desigual tal qual conhecemos.

No terceiro capítulo propomos ilustrar o nosso esforço argumentativo e teórico acerca dos debates contemporâneos sobre *vulnerabilidade* e construção social do *risco*, no que estes se articulam com supostas dinâmicas de vulnerabilização das famílias afetadas pelos desastres.

No quarto capítulo procuramos elucidar o campo das desterritorializações pelo desastre em Ururáí. O objetivo do capítulo é discutir e analisar em que medida algumas das famílias que sofrem com as inundações estão vivenciando uma desterritorialização. E, sobretudo, compreender de qual território estamos falando ao abordarmos o processo de desterritorialização.

E no quinto e último capítulo faremos uma revisão bibliográfica da expressão o *direito à cidade* (expressão formulada por Lefebvre) das famílias removidas para o “Morar Feliz” do Bairro da Penha, quando buscaremos elucidar outra face oculta dos desastres, concluindo nosso esforço interpretativo sobre tal acontecimento.

Em função deste contexto, escolhi produzir um texto narrativo em que a exposição não apagasse as marcas da trajetória que nos levaram ao desenvolvimento nesses anos de pesquisa, mas que demonstrasse as indagações e problematizações que guiaram nossa pesquisa, na tentativa de contribuir com o aprofundamento da análise socioambiental crítica sobre o enfrentamento das vulnerabilidades pelas famílias removidas. Sobretudo, esperamos contribuir com aqueles ou aquelas que atuam ou tenham interesse na temática dos desastres, e principalmente, colaborar para a construção de um saber geográfico crítico sobre tais fenômenos para além dos aspectos “naturais”, objetivistas, tecnicistas e a-históricos.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral deste estudo que aqui apresento é construir uma interpretação dos acontecimentos no contexto das inundações em 2008 em Ururá a partir das narrativas das famílias que após passarem pela experiência do abrigo público foram removidas das “áreas de risco” para o conjunto habitacional “Morar Feliz” da Penha. Para o recorte de nosso objeto de estudo delimitamos tal acontecimento a partir das remoções forçadas praticadas pelas políticas públicas municipais pós desastre.

Este estudo teve como mirante de análise o caráter qualitativo, que tornou-se possível a partir da construção de diálogos com moradores que sofreram com as enchentes em Ururá e com as famílias que foram deslocadas para as novas moradias (seja conjunto habitacional, aluguel social, o retorno às áreas de origem ou a permanência no conjunto habitacional). Isso nos possibilitou conhecer diferentes visões, práticas e discursos de moradores frente as inundações.

Os caminhos percorridos para a realização deste estudo começaram com a revisão bibliográfica sobre o tema acerca dos desastres e a geografia, pesquisa documental e análise do banco de dados do NESA. O primeiro contato com a dimensão empírica da pesquisa aconteceu em colaboração com as pesquisas já desenvolvidas pelo professor Marco, acompanhando-o em uma série de entrevistas realizadas em Ururá, entre 2014 e 2015, em sua maior parte direcionada para a compreensão do contexto histórico da localidade, e da vivência das cheias que aconteceram no final de 2008. Após esse meu primeiro contato com a dimensão empírica, já como bolsista de iniciação científica do NESA, comecei a integrar a equipe NESA e assim presenciei o desenvolvimento de outras pesquisas de caráter quantitativo na mesma temática e localidade (aplicação de questionários) desenvolvidas pelo NESA, tais como o Projeto “Cartografias socioambientais e mapeamento de áreas de risco de inundações no Norte Fluminense: Subsídios a elaboração de sistemas de Alerta”, pesquisa âncora do Núcleo. A aplicação dos questionários aconteceu nas localidades da Ilha e Cabeça da Ponte, que segundo alguns depoentes são as localidades que mais sofrem com os processos de inundações recorrentes em Ururá.

Este segundo contexto empírico foi o ponto pé inicial para a minha trajetória como estudante/pesquisadora em (voô solo), parte dos caminhos percorridos pela minha iniciação científica aconteceram após esse primeiro contato com os moradores, o que foi bastante

importante, pois foi possível construir uma relação de respeito e confiança; os moradores se sentiam “familiarizados” com a minha presença na localidade, assim então comecei a construir a rede de entrevistados da pesquisa. A construção de uma possível rede de entrevistados em Ururáí usou como critério a busca e seleção de moradores que: i) passaram pela experiência de um ou mais abrigos públicos, ii) que ficaram aproximadamente de um a três meses nos abrigos, iii) que tiveram suas moradias demolidas pela Defesa Civil, iiiii) que foram deslocados para o “Morar Feliz” da Penha e v) retornaram. A primeira etapa da nossa pesquisa empírica aconteceu em Ururáí, com moradores da Ilha e da Cabeça da Ponte, constitui-se em entrevistas e gravação de áudio, que foi depois transcrito. Essa etapa aconteceu após a identificação dos moradores que passaram pelos abrigos; que tiveram suas casas interditadas ou demolidas pela Defesa Civil e que foram deslocados para o Morar Feliz e retornaram, na aplicação dos questionários (pesquisa NESAs) por mim. O questionário foi o primeiro contato, após isso agendei as primeiras entrevistas.

Apesar dessa etapa ter sido a primeira em caráter empírico da nossa pesquisa, é preciso destacar entrevistas anteriores que tive a oportunidade de acompanhar e colaborar, realizadas pelo meu orientador e que alimentaram minhas primeiras inquietações. A primeira aconteceu com o presidente da associação de moradores do bairro de Ururáí em data/ano, para que se pudesse compreender a percepção que supostamente representava a visão de parte dos moradores frente aos desastres e aos riscos futuros. A segunda entrevista aconteceu na forma de uma roda de conversa em fevereiro de 2015 com convidados pela associação para que colaborassem na pesquisa do NESAs (paralelamente, no mesmo momento e local, ocorria a aplicação de questionários por nossa coordenadora e outros integrantes do NESAs), entre eles alguns que ficaram desalojados e que foram para casa de familiares no evento de 2008. A terceira aconteceu com o padre responsável pela paróquia de Ururáí entre 2008 e 2009 e que se tornou figura bastante importante no dia do desastre e no pós desastre, vindo dele a solicitação para que professores da UFF se envolvessem mais com a questão, desde então. E a quarta entrevista foi realizada com outros dois antigos moradores do bairro

O primeiro passo foi identificar e selecionar as famílias a serem entrevistadas na nossa pesquisa, e isso aconteceu a partir da aplicação dos questionários (pesquisa NESAs), após essa etapa de coleta de “dados”, nosso objetivo foi realizar as entrevistas com os moradores às margens do Rio Ururáí (localidade Ilha e Cabeça da Ponte) para obter informações que não foram possíveis com os questionários dos depoentes, assim eu planejei *entrevistas focalizadas* (GIL, 1999) para compreender a percepção de cada depoente sobre as cheias de 2008 e as experiências vivenciadas no pós “ dia do desastre”. Portanto, eu realizei entrevistas com; dois

depoentes do sexo masculino e nove depoentes do sexo feminino, entre eles uma idosa e duas crianças, as entrevistas aconteceram entre dezembro de 2015 e abril de 2016.

É preciso destacar a percepção que tive do medo de alguns depoentes. A alguns moradores optaram por não se identificar por medo de uma possível retaliação por parte da prefeitura; muitos, mesmo com minha apresentação formal como estudante-bolsista da Universidade Federal Fluminense (incluindo um cartão de identificação estudantil) se mostraram receosos. Era visível a preocupação de algumas pessoas quanto à divulgação de seus nomes e do conteúdo da entrevista. O que nos parece é que o medo dessas famílias diz respeito ao receio de que algo que dissessem pudesse ser usado pelas políticas públicas de remoção para deslocarem as famílias das “áreas de risco” para lugares distantes.

Após a construção da possível rede de depoentes em Ururá, a próxima etapa foi tentar entrevistar representantes do poder público ou gestores associados às secretarias que atuam diretamente naquele contexto (Habitação, Assistência Social, entre outras). Não tendo conseguido realizar este plano inicial, uma única entrevista aconteceu na Empresa Municipal de Habitação (EMHAB) com duas assistentes sociais simultaneamente envolvidas nas políticas públicas (cadastramento) que realocaram as famílias no programa “Morar Feliz”. A entrevista foi agendada previamente, e o contato foi feito anteriormente por indicação de uma colega de trabalho no Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC). A entrevista aconteceu com a duração de 40 minutos, e percebi certo receio em algumas das falas, mas foi fundamental para compreendermos a percepção de funcionárias envolvidas na gestão de processos de remoções das famílias para o “Morar Feliz”.

Durante essas etapas eu pude integrar a equipe NESA no citado projeto de pesquisa me despertando para a pesquisa envolvendo produtos cartográficos. Tal trajetória foi alimentada pela minha vivência como estagiária no Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC), onde pude aperfeiçoar o meu aprendizado ao longo da graduação na confecção de mapas cartográficos, colaborando com o NESA, pois os mapas utilizados nesse estudo foram confeccionados com a minha co-autoria, sendo também utilizados por mim na produção da minha iniciação científica e apresentações em eventos.

Passadas estas etapas das entrevistas em Ururá e com as assistentes sociais na EMHAB, a próxima etapa se dirigiu para o “Morar Feliz” da Penha, com o objetivo de tentar localizar as famílias que foram deslocadas para este bairro oriundas de Ururá. O grande desafio na Penha foi a falta de contato para me guiar nas buscas pelos moradores. Em minha primeira ida a campo no bairro era como tentar encontrar “agulha no palheiro” o lado positivo foi que conheci os comércios locais e pude colecionar *entrevistas informais* (GIL, 1999), a

simples conversação com comerciantes e moradores presentes dentro do comércio que se interessaram pelo assunto foram de caráter exploratório, visando compreender uma realidade pouco conhecida por mim; sobre o bairro, o “Morar Feliz” e a receptividade dos moradores locais com os novos moradores.

Na minha segunda ida à Penha eu contei com auxílio de um morador local que me ajudou nas buscas de outros moradores, ajuda esta que foi bastante importante, pois conseguimos localizar e identificar sete famílias da localidade da Ilha em Ururá que foram removidos para a Penha. As entrevistas com os primeiros moradores aconteceram sem agendamento, e foi se desenrolando no portão da moradia do depoente até que estes me convidavam para entrar. Duas entrevistas foram agendadas (avisando dia e horário que os responsáveis estariam na residência) com os filhos dos responsáveis. A rede de entrevistados da Penha foi sendo construída inicialmente com o apontamento dos comerciantes; assim que localizamos a primeira família, estas foram indicando as outras-

Foram, portanto, onze entrevistas em Ururá, uma na EMHAB, e sete na Penha. Sendo assim, treze depoentes do sexo feminino e cinco depoentes do sexo masculino. As entrevistas contribuíram com alguns apontamentos que serão desenvolvidos no decorrer do trabalho. Mas cabe salientar que não se buscou representatividade nas entrevistas em termos quantitativos, em cada contexto citado, e também que não pudemos avançar no delineamento mais aprofundado que se exigiria de uma pesquisa qualitativa (GIL, 1999). As entrevistas, portanto, tiveram: i) caráter informativo da trajetória e condições de vida de alguns moradores apenas, ora (re)alimentando nossas hipóteses iniciais (analogia ou conexão de eventos, fenômenos), ora se mostrando metodologicamente insuficientes em relação a elas; ii) favoreceram nossa interpretação, na aproximação com o campo teórico, ainda que de forma precária e incompleta, sobre conceitos e noções importantes na temática (*des-re-territorialização, vulnerabilização*); e iii) levantaram algumas contradições quanto à avaliação das condições de vida no “Morar Feliz” da Penha, provocando novas hipóteses.

## 1 O DESASTRE COMO OBJETO DE ANÁLISE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Buscando compreender o debate acerca dos desastres e sua construção conceitual, os fragmentos deste capítulo têm como proposta a contextualização teórica sobre a construção social dos desastres, apresentando a grande contribuição da sociologia dos desastres no debate.

Na pesquisa e escolha de nossas referências teóricas para o estudo das inundações em Ururaí, localidade pertencente ao município de Campos dos Goytacazes (RJ), a sociologia dos desastres tem sido o nosso principal referencial teórico no campo dos desastres. Portanto, na intenção de contribuir com o debate acadêmico, propomos uma abordagem com perspectiva social e política acerca dos desastres, diferente da tradicional abordada pelas ciências da “natureza”.

O cenário dos desastres expressa uma das mais dramáticas experiências vivenciadas por parte da população mais afetada por suas adversidades. Se por um lado, os desastres merecem maior atenção, pois afetam e afetarão cada vez mais grande parte da população, por outro lado, exige-se a importância em analisar os desastres enquanto questão ambiental contemporânea, seus conflitos e injustiças ambientais presentes em seu contexto.

Desta forma, o contexto social dos desastres é um debate necessário na questão ambiental contemporânea. Para Malagodi o debate valoriza a importante análise sobre os desastres no contexto brasileiro, o que nos revela a importância da emergência e o desafio acerca da produção interdisciplinar dos saberes socioambientais. A compreensão sobre a problemática ambiental aparece no âmbito das relações entre sociedade e natureza, mostrando a própria construção social<sup>3</sup> dos desastres.

---

<sup>3</sup> O autor Hannigan (1995) e o autor Yearley (1996) apresenta-nos a teoria socioconstrucionista, o autor ressalta que, em geral, os problemas ambientais são em alguns aspectos semelhantes aos problemas sociais, por isso, uma das principais discussões relacionadas à análise construcionista dos problemas sociais e dos problemas ambientais, aponta uma restrição a essa abordagem na medida em que destaca sua relatividade, uma vez que a análise desses problemas é construída a partir da forma como os indivíduos compreendem e determinam sua visão de mundo e, portanto, corre-se o risco de algum problema grave seja ocultado. Por outro lado, o autor destaca que no tratamento de tais problemas a perspectiva socioconstrucionista apresenta algumas vantagens frente as demais perspectivas da sociologia ambiental, tal abordagem, contribui para o reconhecimento de que os problemas ambientais (nessa malha teoria parece-nos indicar os desastres) são definidos através dos processos sociais, políticos e culturais, isto é, através da construção social (HANNIGAN, 1995 *apud* BATATA; SIQUEIRA, 2006, p. 07).

No entanto, ao analisarmos o debate acerca dos desastres, veremos que os estudos são recentes. Segundo Quarantelli (1998), somente a partir da segunda guerra mundial estudos nesse campo começaram a ser produzidos. Entretanto, mesmo antes desse período, tem-se o registro de desastres de grande magnitude, como, por exemplo, a destruição de Pompéia, cidade do antigo Império Romano, pela erupção do monte Vesúvio, no ano 79 D.C. com mais de 20 mil mortos, um dos desastres mais antológicos da história (MARSHALL, 2016).

Proponho aqui a exposição de duas grandes teorias analíticas, a teoria dos *hazards*, influenciada por certa ótica geográfica ao considerar prioritariamente os aspectos físicos do evento; e a teoria dos desastres, sob a ótica sociológica ao considerar os aspectos sociais do evento (MATTEDI e BUTZKE, 2001, p. 03). Portanto, interessa-nos, ao longo deste capítulo esclarecer os principais argumentos teóricos e metodológicos acerca da produção dos desastres.

### **1.1. A teoria dos *Hazards***

Segundo Mattedi e Butzke (2001), *hazards* são compostos por uma dimensão natural e uma dimensão social, podendo ser considerados como uma complexa rede de fatores físicos que interagem com a realidade cultural, política e econômica. A emergência da teoria dos *hazards* foi influenciada pelo pressuposto de que há um agente externo ameaçador (chuva), e o impulso inicial das pesquisas dessa teoria remonta ao trabalho do geógrafo norte americano Gilbert White (MATTEDI; BUTZKE, 2001). Em sua formulação original, a teoria dos *hazards* era atribuída ao conjunto de abordagens que priorizam a dimensão física dos eventos em suas análises. Isto é, segundo os autores, a teoria considerava elementos do ambiente físico como prejudiciais ao homem, sendo os eventos extremos causados por um agente externo ameaçador (idem, p. 04). Neste período, os autores destacam que grande parte das pesquisas sobre enchentes limitavam-se a pesquisas de engenheiros preocupados em reduzir os impactos através de medidas estruturais. Gilbert White ressaltou que tais medidas não eram suficientes para minimizar os danos, levando a criação de um grupo de estudo em Ohio, na Universidade de Chicago, em 1956, com objetivo de estudar os problemas das enchentes (MATTEDI; BUTZKE, 2001).

A formulação original da teoria dos *hazards* limitava-se a considerar o agente externo ameaçador (chuva) de forma isolada, como único princípio e modo explicativo para os eventos. Existia uma grande dificuldade naquele momento em caracterizar, de forma

integrada, o aspecto físico e a dimensão social aos desastres. Evidentemente, era necessário compreender não apenas as consequências dos desastres, mas os fatores que antecedem o problema. Entre as concepções que influenciaram tal abordagem está a “crença de que ao conhecermos as diferentes magnitudes, frequências e durações dos eventos poderemos melhor compreender o comportamento humano frente aos perigos” (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012a). A solução, de acordo com Mattedi e Butzke (2001), “para a caracterização do aspecto físico foi estabelecer uma classificação para os diferentes tipos de *hazards*, como, por exemplo, considerando os: i) Mecanismos físicos, ii) Distribuição temporal, iii) Distribuição espacial, iiiii) Dinâmica de eclosão”. Sob essa ótica da caracterização das dimensões físicas, os autores entendem que “uma inundação ou uma queimada pode ser interpretada como um fenômeno que ocorre de forma independente da estrutura social” (idem, p.06) colocando assim, todo o enfoque no agente externo (em nosso contexto, na chuva). Mas é justamente este arranjo conceitual que julgam equivocado: “um evento geofísico extremo, quando não afeta atividades humanas, não constitui, evidentemente, um *Hazard*”. Ou seja, de acordo com (AVILA; MATTEDI, 2015) o paradigma dos *hazards* considera os desastres como um problema para a sociedade, vistos enquanto fenômenos externos a sociedade.

## 1.2. A teoria dos Desastres

Ao procurarmos as origens do conceito de desastre, Mattedi e Butzke (2001), nos mostram que é grande a diversidade de propostas metodológicas acerca do campo de estudo. O termo desastre, “tem sido empregado para a caracterização de todo tipo de infortúnio súbito, inesperado ou extraordinário” (idem, 09). Nessa direção, concordando inicialmente com a necessidade de precisar melhor o termo, como fazem estes autores, compreenderemos o desastre aqui, como “(...) um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, que altera o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade. Estes acontecimentos são provocados por uma grande variedade de agentes naturais ou criados pelo homem (...)” (idem, p. 09). Segundo os autores, o conceito de desastre evoca uma relação específica entre sociedade e natureza, ao enfatizar a dimensão social do evento.

No entanto, salientamos que foi somente no final da década de 1970, com os sociólogos norte-americanos Enrico Quarantelli e Russel Dynes, que os desafios acerca dos estudos sobre desastres foram sistematizados em algumas das principais teorias, confrontando assim o paradigma do agente externo como causa única para explicação dos desastres

(MATTEDI; BUTZKE, 2001). Como por exemplo: a preocupação com a organização social, aumento da utilização de sistemas de análises sobre comportamento coletivo e organizações complexas, maior ênfase ao período pré impacto para a compreensão das mudanças estabelecidas nos períodos pós impacto, e maior foco nas consequências de longo prazo e a produção de modelos teóricos (idem). Tais teorias favoreceram o desenvolvimento de estudos voltados para a característica da dimensão social impactada e, nos padrões de respostas da população afetada (idem). Segundo os autores, Drabeck, argumenta que os padrões de respostas da população apresentam duas dimensões, uma temporal e outra estrutural. A dimensão temporal estaria dividida em quatro fases (preparação, reação, recuperação, mitigação), e a dimensão estrutural estaria dividida em seis esferas (individual, grupal, organizacional, comunitária, nacional, internacional) (DRABECK, 1986 *apud* AVILA; MATTEDI, 2015, p. 06)<sup>4</sup>.

Neste sentido, Wenger *apud* Mattedi e Butzke (2001, p.12), coloca que “o padrão de resposta da população é determinado no contexto pré desastre por dois fatores: o primeiro é pelo tipo de integração e conflitos existentes no período de normalidade e o segundo pela experiência acumulada na confrontação da crise”. De acordo com os autores, esses dois fatores indicam a importância da dimensão social nos estudos sobre desastres para além da dimensão “natural”. Ainda segundo eles, outras abordagens afirmavam que o contexto pós desastre é influenciado pelo contexto pré desastre, e tal análise está concentrada na extensão da análise pós desastre para o pré desastre, colocando a ênfase nos aspectos sociais. Isto é, a estrutura social e sua organização influenciam no grau de vulnerabilidade da população em eventos disruptivos de tipos e intensidade variados (idem p. 12). Essas proposições radicalizaram a ideia de que os desastres não podem ser considerados ou estudados enquanto fator externo ou isoladamente do contexto social.

A materialidade do desastre, para Mattedi e Butzke (2001) expressa de forma inevitável a “vulnerabilidade social”. Percebemos assim, a importância do debate acerca do paradigma da *vulnerabilidade* na teoria dos desastres, motivo pelo qual nos aproximamos desta teoria. No contexto dos grupos afetados pelo desastre o conceito de *vulnerabilidade* pode ajudar a esclarecer a desigual exposição aos fatores de ameaça (VALENCIO, 2009).

Contudo, ao analisarmos o debate acerca dos desastres numa dimensão social e política são relativamente recentes ao compararmos a abordagens em outras ciências.

---

<sup>4</sup> DRABECK, T. E. Human system responses to disaster: an inventory of sociological findings. New York: Springer-Verlag, 1986.

Malagodi e Siqueira (2012) afirmam que há um grande incentivo à produção de estudos no campo dos desastres a partir da perspectiva “natural” com abordagens objetivistas (objetivas) e tecnicistas, sendo que a própria ciência geográfica tem mais produções de pesquisas nas vertentes da geografia física. Entretanto, o mesmo não ocorre com estudos que se propõem a realizar uma análise das dimensões sociais, políticas e territoriais dos desastres. Mesmo com a falta de incentivo no campo de pesquisa nessas dimensões, a sociologia dos desastres tem oferecido diversas contribuições e incentivo a estudos no campo dos desastres a partir das dimensões sociais, históricas e políticas. Todavia, há muito o que se fazer ainda, se fazendo necessário abordagens para além dos aspectos “naturais”, e das ações e práticas tecnicistas.

### **1.3. Contribuições da sociologia dos desastres**

Como já salientado na introdução, nossa principal orientação metodológica e conceitual é a sociologia dos desastres e é importante reconhecer sua contribuição. Entretanto, Roberto do Carmo (2012), afirma que no contexto brasileiro ainda existe um número reduzido de cientistas sociais que abordam o campo dos desastres pelo viés sociológico, geógrafos então, o número é menor ainda. Nesse sentido, esse subitem irá abordar parte da produção internacional até chegarmos à abordagem da produção brasileira, ilustrando-a a partir de obras coordenadas pela Professora Norma Valencio, que configurou-se como um marco relevante no campo dos estudos dos desastres no contexto brasileiro. Embora tal produção contribua com uma ampla discussão do tema, Valencio (2012) coloca que há convergências possíveis em torno da definição do termo desastres, onde o delineamento do objeto das inúmeras pesquisas poderia percorrer um traçado e aspirar à identificação de regularidades. Alguns consensos foram possíveis, mas proliferam ainda distinções interpretativas. Tais distinções, para a autora, de alguma forma, tem iluminado por diversos ângulos, a interpretação dos acontecimentos relacionados a desastres nas sociedades complexas.

Na perspectiva da sociologia dos desastres, Valencio (2009) identifica que o desastre deve ser compreendido a partir da própria organização social, isto é, compreendemos o desastre aqui como um fenômeno construído socialmente. O fator externo (a chuva) é somente o prenúncio para o “período de crise social”, pois compreendemos que não é o fator externo (chuva) que desabriga e desterritorializa as famílias, ao afetar suas territorialidades “precárias”. Evidentemente, segundo esta orientação metodológica os desdobramentos do desastre devem ser compreendidos na própria dinâmica social da sociedade, de modo que, a

materialidade do desastre quando aliada ao agente natural e social, provoca uma desordem na rotina de uma sociedade e o desarranjo na configuração do espaço geográfico (VALENCIO, 2010).

Confrontar o paradigma do *agente externo* tem sido uma tarefa desenvolvida por Quarantelli desde a década de 1970, pioneiro nos estudos sobre desastres no Ocidente, que em 1998 publicou o livro “*What is a Disaster? Perspectives on the Question*”, propondo dialogar com diversos estudiosos de diversas áreas, que assim contribuíram com o debate acerca do desastre enquanto objeto legítimo de estudo das ciências sociais. Quarantelli reafirmou que, embora houvesse diferenças teóricas nas abordagens presentes no campo dos desastres, prevalecia o entendimento comum dos estudiosos reunidos na coletânea em tratar como um tipo de crise social, envolvendo a construção social e o acontecimento físico dos desastres (QUARANTELLI, 1998 apud VALENCIO, 2012, p. 32)<sup>5</sup>.

Em 2005, Perry e Quarantelli publicaram nova coletânea intitulada “*What is a Disaster? New Answers to Old Questions*”, uma continuação da primeira importante obra sobre o campo dos desastres publicado por Quarantelli em 1998. A obra conta com contribuições de diferentes autores de diferentes países, os autores sinalizaram que os pesquisadores de diferentes áreas e países enfatizaram ambas, estrutura e dinâmica social, como algo que pode ser sacolejado por desastres extensos ou recorrentes, embora através da prática específicas de cada meio sociocultural, e é isso que distinguirá fundamentalmente *desastre e catástrofe* (VALENCIO, 2012).

É importante destacar nesta publicação, por exemplo, o autor Rohit Jigyasu (2005), com o capítulo intitulado “Disaster: A “Reality” Or Construct”? Perspective From The “East”, o autor dedica-se a pensar o campo dos desastres numa abordagem oriental. As visões de mundo oriental segundo o autor, é moldada pela religiosa filosofia de duas grandes religiões que surgiram na Ásia, o Budismo e Hinduísmo. O autor propõe em seu capítulo uma outra visão filosófica para explicar a realidade dos desastres no tempo e no espaço.

O autor inicia sua análise citando que Dombrowsky (1998), “considera os desastres como resultado de uma tradição científica que está concentrada em duas realidades, na realidade temporal e na realidade espacial”, no entanto, segundo o autor essas “realidades” na visão oriental têm acepções diferenciadas.

---

<sup>5</sup> QUARANTELLI, E. L. *What is a Disaster? Perspective on the question*. London and New York. Routledge, 1998.

Para Jigyasu, a percepção ocidental do desastre como um “evento” sugere que o desastre teria um começo, um meio e um fim, categorizando a situação do desastre em: antes, durante e depois. O que para o autor, ações e práticas de gerenciamento e mitigação (antes), resposta de emergência (durante) e na reabilitação das populações afetadas (depois) pelos desastres, juntos, ajudariam na gestão do desastre como um ciclo. No entanto, como salientamos anteriormente as “realidades” na concepção oriental tem dimensões diferenciadas, ao ponto que, na perspectiva oriental essa noção não existe, isto é, o que existe são “ciclos” sem fim, um complexo processo sem fim. Portanto, indo na contramão da abordagem ocidental, o autor salienta que a gestão dos desastres na abordagem oriental seria como um complexo ciclo sem fim, parte de ciclos intermináveis (JIGYASU, 2002 *apud* JIGYASU, 2005)<sup>6</sup>. Para Jigyasu (2005), a divisão em ciclos é parte da “realidade” construída pela percepção e compreensão acerca dos desastres.

Portanto, o autor, reafirma que até mesmo a realidade do tempo é construída das percepções e compreensões humanas. E finaliza afirmando a necessidade da visão de mundo para além do pensamento ocidental, e coloca a perspectiva abordada em seu capítulo sobre a percepção de mundo acerca dos desastres, afirmando que, não se trata de uma dimensão oriental e, sim uma dimensão “humana” sobre os desastres (JYGYASU, 2005).

Na terceira e última parte do livro os editores desta publicação Perry e Quarantelli (2005), falam dos desafios teóricos e metodológicos acerca das diferentes visões sobre o campo dos desastres e, o grande esforço dos acadêmicos em na troca de saberes no campo Os autores analisam as diferentes visões, concordâncias, controvérsias, discordâncias de concepções anteriores no campo dos desastres que existiam na literatura e quais os caminhos sugerem para a continuidade da construção deste campo teórico. Perry, faz uma avaliação ao analisar as definições, e propostas estudadas pelos diversos pesquisadores que passaram pelas duas obras, de 1998 e a de 2005, e conclui que, os desastres são compreendidos enquanto eventos sociais no tempo social, reconhecendo as relações sociais e, a importância do contexto social. Quarantelli no último capítulo do livro propõe uma agenda de pesquisa para o século XXI. Segundo o autor, as pesquisas na temática começaram na década de 1950, tendo agora meio século de estudos na área, e argumenta a necessidade de melhorias nos estudos teóricos no campo dos desastres para além da mera crítica (QUARANTELLI, 2005, p. 327).

---

<sup>6</sup> JIGYASU, Rohit. Reducing Disaster Vulnerability through Local Knowledge and Capacity. The Case of Earthquake Prone Rural Communities in India and Nepal. 2002.

Para amadurecer o campo dos estudos acerca dos desastres o autor expõe que, o avanço no campo só acontece com a geração de novas teorias, modelos, esquemas explicativos e hipóteses norteadoras, para além da natureza meramente descritiva. Ele destaca questões centrais, como por exemplo, a falta de clareza conceitual acerca dos desastres, abordando que esse conflito conceitual sobre os desastres implicaria em sérios problemas analíticos. Sendo assim, o autor expõe que “as questões conceituais e de definição não são questões secundárias, mas estão no cerne do que buscamos em nossos estudos” (QUARANTELLI, 2005, p. 332).

Neste sentido, o autor faz um alerta sobre o uso do “rótulo” de *desastres*, para se englobar todos os eventos relacionados. Propondo adotar o conceito de desastre e catástrofe, enquanto conceitos diferentes, embora tenham fenômenos relacionados, mas com comportamentos qualitativos e quantitativos diferentes nos dois termos (QUARANTELLI, 2005, p. 333). Deste modo, ainda para o autor:

(...) devemos parar de tentar estabelecer um único rótulo para fenômenos relativamente heterogêneos. Isso iria melhorar não só a nossa compreensão teórica dos fenômenos dos desastres, mas iria também promover conhecimento de grande valia, visando questões de planejamento e gestão (QUARANTELLI, 2005, p. 333, tradução nossa).

Antes de avançarmos, precisamos compreender a diferença entre os desastres das emergências cotidianas e das catástrofes (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012a). Para Quarantelli “*trata-se de uma questão de escala, significando que em cada evento existirão diferenças qualitativas quanto aos processos envolvidos*” (QUARANTELLI, 1996 *apud* MALAGODI; SIQUEIRA, 2012a, p. 07).

(...) existem pelo menos quatro diferenças entre desastres e emergências cotidianas, em termos da dimensão organizacional envolvida no evento: 1) Nos desastres as organizações têm que se relacionar rapidamente com entidades muito mais distantes e pouco familiares; 2) novos acordos precisam aí ser criados em função da relativa perda de autonomia e de liberdade de ação, envolvendo instituições geralmente estranhas ao local; 3) serão outros os padrões de desempenho adotados, alterando velocidades de atendimento e padrões de cuidado individualizado às vítimas para a atenção coletiva; 4) existirá nos desastres uma interface entre setor público e privado muito mais próxima que a de costume (requisição inesperada de instalações e bens), quando todos os agentes ficam sujeitos a serem conduzidos pelos grupos governamentais. Segundo o autor, as catástrofes requerem diferentes tipos de planejamento e gestão, mesmo em comparação aos maiores desastres. E as diferenças entre desastres e catástrofes podem ser melhor percebidas nos níveis organizacional, comunitário e societário, como ilustra o autor: a) as estruturas comunitárias edificadas são fortemente impactadas;

b) autoridades locais tornam-se incapazes de desempenhar seus papéis usuais, frequentemente também no períodos seguinte aos eventos; c) não se pode esperar a ajuda a vizinhança, pois ela também fora afetada; d) a maioria ou até todas as funções públicas rotineiras são agudamente e simultaneamente interrompidas; e) recentemente os meios de comunicação de massa vêm construindo socialmente cada vez mais as catástrofes que os desastres, além de haver uma cobertura do evento em escala nacional; e f) em função dos processos anteriores, a arena política se torna mais importante nas catástrofes, pois o governo federal e funcionários do alto escalão são diretamente envolvidos (QUARANTELLI, 2006 *apud* MALAGODI; SIQUEIRA, 2012a, p. 07).<sup>7</sup>

Percebe-se, nas abordagens, conceituais, ao longo dos capítulos abordados na coletânea citada, o dissenso acerca do conceito de desastres, revelando as diferentes visões dos estudiosos sobre o tema. No entanto, segundo o autor, existem ideias centrais que ainda precisam ser exploradas, entre elas, a natureza social dos desastres, que nem sempre são consideradas. Para o autor, existem dois paradigmas centrais: a visão do desastre como fenômeno social, e a visão de que a origem mesma dos desastres se encontra na estrutura e sistema social.

Nesta argumentação, o autor entende que embora a maioria dos estudiosos da área aceitem os paradigmas citados anteriormente sem muitos questionamentos, é preciso refletir com seriedade sobre as implicações destes paradigmas. Para Quarantelli, uma compreensão no tempo social e no espaço social acerca dos desastres, ampliaria nossa compreensão frente às situações de alerta e emergência, frente às situações de busca e salvamento, bem como o período de recuperação da população afetada pelos desastres.

Em relação ao desastre estar enraizado na estrutura social ou sistema social, o autor Quarantelli (2005) ressalta que os desastres são consequências da mudança social, e coloca que os estudiosos no campo dos desastres em países em desenvolvimento, estabelecem uma ligação entre desastre e processo de desenvolvimento, quase óbvia o que parece não ocorrer para estudantes de países “desenvolvidos”. Daí o autor lançar o questionamento: se os desastres estão enraizados nos processos de mudança social dos países em desenvolvimento, logo, eles não estariam também imbricados na dinâmica social dos países “desenvolvidos”? O ponto central levantado por Quaranteli neste questionamento é que se partimos do pressuposto de que os desastres estão enraizados na mudança social, segundo o autor, estaremos

---

<sup>7</sup> QUARANTELLI, E. L. (1996). *Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina*. 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli>> Acesso em: 25 de fevereiro 2012..

preparados para explicar, por exemplo, questões como o paradigma da vulnerabilidade acerca dos desastres, assim como gostaríamos de destacar para o contexto brasileiro. Nesse sentido, concordando com o autor, “a dinâmica social e os processos das comunidades e sociedades se encontram onde devemos procurar respostas” (QUARANTELLI, 2005, p. 341). Isto é, partindo de uma suposição teórica de que os desastres estão intrinsecamente enraizados na dinâmica social, estaremos aptos a compreender, por exemplo, as dinâmicas e os *locus* de resistência às medidas de mitigação de desastres, olhando para as dimensões psíquicas ou atitudes dos agentes que produzem o espaço urbano desigual tal qual conhecemos hoje (Idem, p. 341).

Portanto, Quarantelli, em seu livro, faz um convite para novas ideias no campo das ciências sociais:

Precisamos de mais pesquisadores na área dos desastres para progredir e vislumbrar novas possibilidades, e não subestimar o trabalho. Precisamos de mais teorias e pensamentos abstrato e menos rodeios em torno de questões práticas e detalhes concretos”. (...). Esperamos ver e gostaríamos de receber outros estudiosos da antropologia, geografia, economia, ciência política e psicologia, para que pudessem trazer suas próprias perspectivas disciplinares para dar suporte às questões que discutimos (QUARANTELLI, 2005, p. 329, tradução nossa).

#### **1.4. O campo da sociologia dos desastres no contexto brasileiro**

A partir do que foi discutido anteriormente reconhecemos a grande importância da literatura internacional na temática, mas é a partir da produção brasileira na sociologia dos desastres (em intenso diálogo com aquela), com destaque para as obras organizadas por Norma Valencio, que nosso trabalho se guiará.

O debate acerca dos desastres ganha um novo contexto conceitual nas ciências humanas. A perspectiva de que os desastres não é somente um problema da natureza, mas resultado da relação intrínseca entre o natural e o social, passa a ocupar espaço no contexto brasileiro da sociologia dos desastres. De acordo com Malagoli (2012), este debate valoriza emergência e o desafio acerca da produção interdisciplinar de saberes socioambientais.

No contexto brasileiro, como já salientado antes nossa principal referência sobre o campo dos desastres é a produção coordenada pela economista Norma Valencio, fundadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped), na Universidade Federal de São Carlos (UFScar). Juntamente com estudiosos de diversas áreas, Valencio organizou quatro

volumes da obra intitulada “Sociologia dos desastres - construção, interfaces e perspectivas no Brasil” e um quinto volume em parceria com o NESA, intitulado como “Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos”.

As pesquisas realizadas por Norma Valencio e sua equipe, dedicaram-se a construção de uma interface interdisciplinar no estudo social, político e institucional acerca do campo dos desastres relacionados a riscos hidrológicos em áreas urbanas. Em parceria inclusive com a Defesa Civil, desenvolveram pesquisas e elaborou-se textos voltados para os desafios da atuação da Defesa Civil no Brasil. Valencio fomentou e estabeleceu uma abordagem multidisciplinar entre a visão dos pesquisadores acerca dos desastres e a visão dos leigos, elaborando diversos estudos no campo dos desastres no contexto brasileiro (VALENCIO, 2004).

Segundo Valencio (2004), a produção da dimensão social sobre os desastres no Brasil precisa estar voltada para dois aspectos: por um lado, é necessária uma análise da configuração social, histórica e estrutural do padrão de desenvolvimento e, por outro lado, é preciso um debate contemporâneo acerca da “sociedade do risco”. Forças hegemônicas produziram os riscos da modernização, isto é, os reflexos dos riscos foram gerados pelo projeto desenvolvimentista, baseado nos interesses privados e públicos. Portanto, segundo a autora, as desigualdades, injustiças e conflitos presentes, e que se tornam cada dia mais intensos, são reflexos da estrutura de classe enraizada nas amarras da sociedade capitalista e patriarcal, ao negarem as práticas sociais de forma democrática a todas as parcelas da sociedade.

Precisamos analisar os impactos de um desastre, segundo Quarantelli (2006), a partir da variável fundamental, a estrutura e dinâmica da organização social, tirando-se, assim, o foco da importância do fator de ameaça e valorizando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente (VALENCIO, 2008). De acordo com Marchezini, Quarantelli “abordou os desastres enquanto agentes destrutivos que passam a ser compreendidos não como causa do desastre, mas sim como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social” (GILBERT, 1998 apud MARCHEZINI 2009, p.49). No entanto, de acordo com Valencio (2009), o enfrentamento dos desastres não deve ter caráter reducionista, pois é fabricado no funcionamento “normal” da sociedade, daí que “os agentes naturais como às intensas chuvas afetam primeiramente a territorialização dos empobrecidos” (VALENCIO, 2009, p.44). O fator externo (a chuva) é somente o prenúncio

para que a concretude do desastre se materialize, não é a chuva que desabriga as parcelas sociais mais pobres da sociedade.

Assim como adotado nos trabalhos desenvolvidos por Siqueira (2015), a perspectiva adotada ao longo deste trabalho é a de que o desastre é processo e situação, e não somente uma crise aguda e evento emergencial.

Ainda que seja apreendido por muitos no âmbito pontual, do episódico, da imediatividade, ao contrário: também pela mediação do conflito se pode observar que ele é revelador de relações sociais historicamente veladas. São ocorrências que “devem ser vistas como ocorrências comuns que refletem as características das sociedades que ocorrem, caracterizadas pela industrialização, urbanização, globalização, legados do colonialismo, política e economia e mecanismos de controle exercidos sobre o ambiente e sociedade civil” (VALENCIO, 2012, p. 28 *apud* SIQUEIRA, 2015, p. 59)<sup>8</sup>.

Ao se materializar o desastre revela a realidade de países em que as desigualdades são permanentes, como no Brasil, e sua análise e compreensão deve ser considerada para além da simplista abordagem “fatal” ou “natural”.

Assim, para compreender os desastres no contexto brasileiro há de se fazer uma relação entre os desdobramentos da dinâmica social e o contexto das mudanças climáticas. As intensas chuvas que assolam as cidades brasileiras, “apenas põem em evidência vulnerabilidades que um dia de sol pode mascarar” (SIENA, 2012, p. 45). O fato é que, apesar das inundações (potencialmente) afetarem qualquer parcela da população, a dinâmica de enfrentamento das adversidades do desastre, expressa as desigualdades socioambientais que sem dúvida é uma das expressões das cidades contemporâneas frente aos riscos, de modo que, o fator externo (chuva) é somente o prenúncio para o “período de crise social”. Neste sentido, os agentes naturais são compreendidos não como a causa principal do desastre, mas como a égide da crise e (des) ordem do funcionamento da rotina de uma sociedade, ao provocar um desarranjo na configuração do espaço geográfico, ao afetar grande parte da população. Afinal, não é a chuva a principal responsável por desabrigar os grupos sociais de baixa renda da sociedade (MARCHEZINI, 2010).

---

<sup>8</sup> VALENCIO, N. **Para além do dia do desastre**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012



## **2. DESASTRES E A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO**

Privilegiar a análise dos desastres no espaço urbano não significa que eles só ocorram em tais áreas, mas sim que o acelerado processo de urbanização, em especial no contexto brasileiro, concentrou a população e condições para a reincidência desse fenômeno em áreas urbanas (TAVARES et al., 2016).

Acreditamos que O entendimento da temática dos desastres à luz da noção de desigualdade aqui associada também ao conceito de produção desigual do espaço urbano rompe com o senso comum que responsabiliza democraticamente a todos pelas adversidades dos desastres. A retórica do teor “democrático” da distribuição dos efeitos danosos das adversidades dos desastres, fortemente publicizado pela grande mídia, e “naturalmente” encontrado na bibliografia acadêmica e até mesmo nas falas de muitos geógrafos e geógrafas, coloca um importante debate a ser abordado neste capítulo. Tem-se por hipótese que a desigualdade socioambiental dificulta o acesso à cidade para todos e todas ao “empurrar” os grupos sociais desfavorecidos para as áreas consideradas “precárias” ou inapropriadas para moradia.

A construção deste capítulo está na necessidade em compreender possíveis implicações da produção desigual do espaço urbano em relação aos complexos processos de vulnerabilização que envolvem todo um contexto histórico de desigualdades e segregação socioespacial das populações mais afetadas pelos desastres. Não se deve esquecer que para compreender a produção do espaço urbano se faz necessário analisar as relações sociais sob as quais seus agentes estão envolvidos.

### **2.1. A produção desigual do espaço urbano brasileiro**

Para compreender os inúmeros desastres no Brasil relacionados à água nas últimas décadas, há de se fazer uma relação entre os desdobramentos da dinâmica social. Segundo Valencio (2010), a situação atual nas cidades brasileiras é de restrição de acesso à terra e isso resulta em aumento dos desastres. Segundo a autora, as intensas chuvas que assolam as cidades brasileiras expressam as desigualdades socioambientais contemporâneas, gerando a polêmica de que algo natural expressa a natureza “vulnerável” de um grupo social, devido à

localização espacial das suas moradias, como na visão de que os pobres estão mais expostos as enchentes. Porém, acreditamos que as famílias mais afetadas pelos desastres são grupos sociais vulnerabilizados historicamente pela produção desigual do espaço urbano.

De antemão, precisamos compreender inicialmente quem são os agentes que permitem e viabilizam a produção do espaço urbano. Ora, precisamos compreender o processo de produção do espaço urbano, compreender como esse processo se materializa, acreditamos ser este o ponto inicial para se entender as dinâmicas pelos quais esse mesmo espaço urbano torna-se lugar das desigualdades socioambientais

Segundo Carlos (2007), historicamente, a geografia tem se colocado o objetivo de explicar o espaço. Para a autora, o espaço analisado através da geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento, produção e reprodução social, levando-nos a pensar no conteúdo que integra a esses processos (idem, p. 47). Assim, consideramos relevante compreender a noção de espaço em Henri Lefebvre, pioneiro nos estudos da “articulação do tempo/espaço em relação à urbanização” (LIMONAD, 1999). Para o autor o espaço deveria ser entendido enquanto expressão das relações sociais, isto é, o espaço socialmente produzido assume um papel interativo com as relações sociais de produção (LIMONAD, 1999). Para Limonad, o autor, assim, salienta que o espaço socialmente produzido assume papel interativo com as relações sociais de produção. E ao se referir às relações sociais de produção, esclarece tratar-se da produção no mais amplo sentido da palavra: das relações sociais e reprodução de determinadas relações (LEFEBVRE, 1976 *apud* LIMONAD, 1999)<sup>9</sup>. Portanto, o espaço social ao qual o autor se refere, está ligado a reprodução das relações (sociais) de produção, sendo necessário concebê-lo como produto da ação humana.

A vinculação do espaço em geral e do espaço urbano em particular apenas à produção, como aponta Lefebvre, implicaria apenas na reprodução dos meios de produção relacionado à força de trabalho e seria adequada a uma análise do modo de produção capitalista (idem, p. 73). Por outro lado, desde então, segundo Limonad (1999):

As condições gerais se transformaram, e hoje o sistema capitalista deve garantir além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção, efetivada através da totalidade do espaço, na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, passando por diferentes

---

<sup>9</sup> LEFEBVRE, H. (1976) [1972]: *Espacio y Política*. Barcelona: Península

contextos históricos. Para Lefebvre a reprodução ampliada e as novas condições materiais do capitalismo estariam intimamente relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista como um todo consegue ampliar sua existência através da manutenção e disseminação sócioespacial de suas estruturas (LEFEBVRE, 1976 *apud* LIMONAD, 1999, p. 73).

O espaço é *locus* das inúmeras mudanças produzidas pelo processo de acumulação do capital; seria no espaço socialmente produzido, o espaço urbano do capitalismo, onde se reproduziriam as relações dominantes de produção através de um espaço social concretizado, criado, ocupado e fragmentado conforme as necessidades do modo de produção capitalista (idem, p.73). Assim, ao considerar o espaço como produto de uma sociedade<sup>10</sup>, Lefebvre vai dedicar grande parte de sua produção teórica à compreensão do espaço urbano que se forja no bojo da sociedade capitalista.

Consequentemente, é a partir desse conceito de espaço que buscaremos compreender a espacialidade das famílias mais afetadas pelas adversidades dos desastres. Nossa intenção, portanto, é trabalhar a compreensão do espaço conjugada ao urbano. Para compreendermos a produção do espaço urbano, precisamos tomar como ponto de partida quem são os agentes que fazem e refazem a cidade e viabilizam a produção desigual do espaço urbano. Assim, partimos da compreensão de Corrêa (1995) ao definir o espaço urbano como organização espacial da cidade, sendo, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim, a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1995).

Na visão do autor cinco grupos atuam como agentes modeladores do espaço urbano, sendo eles: i) os proprietários dos meios de produção, ii) os proprietários fundiários, iii) promotores imobiliários, iv) O Estado e os v) os grupos sociais excluídos. Embora existam diferentes estratégias e ações concretas no processo de fazer e refazer a cidade, um denominador os une: o valor de uso (apropriação) da terra. No entanto, as estratégias adotadas por esses agentes variam no tempo e no espaço, em virtude das contradições da lógica capitalista. Assim, faremos a seguir um recorte das ações concretas de cada agente modelador no processo de fazer e refazer a cidade segundo Correa (1995): i) Os proprietários dos meios

---

<sup>10</sup>Em sua análise, Marx nunca trata da “produção em geral”, mas refere-se à “produção num estágio determinado do desenvolvimento social (...) é a produção dos indivíduos vivendo em sociedade”. A sociedade, afirma ele, seria “produto da ação recíproca dos homens”, mas, apesar de ser uma obra humana, os homens não a determinam de acordo com seus desejos particulares. A forma de uma sociedade depende do estado de desenvolvimento social de suas forças produtivas e das relações sociais de produção que lhes são correspondentes (OLIVEIRA; QUINTANEIRO, 1995, p. 70).

de produção, são os grandes proprietários industriais, em razão da dimensão das suas atividades, são grandes consumidores de espaço que necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas. Sua ação modela a cidade, produzindo o seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra; ii) Os proprietários fundiários, são os proprietários da terra, atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, estão interessados no valor de troca da terra e não no valor de uso da terra; iii) Os promotores imobiliários, compreende-se num conjunto de agentes que realizam parcialmente ou totalmente, as seguintes operações: incorporação; financiamento; estudo técnico; construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, agora acrescido de lucro. A estratégia deste agente é produzir habitações, com valor de uso superior, obtendo-se preços cada vez maiores, o que amplia a exclusão das camadas populares, isto é, sua atuação se faz de modo desigual criando e reforçando a segregação socioespacial que caracteriza a sociedade capitalista; iv) O Estado, atua na organização espacial da cidade e sobre todos os outros agentes modeladores do espaço urbano; v) Os grupos sociais excluídos, são grupos excluídos socialmente, que tem seu acesso à terra restrito, restam a esses grupos de baixa renda a ocupação em áreas sujeitas a inundações, deslizamento de encostas ou áreas contaminadas. A ocupação desses locais, segundo o autor, é uma forma de resistência à segregação social e sobrevivência ante a absoluta falta de outros locais habitacionais.

Nos estudos de Corrêa (1995) percebemos que o autor se refere apenas aos grupos sociais excluídos, mas não é difícil compreender que os recursos ambientais e as áreas privilegiadas são destinadas a um reduzido número de grupos sociais, que concentram a apropriação dos resultados do crescimento econômico, enquanto a maioria da sociedade é responsável pelo trabalho (mesmo que não exista para todos) e arca com o ônus da falta do acesso à terra para morar na cidade, além de sofrer com a falta de acesso a bens e serviços que a classe superior desfruta (TAVARES et al., 2016).

A nosso ver, esse espaço vivido pelos grupos excluídos corresponde ao que Milton Santos chama de “espaço sem cidadãos”: “Deixado ao quase jogo exclusivo do mercado, o espaço vivido pelos excluídos consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2014, p. 59). Sobre esses grupos, precisamos compreender que, ao mesmo tempo que estão excluídos do acesso a bens públicos, os mesmos estão incluídos (de forma excludente) dentro do espaço intra-urbano e de uma determinada lógica na configuração das relações sociais. A essa exclusão social no espaço urbano, Villaça chama de “segregação socioespacial”.

A concepção defendida por Corrêa (1995) nos permite compreender que as práticas e ações concretas desses agentes modeladores que comandam o mercado da terra no contexto da sociedade capitalista são determinantes para a configuração do espaço urbano desigual tal qual o conhecemos, carregando em seu contexto histórico uma herança de injustiças e desigualdades sociais.

No entanto, segundo este mesmo autor, merece destaque as práticas das frações do Estado como um agente e sujeito dominante na produção do espaço urbano, pois atua em parceria com os demais agentes (já com os grupos excluídos a atuação do Estado se materializa de outra forma), viabilizando em sua prática a configuração de um espaço urbano cada vez mais desigual. Assim, tais práticas produzem espaços desiguais. Segundo Valencio (2010), as práticas do Estado omitem providências de investimentos voltados para a segurança das populações

Os mecanismos de mercado juntamente com o poder público produziram assim um espaço urbano (ou uma cidade) tal que, os grupos sociais de baixa renda acabaram ficando com as piores localizações (VILLAÇA, 2011). Isto é, são grupos vulnerabilizados historicamente e geograficamente, e condenar as famílias afetadas pelos desastres por suas ocupações em locais “precários” seria igualmente injusto. Portanto, reconhecer essas desigualdades refletidas no processo de urbanização é central para compreender como se configura os desastres no contexto brasileiro.

Neste sentido, expressa-se hoje nas cidades brasileiras mecanismos de produção de vulnerabilização e de desigualdades sob os grupos sociais desfavorecidos, e percebe-se, que há uma correlação entre exclusão social e organização do espaço urbano, que é conhecido como segregação socioespacial (VILLAÇA, 1998). Entretanto, precisamos compreender qual é a influência dos agentes modeladores na segregação socioespacial. No item seguinte abordaremos a produção da segregação socioespacial no espaço urbano.

## **2.2. Segregação socioespacial dos vulnerabilizados**

A suposta exclusão social das famílias destituídas do direito ao acesso à terra coloca em evidência os antecedentes da vulnerabilização socioespacial dos afetados por desastres. Segundo Acselrad (2006):

a vulnerabilidade é uma noção relativa, está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de

pessoas, lugares, infra-estruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo.

Já o termo vulnerabilização para o autor está ligado a um processo construído socialmente, produzido por processos ou agentes que tendem a vulnerabilizar certos grupos (idem, p. 01). Portanto, mais do que a simples caracterização da localização das moradias em locais “precários” sujeitos a processos de inundação, nosso debate pretende elucidar os mecanismos de desigualdades por trás dos sujeitos vulnerabilizados.

Para que se possa fazer uma compreensão adequada dos antecedentes dos processos de vulnerabilização dos afetados, é preciso, de início, abandonar o senso comum que responsabiliza as famílias pela localização das suas moradias em áreas sujeitas a inundações ou deslizamentos de encostas. Quando, no entanto, o problema consiste em não analisar os processos históricos de desigualdades aos quais os grupos sociais de mais baixa renda estão sujeitos. Sposito (2013) evidencia que a palavra segregar é sempre de natureza espacial. Por mais simples que seja a identificação das características relativas à distribuição da população segundo seus diversos estratos e a repartição dos serviços públicos, pode-se inferir a existência de uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e renda (SANTOS, 2014, p. 110). Em outras palavras, pode-se dizer que, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes nas quais se divide a sociedade (idem, p. 110).

Segundo Santos (2014), o fenômeno é antigo, mas, na medida em que a urbanização evolui, as desigualdades aparecem de forma cada vez mais nítidas. O autor afirma que nos últimos decênios, de forma evidente, o jogo dos fatores do mercado é ajudado por decisões de ordem pública, incluindo o reordenamento territorial, e suas operações urbanísticas e políticas de remoções de favelas, cortiços (idem, p. 110) e assim as chamadas “áreas de risco”. Ele entende que essa repartição espacial das classes sociais é um fato que se verifica no processo de urbanização das cidades brasileiras, cada região com suas especificidades e características de urbanização.

Segregar aos moldes contemporâneos está ligado ao valor de troca do espaço, no qual a cidade funciona como mercadoria e o mercado imobiliário encontra no espaço uma maneira de acumular capital. Segundo Carlos (2013), a segregação é o resultado da produção desigual do espaço urbano, que é dialeticamente expresso pelos seus valores de uso e de troca. Há nesse sentido, uma gama complexa de agentes sociais produtores da segregação socioespacial no espaço urbano.

As análises feitas até aqui revelam que a segregação socioespacial é fruto das grandes cidades capitalistas. Na concepção de Villaça (2003), segregação é, portanto, aquela forma de exclusão social que apresenta uma dimensão espacial. O padrão mais conhecido de segregação das cidades brasileiras segundo Villaça (1998) é o de centro *versus* periferia. O primeiro, favorecido pela maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos grupos sociais de baixa renda, os grupos excluídos (idem, p. 143). Para o autor o espaço urbano atua como um mecanismo de exclusão.

Assim, portanto, vemos que não é por acaso que muitos dos grupos sociais desfavorecidos estejam segregados em áreas consideradas de riscos ambientais. No entanto, precisamos compreender que as famílias segregadas “moram aonde podem morar”, no conjunto de “opções” dadas por essa combinação de forças que produzem a cidade e suas segregações socioespaciais (MARCHEZINI, 2010, p. 46). No contexto brasileiro a produção social das cidades é marcada por práticas políticas conservadoras, que, de um lado, subjagam e destroem continuamente, de forma extensiva e intensiva, dos sistemas bióticos e abióticos em que se territorializa a população; e de outro lado, exercem um poder excessivo sobre as coisas e as pessoas do lugar (VALENCIO et al., 2004). Por manterem suas moradias em locais sujeitos a inundações ou deslizamentos de encostas, o papel dos grupos excluídos na produção do espaço urbano expressa a verdadeira luta pelo direito à cidade; “uma forma de resistência, e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência” (CORRÊA, 1995, p. 31).

Para Carlos (2013), a superação da segregação socioespacial encontraria seu caminho na construção do “direito à cidade” como projeto social, isto é, uma cidade para e de todos. Ou ainda, como diz Henri Lefebvre, o primeiro e mais importante problema urbano, que deveria ser enfrentado por um programa revolucionário, deveria ser o da segregação urbana.

Essas desigualdades socioambientais cada vez mais nítidas nas cidades contemporâneas revelam-se em sua plenitude quando abordamos as situações de desastre. Os desastres, em sua maioria, são reveladores de quais espaços, econômicos e sociais, estão reservados para os diferentes grupos sociais. E em que medida cada um desses grupos sociais está exposto aos riscos de desastres (CARMO, 2014, p. 01).

Este capítulo auxiliou-nos para a consideração de um importante debate que abordaremos no capítulo a seguir. Compreender a produção desigual do espaço urbano e a produção da segregação socioespacial dos grupos excluídos pelos agentes que fazem e refazem a cidade, nos mostra o histórico de desigualdades e distribuição desigual dos riscos ao qual os sujeitos vulnerabilizados estão submetidos nessa cidade desigual. Com essas

observações caminhamos a principal discussão do nosso trabalho; como as noções de “área de risco” e “vulnerabilidade” poderiam ser criticamente consideradas, em nosso esforço argumentativo.

### 3 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E DEBATES NECESSÁRIOS

Iniciamos este capítulo reafirmando uma preocupação: o desastre no contexto brasileiro vem sendo abordado pelas “ciências da natureza” ora como quadro técnico, instrumental (cartografização das “áreas de risco”), outrora, como quadro físico (nesta dimensão, geralmente considerada como “naturalizada” e como “fatalidade” pelo poder público e defesa civil), e em ambos os casos, ignora-se a dimensão socioespacial dos desastres, os processos sociais que antecedem, e aqueles que se seguem, ao acontecimento do “dia do desastre”, e a própria dinâmica histórica e social que constrói o evento. (SIQUEIRA, et. al.,2012).

Partindo desse pressuposto, o título do presente capítulo parece nos revelar a necessidade e o desafio contemporâneo da geografia em pensar os desastres para além do quadro “naturalizado” e tecnicista que parece ainda predominar na análise dos eventos. No entanto, enquanto dimensão objetiva da realidade, como já apontamos inicialmente; nossa ênfase está no debate segundo o qual ao naturalizar os desastres e as “áreas de riscos” ocultaria-se as dimensões sociais e históricas dos desastres, como os processos de vulnerabilização dos afetados, priorizando-se soluções racionais técnicas-instrumentais (como nos mapeamento das “áreas de risco”) no planejamento e gestão dos desastres. (VALENCIO, 2012).

Portanto, neste capítulo propomos ilustrar o nosso esforço argumentativo e teórico acerca dos debates contemporâneos sobre *vulnerabilidade* e construção social do *risco*, no que estes se articulam com as dinâmicas de vulnerabilização dos sujeitos sociais afetados pelos desastres, o que permitiria uma melhor compreensão da estrutura social e histórica da chamada “sociedade de risco”, “relevante para a crítica de tal abordagem tecnicista e objetivista, fundamental para a estruturação de pesquisas que não pretendam dicotomizar ambiente e sociedade” (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012a).

#### 3.1. Problematizando a noção de *risco* na contemporaneidade

Na pesquisa teórica para o estudo dos desastres e nos debates sobre desastres, deparamo-nos com a concepção de *risco*. A problemática acerca da noção de *risco* ganha relevância nos debates contemporâneos, com destaque nas ciências ditas da “natureza”, nas

políticas públicas e nos discursos oficiais do governo. A complexidade do debate contemporâneo sobre a noção de *risco* será abordada ao longo deste capítulo em confronto com a teoria da “sociedade de risco”.

Dentre os autores que apresentam contribuições ao debate do *risco*, destacamos os sociólogos Ulrich Beck e mais tarde Anthony Giddens, ao apresentarem a teoria “sociedade de risco” para caracterizar nosso momento atual, nas sociedades urbano-industriais. Para Beck a “sociedade de risco” corresponde a um estágio da sociedade moderna industrial, no qual a noção de *risco* desenvolve-se e amplia-se juntamente com o processo de modernização.

Ulrich Beck (2010) salienta que a busca pelo progresso tecnológico e científico baseado em um modelo de desenvolvimento econômico culminou na sociedade moderna atual, no qual a produção sem limites traz consigo a fabricação e o aumento de riscos ambientais, sociais, políticos, econômicos e individuais, que escapam do controle das instituições. Dessa forma, a “sociedade de risco” emerge com o advento dessa modernização, contribuindo com a fabricação de incertezas, produção social de riscos, instabilidade econômica, e na produção de desastres socioambientais.

Assim, portanto, o autor apresenta-nos, uma teoria no qual os *riscos* fabricados pela e na modernidade são construídos e produzidos socialmente, e procedem da incisiva intervenção humana sobre o meio (MARCHEZINI, 2009, p.50). Tal teoria da “sociedade de risco” de Beck é reflexo das consequências da própria dinâmica reprodutiva da modernidade. Nesse sentido, o autor cunhou a ideia de que “os perigos e os riscos não devem ser compreendidos como eventos excepcionais, mas na própria estrutural social”. Entende-se, portanto, que a “generalização dos riscos da modernização é desencadeada por uma dinâmica social” (BECK, 2010).

Por sua vez, Anthony Giddens enfatiza com sua noção de “modernidade tardia” que “o risco social de hoje está incorporado na própria maneira de ser da modernidade, devido à forma complexa que esta atingiu” (ALEXANDRE, 2000). Ainda para Alexandre (2000), Giddens descreve que “a emergência das ilimitadas transformações ambientais e sociais são decorrentes da enorme reflexividade nas práticas sociais que a ciência e a tecnologia está induzindo”. (ALEXANDRE, 2000, p.150).

São muitas as implicações analíticas que norteiam a teoria da “sociedade de risco” formulada por Beck e Giddens, como por exemplo, o argumento de que a ciência e a tecnologia não apresentam soluções para a crise ambiental (ACSELRAD, 2002, p.50).

A partir da década de 1960, o “ser humano” (sei que ele usa esse termo, então poderia usar aspas pelo menos) constatou estar vivenciando uma crise ambiental. E mais, nas últimas

décadas, reconheceu uma mudança significativa no nível em que essa crise manifesta-se, passando da Escala local ou regional para problemas em escala Global (FOLADORI, 2001). Para Scotto, Carvalho, e Guimarães (2007), a consciência da crise veio somar-se às constatações do fracasso do projeto desenvolvimentista na solução dos problemas em escalas globais, denunciando assim, a exploração ilimitada dos bens ambientais e a insustentabilidade social e ambiental por ela gerada.

Para Foladori (1999), a análise da crise ambiental deve se centrar no próprio modo de produção capitalista. Para o autor, enquanto a produção pré-capitalista, de valores de uso, tem seu limite na satisfação das necessidades, a produção capitalista, para incrementar o lucro, passa dos limites<sup>11</sup>. Tal diferença, está na base do esgotamento e na luta acirrada dos recursos ambientais a um ritmo nunca visto antes na história da humanidade. Tornou-se visível o potencial predatório do estilo de vida e do projeto de “desenvolvimento” ocidental (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARES, 2007)

No entanto, de acordo com Lima (2001), é importante reconhecer, porém, que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem também reflexos positivos na questão ambiental, quando promove a legitimação e a divulgação do conhecimento sobre tais problemas e quando produz novas descobertas teóricas. Por essa razão, Beck (1992) e Giddens (2000) falam da “ambiguidade da ciência e da tecnologia em relação aos riscos sociais, entre os quais se destacam as questões ambientais, pois são simultaneamente parte do problema e parte da solução” (LIMA, 2001).

Tal modelo desenvolvimentista, segundo LIMA (2001), ao desconsiderar os impactos da atividade econômica sobre o meio ambiente produzia, além dos impactos, alertas para o potencial dos novos *riscos* que ameaçavam a vida social. Nesta perspectiva, portanto, a problemática ambiental contemporânea é resultado do projeto fracassado das instituições responsáveis pelo “controle e proteção” que não conseguem dar conta da produção dos inúmeros *riscos* - políticos, ecológicos, individuais (HAESBAERT, 2010).

No entanto, em sua teoria Beck sustenta a ideia que os *riscos* são distribuídos de forma democrática, ignorando a ideia que os *riscos* são socialmente distribuídos (LIMA, 2001). Segundo Acsehrad (2002), Beck desvia o foco da organização estrutural da sociedade

---

<sup>11</sup> A constatação da falência do modelo desenvolvimentista e a crescente percepção da crise ambiental levaram a propostas que buscam caminhos para a superação deste modelo como também iniciativas para a reformulação dentro dos marcos da lógica do capital. Neste momento a questão sobre os limites aceitáveis para o desenvolvimento começa a ocupar os debates e os estudos internacionais (SCOTTO; CARVALHO; GUIMÃRES, 2007).

capitalista, enfatizando a desigualdade de poder das técnicas e não da lógica capitalista de distribuição desigual. Contrapondo a ideia formulada por Beck, Herculano (2002), afirma que os perigos são sofridos pelos grupos sociais mais vulneráveis ao risco. Não por acaso, a produção do *risco* configura a produção das desigualdades. Assim também aponta Lima (2001 p.35):

É necessário considerar que os *riscos* e os impactos ambientais atingem principalmente as parcelas mais pobres da sociedade, que, por sua condição socialmente desfavorável, moram nos lugares de maior *risco*, trabalham em contextos e funções mais expostas ao *risco* ambiental e tem menos condições e recursos de defesa contra os efeitos danosos do projeto desenvolvimentista.

Dessa constatação de Acserald (2002), podemos afirmar então que, a “sociedade de risco” é uma extensão da sociedade fordista de produção e consumo, e por isso os grupos sociais mais vulneráveis estão mais expostos aos maiores *riscos* ambientais produzidos pela modernização, o que explica as profundas desigualdades socioambientais das cidades contemporâneas frente aos *riscos*. E justamente por isso os pobres são os que mais sofrem com os impactos dos desastres. Em suma, reafirmamos nossa compreensão de que a construção social do *risco* deve ser melhor compreendida a partir da própria dinâmica social, sendo ferramentas importantes para a construção interdisciplinar, a fim de melhor dialogar com o saber geográfico (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012).

Neste contexto, salientamos um grande desafio contemporâneo: enfrentar política e teoricamente a visão objetivista dos riscos, as noções de risco na contemporaneidade são vistas sob uma visão objetivista. Vargas (2006), afirma que tal visão objetivista do *risco* tem se configurado como uma visão hegemônica nos meios técnicos e tem pautado a elaboração de políticas públicas e ações e práticas de atendimento à sociedade. O termo *risco* tem sido utilizado dentro desta visão por diferentes atores, entre eles o poder público, a defesa civil, e estudiosos das “ciências da natureza”, a própria mídia que muitas vezes incorpora um discurso preconceituoso e até mesmo estigmatizado ao se referirem aos moradores mais pobres, como moradores das “áreas de risco” (DUTRA, 2015). Acompanhado de um discurso técnico, muitas das vezes não compreendido pela população (DUTRA, 2015), tal discurso tem como objetivo legitimar práticas e ações em meio ao “jogo” de interesses e disputas econômicas, políticas e privadas. O discurso do *risco*, de acordo com Valencio (2012), tem sido utilizado para justificar a desterritorialização das parcelas mais pobres da sociedade.

Neste caso, a problemática ainda está em como a noção de *risco* na contemporaneidade tem sido abordada, como já apontada anteriormente e como tem sido denunciada pelo campo das ciências sociais e humanas críticas (DUTRA, 2015), ao camuflar políticas e práticas institucionais.

Concordando com Valencio (2004), acreditamos que o olhar geográfico para o território com vistas a melhor compreender as dinâmicas socioespaciais do urbano no qual afloram os riscos – que se materializam em desastres, não deve ser confundido com a forma matematizada e a-histórica dos mapas de risco tal como são elaborados.

### **3.2. Da noção de *risco* a noção de *vulnerabilidade***

O Brasil contemporâneo passa por um grande desafio em relação à forma de abordagem sobre o tema *vulnerabilidade*, seja ela nos rumos da produção científica, quanto ao que tange à construção de políticas públicas e à efetividade daquelas colocadas em práticas (CARMO; VALENCIO, 2014). É recente, portanto, no contexto brasileiro a preocupação das autoridades com o paradigma da *vulnerabilidade* frente aos eventos naturais (VALENCIO, 2009), persistindo ainda uma cultura de abordagens a-históricas e a-críticas acerca dos desastres.

A noção de *vulnerabilidade* pode assumir algumas especificidades de acordo com o contexto em que é pensado. Nossos estudos dão continuidade às pesquisas realizadas pelo NESAs e assim aos estudos de Malagodi e Siqueira (2012), onde estão co-relacionados os contextos: das vulnerabilidades socioambientais determinadas historicamente e distribuídas desigualmente; das vulnerabilidades das famílias e dos grupos sociais que sofrem ou virão a sofrer um desastre, como as inundações; e das vulnerabilidades político-institucionais relacionadas à prevenção, enfrentamento e mitigação do desastre (MALAGODI e SIQUEIRA, 2012a).

Para começar a compreender a realidade das famílias afetadas pelos desastres relacionados às inundações, partimos de alguns questionamentos e inquietações sobre o uso do termo “vulnerabilidade social”. Não por acaso, compreendemos a necessidade de “trocar as lentes” para a realidade dos processos de vulnerabilização das famílias que sofrem ano após ano com as inundações recorrentes no Brasil. Portanto, o questionamento norteador foi: Por que as responsabilidades pelas adversidades dos desastres recaem sobre as famílias mais pobres das “áreas de risco”?

No contexto dos grupos sociais afetados pelas adversidades dos desastres as dinâmicas de vulnerabilização podem nos ajudar a compreender os mecanismos que tornam os sujeitos vulneráveis. Procuraremos entender o debate para além dos aspectos e características sociodemográficas e locais dos indivíduos que se encontram susceptíveis a sofrer algum tipo de agravo, ao considerarmos as dinâmicas e os processos de vulnerabilização dos grupos sociais mais afetados pelos desastres.

Em situações de desastres, a noção sobre *vulnerabilidade* é abordada pelas políticas públicas ou até mesmo no campo teórico, sempre priorizando ou enfatizando, a magnitude do evento, a intensidade dos danos, o fator ameaça (chuva), os impactos e efeitos causados pelos desastres (SIENA, 2012). O destaque nem sempre está vinculado à preocupação da realidade historicamente determinada dos sujeitos que sofrem ou virão a sofrer com um desastre.

No Glossário de Defesa Civil o conceito de vulnerabilidade aparece como:

1. Condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis.
2. Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente.
3. Probabilidade de uma determinada comunidade ou área geográfica ser afetada por uma ameaça ou risco potencial de desastre, estabelecida a partir de estudos técnicos.
4. Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado. Vulnerabilidade é o inverso da segurança (BRASIL, 1998, p.170).

A redação presente no glossário nos ajuda a ilustrar os argumentos acima em termos da noção de *vulnerabilidade* nas políticas públicas que mais dialogam com o campo dos desastres. Pode-se notar, na definição do conceito de *vulnerabilidade* presente no glossário, que em nenhuma das definições colocam-se os processos que tornam os sujeitos vulneráveis em evidência, camuflando assim as dinâmicas da construção social da vulnerabilidade. Nas definições acima, a hipótese de uma tendência funcionalista a-histórica e a-crítica pautada no discurso público, ficando camuflado, os processos sociais que antecedem os desastres, escondendo os fatores que determinam historicamente as vulnerabilidades.

A partir do conceito formulado pela Defesa Civil, já se depreende o paradigma orientador do desastre como expressão social da vulnerabilidade e, tampouco, como expressão das incertezas geradas pelas instituições modernas (MARCHEZINI, 2010, p. 35). No entanto, não se pode esquecer que a redação relata um contexto institucional da Defesa Civil cuja atuação está pautada em medidas de enfrentamento emergenciais, de socorro e assistenciais dos impactos sofridos, dos danos e efeitos causados pelos desastres (BRASIL, 2010). Por isso

as ações preventivas e de mitigações não se tornam pautas das políticas da Defesa Civil, uma vez que parte do pressuposto do reestabelecimento da ordem é típico de uma doutrina militar (MARCHEZINI, 2010). A Defesa Civil institucionalizou-se, no âmbito federal, no final da década de 1940, sob a égide militar e no contexto da polarização ideológica pós-Segunda Guerra (VALENCIO, 2010). Surgida num contexto de guerra, a defesa civil brasileira pautou-se num modelo de gerenciar desastres como se estivesse atuando em guerras, em que os indefesos deveriam ser protegidos dos ataques (MARCHEZINI, 2014). Mas entendemos que o desastre não deve compreender somente o socorro e resgate dos sujeitos sociais que sofrem com os impactos e danos causados pelo desastre, mas também os processos sociais que o antecedem, e os que se seguem ao “dia do desastre”. Afinal, o fator ameaça (chuva), apenas põem em evidência vulnerabilidades antes mascaradas (SIENA, 2012).

Já colocando em discussão a questão da vulnerabilidade político-institucional, frente às medidas de enfrentamentos dos desastres, acreditamos que o modo de se definir um conceito a partir de um corpo institucional pode, sim, revelar a dimensão sociopolítica das instituições.

Segundo Marandola e Hogan (2009), no contexto sobre vulnerabilidade, as questões geralmente estão focadas: na *vulnerabilidade* do lugar ou na *vulnerabilidade* das pessoas; tal dúvida reproduz segundo os autores um antigo debate entre a relação homem-meio. Contudo, a discussão levantada aqui, difere do debate levantado por muitos geógrafos, ao buscarmos trazer um debate para além das dicotomias contemporâneas entre sociedade e ambiente.

No campo teórico dos estudos sobre *vulnerabilidade*, a geografia tem uma grande vantagem que é ao mesmo tempo uma tarefa árdua: a de compreender tal conceito a partir da relação sociedade e ambiente; ou pelo menos é isso o que se esperaria da geografia, tal como colocado por Milton Santos em “Por uma nova geografia”; para o autor “é preciso identificar a totalidade dos processos, tal como eles se reproduzem na realidade” (SAQUET e SILVA, 2008)

O processo de vulnerabilização está correntemente associado, segundo Acsehrad (2006), a três “fatores”; individuais, político-institucionais e sociais. A abordagem mais comum, pelo enfoque do indivíduo, sugere que a condição vulnerável do indivíduo estaria ligada as escolhas individuais, colocando a responsabilidade dos que vivem “sob o risco” em suas escolhas; ou seja, as “más escolhas” seriam o fator determinante para a condição de vulnerável, e para a causa de sua vulnerabilidade (ACSELRAD, 2006, p.01). Tal abordagem, coloca os aspectos, características sócio demográficas e locais dos indivíduos que se encontram susceptíveis a sofrer algum tipo de agravo como justificativa para compreender seu “status” de vulnerável diante dos riscos (ACSELRAD, 2006).

No entanto, tal debate ocultaria a relação sociopolítica dos vulnerabilizados, isto é, afastaria do debate os processos que os vulnerabilizaram. Por isso nossa problematização inicial ao salientarmos a denúncia do termo “vulnerabilidade social”; para Acselrad (2013), tal abordagem despolitiza o debate da distribuição desigual dos riscos. O autor salienta, ainda, que uma forma mais politizada de tratar o contexto seria, a de considerar, “os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual”. Este contexto está voltado para a perspectiva abordada pelo Movimento Justiça Ambiental<sup>12</sup> norte americano, ao colocar o foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos (BULLARD, 1993; GOULD, 2004 *apud* ACSELRAD, 2013, p. 118)<sup>13</sup>.

O campo teórico da justiça ambiental aponta para o caráter socialmente desigual das condições de acesso a proteção ambiental, ao colocar o foco da proteção dos sujeitos como responsabilidade política do Estado. As instituições e suas políticas públicas desprezam o cuidado para com as populações que mais sofrem com a materialidade do desastre, revelando ainda a desigualdade de classe presente nas dimensões do desastre (VALENCIO, 2012). Nos desastres os grupos sociais mais “vulneráveis”, são “os grupos que com um histórico de vulnerabilização das frações do Estado no pós-impacto de um dado fator ameaçante, ficam desguarnecidos na proteção de seus direitos mais fundamentais” (VALENCIO, 2012, p. 230). Trata-se dos grupos sociais mais afetados pelos desastres, revelando a imposição desproporcional dos riscos ambientais.

A condição de vulnerabilizados dos sujeitos desfavorecidos, é importante para que possamos tentar um resgate histórico dos processos e dinâmicas que afetam os grupos sociais que sofrem ou virão a sofrer com um desastre, mas também para reconhecer a condição de sujeitos portadores de direitos que deles foram ou se encontram destituídos (ACSELRAD, 2010). A condição dos sujeitos vulnerabilizados, segundo Acselrad (2006), será definida, via de regra, pelo Estado: cabe ao Estado selecionar quem são os sujeitos mais ou menos “vulneráveis”, isto é, cabe aos técnicos decidirem sobre a vida daqueles que precisam ou não da “ajuda”, da assistência pública. Ou, segue o autor, pelos discursos carregados de

---

<sup>12</sup> “Por ‘Justiça Ambiental’ entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas” (HERCULANO, 2006, p. 02).

<sup>13</sup>BULLARD, R. D. Antanomy of environmental racism and the environmental justice movement. In: BULLARD, R. D. (Ed.) *Confronting environmental racism: voices from the Cambridge*. Massachusetts, 1993.

eufemismo típico das instituições multilaterais ao definir quem deve ou não ser deslocado compulsoriamente, como no caso dos desastres relacionados as inundações, quando famílias são deslocadas compulsoriamente, ou quando mapas de riscos legitimam as remoções involuntárias. As instituições vulnerabilizam os afetados, ao colocar a responsabilidade dos riscos em seus ombros, produzindo então, situações de injustiça ambiental, ao responsabilizar as famílias afetadas pelas territorialidades precárias, em áreas sujeitas a processos de deslizamentos ou processos de inundações, mas também por não reconhecer os seus direitos de proteção (ACSELRAD, 2006).

No entanto, não se torna difícil constatar que fatores objetivos diferenciam aqueles que têm o poder de sofrer mais ou menos o peso dos danos e impactos dos riscos ao qual estão expostos. Existe uma distribuição desigual dos riscos e junto com ela uma distribuição desigual de quem tem o poder objetivo (economicamente, materialmente) de se proteger comparado àqueles que não tem acesso a esses fatores objetivos de proteção. Ou seja, existem diferentes escalas de poder de alguém tornar-se menos “vulnerável” ou não.

Mas há também o poder subjetivo, que chamaremos de poder simbólico, tal como foi elaborado por Bourdieu (2004), referindo-se a um poder quase que mágico, que permitiria a possibilidade de adquirir aquilo que é obtido muitas vezes pela força física e/ou econômica; esse “poder simbólico é [...] um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2004, p. 7 a 8 *apud* MARCHEZINI, 2014)<sup>14</sup>. Seria, assim, segundo o autor, um poder constituído nas relações simbólicas de construção da realidade, isto é, a realidade construída a partir das relações sociais. Se pensarmos nos casos das chuvas há diferentes representações em relação ao fenômeno (chuvas), como demonstrado por (VALENCIO et al. 2005 *apud* MARCHEZINI, 2014, p. 178). Enquanto para os ribeirinhos poder ser considerado como benção por causa da pesca, podem significar a materialidade do desastre nas cidades brasileiras. Mas essas representações segundo Marchezini (2014), revelam determinadas relações simbólicas do desastre, isto é, quando as chuvas caem elas são classificadas como “responsáveis”, nomeadas assim, como “desastres naturais” pelos meios de comunicação, facilmente presente na bibliografia acadêmica e no campo geográfico. Assim, diz o autor, as palavras “ chuvas desabrigam centenas de pessoas” ou “chuvas causam alagamentos deixando centenas sem energia”, estruturariam a percepção e representações ocultas da produção simbólica das relações de poder que naturalizam e romantizam o senso

---

<sup>14</sup> BOURDIEAU, P. O poder simbólico. R. 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

comum ao responsabilizar o agente externo como responsável pelos desastres (MARCHEZINI, 2014).

Acsehrad atenta, ainda, para o fato de que o risco embora culturalmente determinado, não tem sido analisado de forma a incorporar a existência de lutas simbólicas em torno de sua caracterização enquanto tal; significa dizer, articular-se pertinentemente a degradação ambiental e a injustiça ambiental. Enquanto o capital tem maior flexibilidade para escolher seus ambientes preferenciais e forçar os sujeitos menos móveis a aceitarem a degradação que o promovem, ou os submeter a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para empreendimentos, não resta aos atores com menor força política senão resistir no terreno. Assim, as tensões socioespaciais suscitam a problematização da vulnerabilidade não como estado de um determinado grupo, mas como conteúdo dinâmico de relações sociais, o qual se agrava quando sistematicamente se reconfirma o modelo de desenvolvimento predatório e desigual, talhando ininterruptamente a injustiça ambiental (VALENCIO, 2012, p.56).

Diante deste cenário, é entendido que para se desfazer os mecanismos de vulnerabilização dos vulnerabilizados são necessárias políticas públicas de proteção igualitárias, isto é, é preciso combater os espaços decisórios que concentram os riscos sobre os menos capazes de se fazer ouvir nas esferas públicas (ACSERALD, 2013). O que se verifica é que a responsabilidade da proteção dos cidadãos vulnerabilizados é da política do Estado democrático de direito, ou pelo menos, deveria ser, já que o direito é direito de todos.

Assim, portanto, se a vulnerabilidade representa uma realidade construída socialmente, sendo resultado de uma relação histórica determinada pelos mecanismos desiguais entre os diferentes segmentos sociais, ao destinar propriamente os maiores danos e riscos ambientais do desenvolvimento à classe de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos, aos bairros operários, às populações marginalizadas, estigmatizadas e vulnerabilizadas (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p.14), nossa impressão é que injustiça ambiental é o processo que viabiliza e realiza todo esse processo de vulnerabilização dos afetados.

Pensar este cenário em termos de justiça ambiental significa compreender que os efeitos da degradação ambiental são desigualmente distribuídos entre a população (ao contrário do que se costuma dizer sobre as questões ambientais), dependendo de seu poder econômico e político pode influenciar opinião e decisões públicas. Ao criticar a concentração dos riscos ambientais sobre as populações mais desfavorecidas, estaríamos então combatendo

a degradação ambiental de um modo geral, uma vez que os impactos negativos não poderiam ser transferidos para os mais pobres (ACSELRAD, 2004 *apud* MALAGODI 2012, p. 04).

### 3.3. Ambientalização<sup>15</sup> da cartografia do risco

Retomando argumento anterior, este fragmento abordará nossa preocupação colocada no início do capítulo: o desastre no contexto brasileiro vem sendo abordado pelas “ciências da natureza” como quadro técnico, ao colocar soluções racionais técnicas-instrumentais (cartografizações das “áreas de risco”) no planejamento e gestão dos desastres (VALENCIO, et al., 2012). Partindo desse pressuposto, nosso grande desafio neste item é compreender qual a “legalidade” do discurso técnico por trás das “áreas de risco” que vem favorecer o surgimento de novos conflitos urbanos e rurais. As remoções e moradias interdidas, referidos aos lugares e às pessoas dos empobrecidos nos assentamentos humanos precários, corresponde à difusão da cartografização do risco como grande estratégia burocrática a serviço do higienismo social brasileiro do século XXI (VALENCIO, 2012, p. 57).

Se, atualmente, a cartografia é a representação visual da superfície terrestre, ao longo da história ocorreram diversos tipos de representação. Segundo Raffestin (1993), a imagem ou modelo, de toda construção da realidade, é um instrumento de poder desde as origens do homem. A cartografia moderna apareceu na Renascença, seguiu de perto o nascimento do Estado moderno, e se tornou um instrumento e manifestação de poder (informação) e do “Poder” (Estado e jogo político) (RAFFESTIN, 1993).

Os aparatos cartográficos sempre foram importantes instrumentos de informação e poder, são ferramentas através das quais os diferentes agentes planejam sua intervenção no espaço, e assim, como no contexto dos desastres os aparatos cartográficos e os mapeamentos cada vez mais modernos são importantes instrumentos de poder (informação) e do “Poder” (Estado), legitimam as remoções das chamadas “áreas de risco” ao ameaçar a territorialização da população mais pobre, e alimenta os processos de injustiça ambiental produzidos pelo discurso técnico oficial. Assim, portanto, a cartografização do risco, legitima o discurso político e evita-se a discussão política com a população afetada pelos desastres e demais setores da sociedade (MENDES, 2015).

---

<sup>15</sup> Para Henri Acselrad (2010), através do processo de ambientalização, velhos fenômenos como a segregação e a apropriação desigual do espaço a favor das classes dominantes são “legalizadas” no debate público. Isso, para o autor, é uma das armadilhas na luta contra as desigualdades socioambientais.

Segundo, Acselrad (2009), “é simplista a forma como é abordado os riscos e impactos sofridos pelos mais pobres”, pois por trás dos moradores das “áreas de risco” existe o sujeito oculto das ações decisórias do Estado (VALENCIO, 2012). A cartografização dos riscos “impõe-se como fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações” (VALENCIO, 2009, p. 36). Os mapas de risco seriam ferramentas muito utilizadas em situações de riscos e desastres, instrumentos legítimos segundo as políticas públicas para negarem o direito de lugar das famílias territorializadas nessas áreas. Tais mapas e suas imagens não capturam os processos de vulnerabilização das famílias afetadas pelos desastres. (VALENCIO, 2012).

Os discursos técnicos pautados por práticas e ações técnicas instrumentais objetivistas colocam as famílias afetadas como produtoras de sua própria vulnerabilização, colocando sobre os sujeitos a responsabilidade das territorialidades em locais precários ou com riscos aos processos de inundação. Siena (2010), em sua análise sociológica salienta que no interior das políticas de remoções o pobre passa de vítima a culpado.

Os deslocamentos compulsórios e as remoções involuntárias são materialidades modernas para negar o próprio direito à cidade das famílias que sofrem com um desastre Valencio (2012, p. 58), então, afirma que a “intolerância desenha quatro estratégias complementares no interior das políticas públicas para negarem o direito dos vulnerabilizados em firmar o território e firmarem-se nele, a fim de alcançar o projeto de cidade “ideal” e essa, como lugar da modernidade, e orientação para a nova organização territorial”. São elas:

- (i) A primeira é a cartografização de mapas e cadastros técnicos a fim de identificar territórios e sujeitos que põe em risco o projeto harmônico da cidade, (ii) a segunda e terceira, as vezes simultâneas, é a intervenção das moradias deterioradas, com a retirada compulsória das famílias, (iii) seguida da destruição das moradias e intervenção do local; e (iiii) a quarta e última estratégia é a realização de obras paisagísticas transformando em áreas de proteção ambiental (APA) (IDEM, 2012, p. 58).

Logo, “a intolerância não é um efeito do tipo de modernidade que perseguimos no país, senão uma política tácita, legitimada muitas vezes pela própria produção científica e técnica” (Idem, 58).

Podemos ver essa dinâmica se materializar nos acontecimentos relacionados as inundações em Ururaí, Campos dos Goytacazes (RJ), a partir das inundações que afetaram o bairro em novembro e dezembro de 2008. Colocando em discussão o papel dos mapeamentos de risco no interior das políticas de remoções como dinâmica de (re) ordenamento territorial, a

produção social do espaço urbano das famílias desfavorecidas tem seu teor democrático precarizado, segundo Malagodi (2012), quando os direitos de uma suposta minoria são suspensos ou precarizados em nome do interesse econômico e privado, ao fortalecer o mercado da terra e a lógica da produção do espaço capitalista. Novamente a retórica de um necessário sacrifício social “de alguns” para a realização do interesse comum “de todos”, deslegitimando tantas outras formas de existência social, tantos modos diferenciados de apropriação, uso e ressignificação do território (idem, 2012, p. 02).

Assim, portanto, percebo que a nomenclatura “área de risco<sup>16</sup>” encontra-se carregada de estigmas e violências simbólicas, a nomenclatura no discurso institucional, expressa uma espacialidade com problema, não porque tais áreas estão sujeitas às susceptibilidades ambientais, mas em razão das “ocupações antrópicas” (VALENCIO, 2012, p. 58). As famílias denominadas “áreas de risco” são estigmatizadas e marginalizadas pelas suas moradias “precárias” construídas em tais locais, tomando a aparência do novo viés de classe; a desigualdade de classe continua fortemente presente na sociedade contemporânea, porém, com novas aparências. (VALENCIO, 2012).

Os aparatos cartográficos da geografia física vêm camuflando as dimensões sociopolíticas dos desastres (VALENCIO, 2012), escondendo os processos de vulnerabilização e desigualdades socioambientais que antecedem e seguem o “dia do desastre”. Portanto, se a moradia for suscetível à deslizamentos ou inundações; se a moradia for construída de forma precária; e se a família for caracterizada como empobrecida, pronto, não resta dúvidas, dirão os técnicos: é uma área sujeita à inundação, portanto, trata-se de uma “área de risco”.

Com o discurso das “áreas de risco” se torna mais fácil legitimar as práticas institucionais de desterritorializar os moradores dessas áreas. Nesse aspecto, convém salientar que, as ameaças higienistas assombram e estigmatizam os moradores das chamadas “áreas de risco”, expressando as novas formas de (re)ordenamento territorial e intervenções urbanísticas das cidades contemporâneas. Vale lembrar que as remoções não acontecem somente no contexto dos desastres, mas em todo o país, fruto do discurso institucional legitimado pela cartografização do risco (VALENCIO, 2012)

No entanto, precisamos compreender que muitos moradores desenvolvem fixos e fluxos para sua sobrevivência, mas não o bastante para lidar (satisfatoriamente) com as

---

<sup>16</sup> Para a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), o termo “área de risco” se refere a “área onde existe a possibilidade de ocorrência de eventos adversos” (CASTRO, 1998, p.18).

adversidades dos desastres. Daí que “os agentes naturais como as intensas chuvas afetam primeiramente a territorialização dos empobrecidos” (VALENCIO, 2009, p. 44). Como já apontamos ao longo do trabalho, os desdobramentos do desastre são compreendidos na própria dinâmica social da organização da sociedade, na visão da sociologia dos desastres, pois os desastres são construídos socialmente. De modo que:

As perdas de fixos e fluxos, públicos e privados, em vista da súbita elevada ou recorrente precipitação nas várias partes do país sinalizou, sem meias palavras: há um padrão de organização, ocupação e gestão dos territórios urbanos que predispõem sua população a fatalidades e há uma política de emergência ineficaz para contemporizar os danos sofridos (VALENCIO *et. al.*, 2004).

É preciso compreender, que os grupos sociais, constroem suas moradias como podem, ocupando lugares muito das vezes “precários” ou inapropriados para a moradia. Noutros termos, é dizer “mora onde se pode morar”, no conjunto de “opções” dadas por essa combinação de forças produtoras da cidade capitalista e suas segregações socioespaciais (MARCHEZINI, 2010). É entendida assim, a necessidade de incorporar ao debate dos desastres os processos e dinâmicas desiguais que levaram e levam as famílias a se territorializarem nesses ambientes.

De antemão, concordando com Siqueira, Mendes, Filho (2016), não podemos negar que muitos reassentamentos são necessários, em função das condições precárias e da situação de vulnerabilidade socioambiental a que as famílias foram historicamente expostas. No entanto, precisamos salientar aqui que o que estamos problematizando é a forma como esse processo é e (,) tem sido pautado no interior das políticas públicas, não priorizando a participação da população envolvida no processo, antes, durante e depois da remoção.

As territorializações “indevidas” não podem e não devem ser naturalizadas, já que estas expressam as contradições do sistema de produção capitalista. As políticas públicas de atenção e proteção às famílias atingidas pelas adversidades dos desastres revelam essas relações e processos de desigualdades de classe. Como afirma Valencio (2012), quando, “num dado município, ricos e pobres perdem ou veem danificadas suas moradias, apenas em relação aos pobres o discurso de “remoção” é deflagrado”. A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma “área de risco” (VALENCIO, 2009, p. 7).

Como se já não bastassem todas as perdas, materiais e simbólicas, que as famílias afetadas enfrentam, o discurso da “área de risco” legitima a necessidade de remoções involuntárias pelo Estado, em um contexto de desastre, associado ao fator “ameaça natural”, e

assim o discurso se legitima em qualquer medida tomada pelo poder público pelo bem-estar da população”, desconsiderando o contexto e as causas que levaram as ocupações, bem como as dimensões materiais e simbólicas que perpassam a vida dos moradores nestas localidades (MENDES, 2015, p. 12).

#### 4 DESTERRITORIALIZAÇÕES E OS DESASTRES EM URURAI

Este capítulo é resultado em parte da nossa pesquisa apresentada no relatório final<sup>17</sup> à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) referente à pesquisa nível iniciação científica 2015 e 2016. Nosso estudo objetivou analisar e discutir em que medida as famílias que sofrem com as inundações estão vivenciando um processo de (des)territorialização, o que por sua vez poderia nos informar como este processo integra o atual modelo de ordenamento territorial no município de Campos dos Goytacazes. A nossa busca estava em compreender a construção social e histórica dos discursos e práticas sobre o risco e o enfrentamento do desastre (durante e após sua ocorrência) por parte das famílias em eventos vinculados às inundações que ocorrem no bairro de Ururái, no referido município, diante da atual dinâmica das políticas públicas que se promovem nestes contextos. Partindo disto, buscou-se, analisar como as famílias (des)territorializadas após perderem suas moradias enfrentam o desafio de (re)construir suas vidas em novos territórios.

Antemão, precisamos salientar que nossa trajetória e os resultados alcançados não cumpriram integralmente com o previsto inicialmente para um ano de pesquisa, mas foram primordiais para alimentar grande parte das nossas buscas no próprio trabalho que aqui apresento.

Conforme mapeamento referencial feito por Haesbaert (2007) sobre definições de *território*, interessa-nos uma visão integradora do espaço social que permita análises críticas dos fundamentos e dinâmicas de sua organização territorial, melhor qualificando assim o espaço geográfico pelas variáveis simbólico-culturais, políticas e econômicas. E é nesta mesma malha conceitual que, ao concordar com Malagodi e Siqueira (2012), encontramos os fenômenos ditos ambientais ou ecológicos, tais como os desastres, e não apenas como disciplina científica específica. Pois, para Haesbaert, “até mesmo a dinâmica da natureza e a chamada questão ambiental precisam, de alguma forma, ser incorporada ao debate da desterritorialização (...)”, pois, “afetam e afetarão cada vez mais nossa organização territorial” (HAESBAERT, 2007, p.368).

Neste capítulo, portanto, abordaremos, os possíveis processos de (des)territorialização e (re)territorialização que os desastres revelam. Entendemos que tal abordagem poderia

---

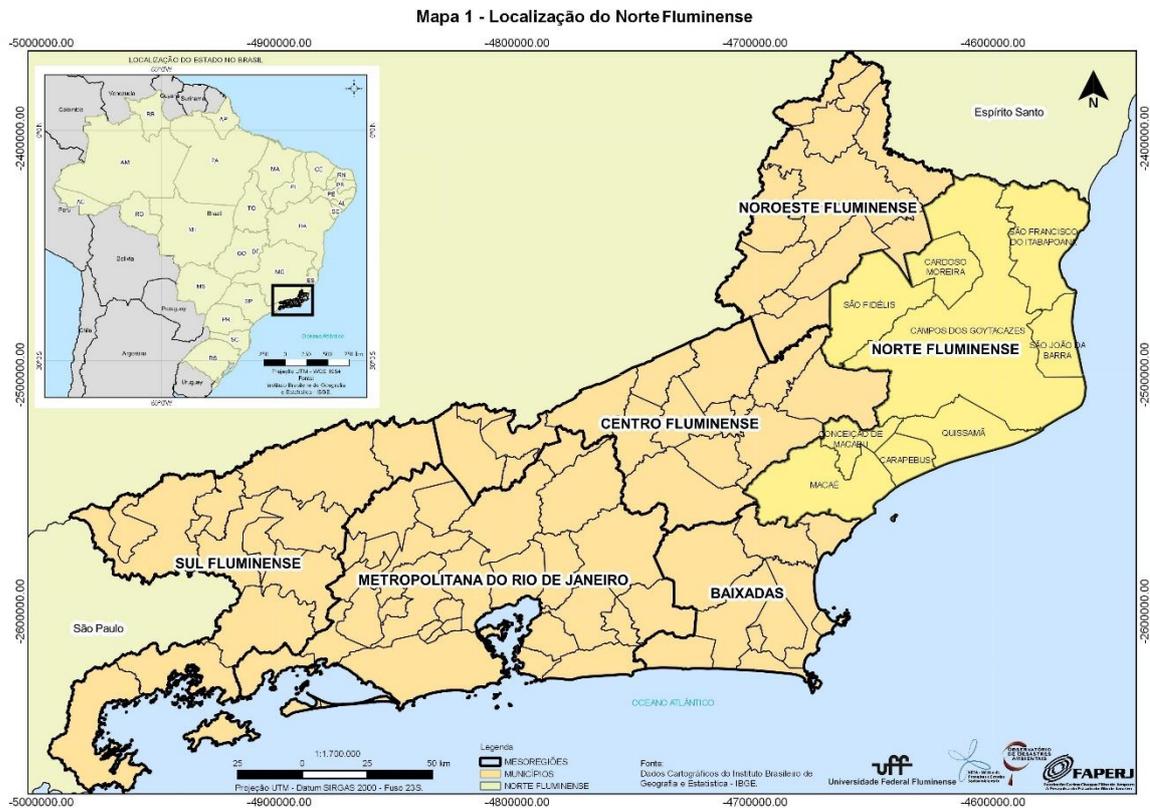
<sup>17</sup> Relatório Final apresentado à FAPERJ referente à pesquisa nível iniciação científica, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Sampaio Malagoli. Processo nº E-26/200.054/2015.

contribuir para o debate envolvendo os processos de des-re-territorializações, e assim possibilitar uma importante caracterização sobre a relevância da questão ambiental em novos padrões de ordenamento territorial. Mais do que compreender como as famílias passam pelo processo de desterritorialização, propomos compreender a complexidade dos desafios das novas territorialidades que as famílias enfrentam após passarem pela experiência do abrigo temporário, revelando o território como lugar vivido e percebido.

#### **4.1. Contextualização socioambiental do desastre em Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ)**

Ururá está localizado no município de Campos dos Goytacazes, às margens de dois cursos hídricos: um rio que leva o mesmo nome do bairro e o canal Cacumanga. Sua distância é de aproximadamente doze quilômetros do centro urbano de Campos através da rodovia BR-101. De acordo com o censo 2010 do IBGE, Ururá tem aproximadamente 8.787 habitantes, e embora não seja uma zona rural, também não é considerado um distrito, mesmo tendo uma densidade demográfica maior do que outras sedes distritais (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012b). Segundo o Plano Diretor do município, o bairro se caracteriza como um “núcleo urbano” do primeiro Distrito do Município, onde está situada a cidade campista (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008). A seguir o mapa da localização do Norte Fluminense (RJ).

Figura 1: Localização do Norte Fluminense (RJ)

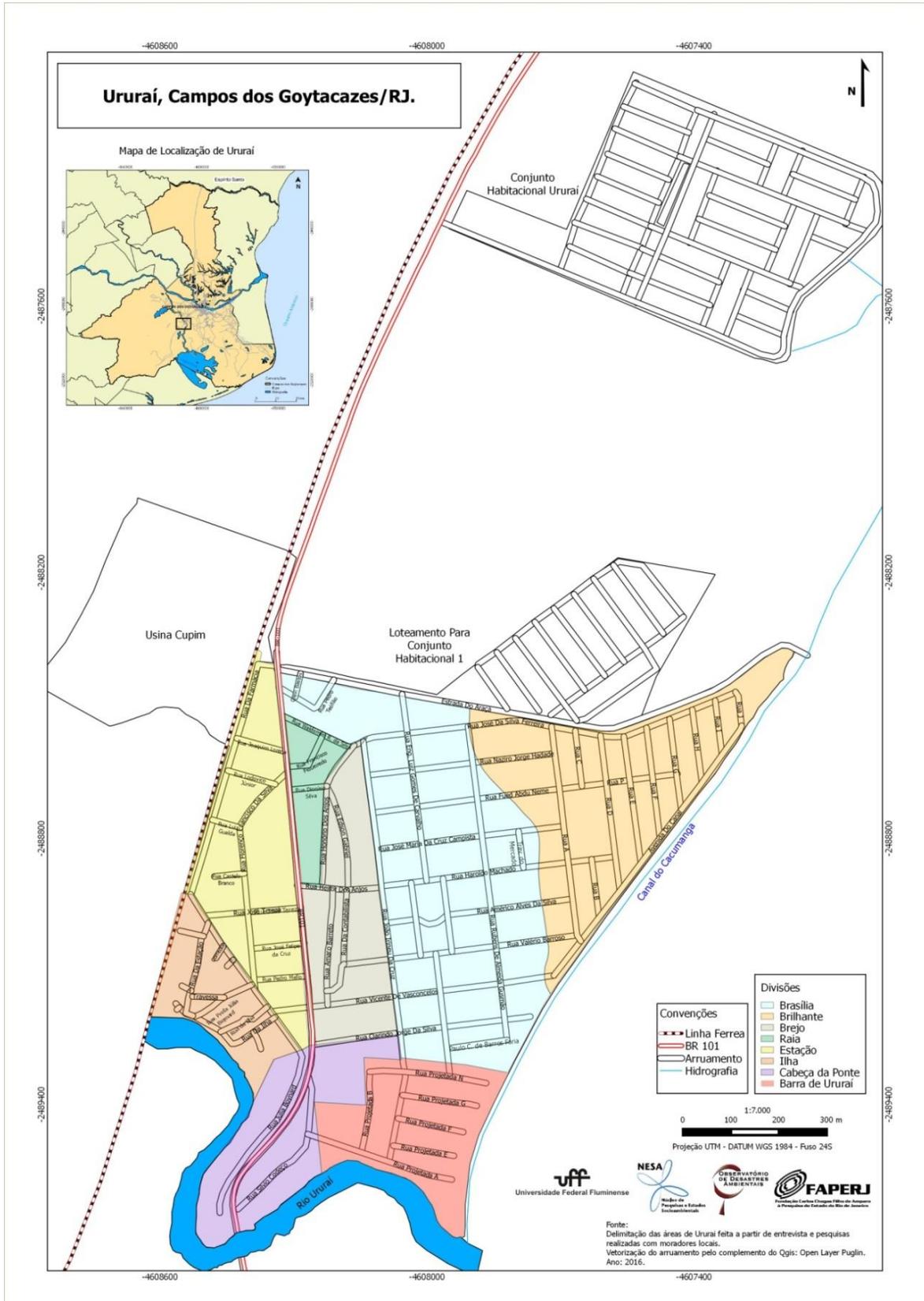


Fonte: Relatório FAPERJ (NESA, 2016).

O mapa a seguir ilustra nossa área de estudo, em Ururá. É importante ressaltar que a confecção do mapa em termos de definição de áreas que compõem a localidade aconteceu em parceria com os moradores e com integrantes da associação de moradores de Ururá, apoiando-se na percepção dos colaboradores. Em certo sentido, tal mapa é resultado do que compreendemos por mapeamento participativo, pois como vemos na literatura sobre o tema trata-se de uma forma de trazer a comunidade para o desenvolvimento do projeto. Isto é, o mapeamento participativo para Para Herlihy e Knapp (2003 apud ACSELRAD; COLI, 2008,) <sup>18</sup> “é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e insere em modelos mais convencionais de conhecimento”.

<sup>18</sup> Herlihy, Peter H. & Knapp, Gregory (eds.). 2003. Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

Figura 2: Localização da área de estudo



Fonte: Relatório FAPERJ (NESA, 2016).

O processo de ocupação da localidade aconteceu ainda no século XVIII, e envolve a implantação da Usina de Açúcar e Alcool Cupim (denominação mais recente), pertencente ao grupo Othon nas últimas décadas, e que manteve seu funcionamento até 2009, mantendo-se ainda hoje sua estrutura em meio a áreas de cultivo de cana-de-açúcar (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012b). Destaca-se que a formação do atual núcleo urbano de Ururáí tem suas raízes no meio rural (SIQUEIRA; MALAGODI, 2013)

Segundo Malagodi e Siqueira (2012b), a priorização do uso das terras melhor drenadas para o plantio de cana-de-açúcar, os baixos salários que impediam os trabalhadores de adquirir terrenos em outras áreas da cidade, assim como a falta de planejamento e políticas públicas por muitas décadas para aquele núcleo urbano ocasionou a crescente ocupação de áreas úmidas aterradas e de áreas às margens do rio Ururáí e do canal de Cacumanga. Desse modo, ainda para aos autores, entende-se porque a população de Ururáí enfrenta enchentes com certa frequência, como apontam os autores.

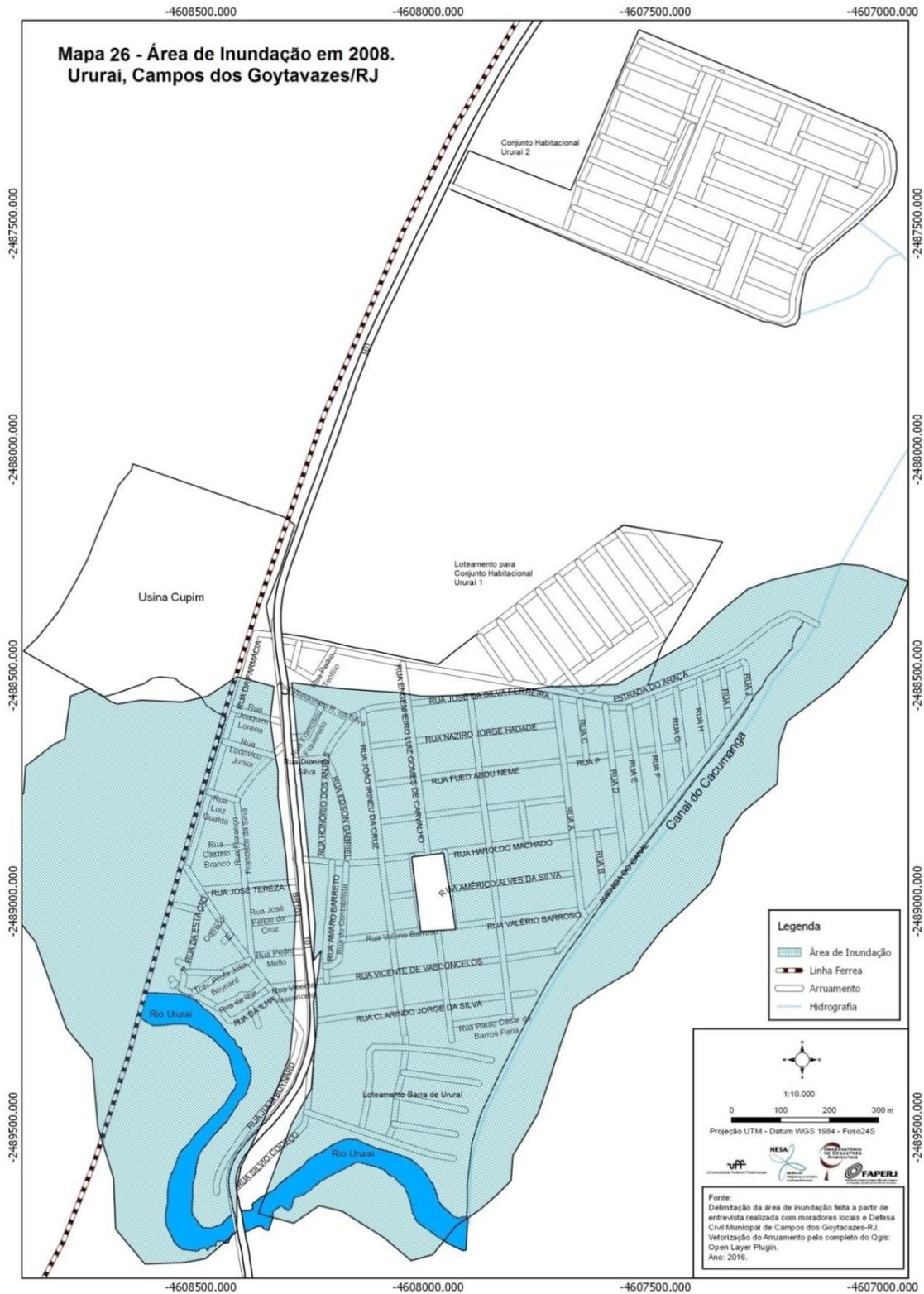
Tal processo de ocupação, somado à sua localização geográfica, em proximidades a dois cursos hídricos, faz com que muitas áreas de Ururáí estejam sempre sujeitas a processos de inundações; isso porque, com as chuvas, ocorre o aumento da vazão do, atingindo famílias que ocuparam as áreas úmidas aterradas e as áreas às margens dos cursos hídricos (SIQUEIRA, et. al., 2016).

Em novembro e dezembro de 2008, antecipando as chuvas de verão e com a cidade ainda se recuperando da inundação de 2007, um evento atípico de chuvas caracterizadas por um alto índice pluviométrico gerou uma inundação de proporções não vivenciadas até então pelos moradores de Ururáí (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012b). Neste período, segundo os autores aproximadamente oito mil pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas no bairro devido às intensas chuvas. Segundo estimativas da Defesa Civil divulgadas na mídia, as intensas chuvas de 2008 que atingiram o bairro de Ururáí afetaram 90% da população ururaense, deixando 2.450 desabrigados e 5.500 desalojados na cidade de Campos, e grande parte do estado do Rio de Janeiro em situação de emergência<sup>19</sup> (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012b).

---

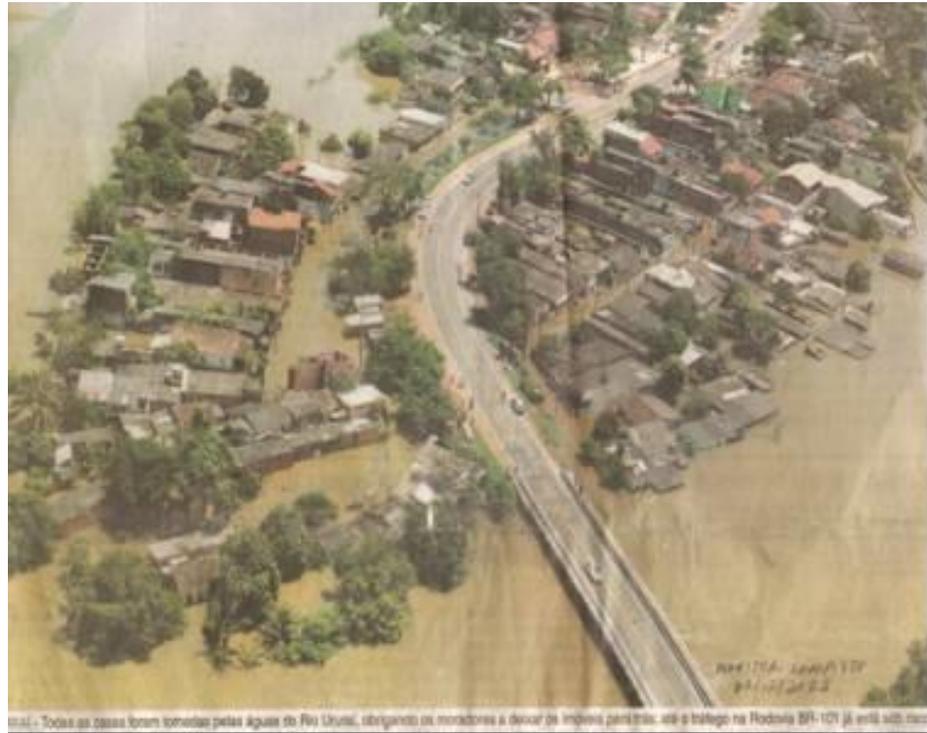
<sup>19</sup>Segundo a Defesa Civil Nacional (2012) situação de emergência é a “alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta”. (...) A declaração de situação de emergência é competência do Governo Federal ou Prefeito Municipal e é feito mediante à decreto.

Figura 3: Área de Inundação em Ururai em 2008



Fonte: Relatório FAPERJ (NESA, 2016).

Figura 4: O núcleo urbano de Ururaí na inundação de 2008.



Fonte: Acervo pessoal Aristides Soffiati, Monitor Campista, 2008.

Figura 5: Inundação em Ururaí em dezembro de 2008.



Fonte: Acervo pessoal Aristides Soffiati, Monitor Campista, 2008.

Como já salientado na introdução deste trabalho, compreendemos as inundações em Ururá, a partir do referencial teórico da Sociologia dos Desastres que aborda o desastre como um fenômeno também social e não somente natural. Partindo desse pressuposto, os desastres relacionados às inundações poderiam ser estudados a partir do conceito de território, visto que tais eventos podem nos revelar possíveis processos de (des)territorialização e (re)territorialização capazes de (re)configurar assim o espaço geográfico.

Assim, nossa proposta norteadora era desenvolver um estudo sobre os possíveis processos geográficos de (des)-(re)territorialização, fazendo-se necessária uma revisão a partir dos conceitos de território (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 1978; HAESBAERT, 2007, 2004; SAQUET, 2008). Apresentamos a seguir alguns de nossos resultados nessa investigação.

#### **4.2. Território: considerações e abordagens**

Para falarmos de desterritorialização precisamos esclarecer primeiramente o que entendemos por território. Afinal, precisamos compreender qual território estamos nos referindo quando falamos de desterritorialização, pois, dependendo da conceituação de território, a noção de desterritorialização muda. Assim, neste fragmento faremos uma discussão teórico-metodológica do conceito de território na Geografia, como base inicial da nossa investigação. Para isso, utilizaremos como base teórica Haesbaert (2004), Saquet (2008), Raffestin (1993), sem descartar autores importantes como Santos (1978), a fim de realizarmos uma revisão bibliográfica

Encontrar uma única definição para território não é uma tarefa fácil, relata Milton Santos. Afinal, a categoria possui diversas acepções, de forma que toda e qualquer definição não é uma definição fixa, ela é flexível e permite mudanças (SAQUET; SILVA, 2008). Isso quer dizer que os conceitos têm diferentes significados e diferentes geograficidades (idem).

Antes de apresentarmos a discussão sobre o conceito de território, é importante salientar uma advertência de Raffestin (1993) de que espaço e território não são equivalentes; segundo o autor, por tê-los usado sem critérios, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que se privaram de distinções necessárias; o autor coloca que embora haja uma confusão entre os dois conceitos, é essencial compreender que o território se forma a partir do espaço, e que o espaço é preexistente a qualquer ação.

Milton Santos em “Por uma nova geografia” coloca que; “ a utilização do território pelo povo cria o espaço”, e assim, o território antecede o espaço (SAQUET; SILVA, 2008). Já

sobre a proposição de Lefebvre, que sempre se referia a espaço (,) enquanto um espaço-processo, sendo este socialmente construído pelas relações sociais (espaço social), e não se referia a território, Haesbaert (2004), afirma que o espaço trabalhado pelo autor é “um espaço feito território” através dos processos de apropriação e dominação.

Milton Santos conceituava o espaço como uma instância da sociedade, e dizia que este precisava ser considerado como totalidade, isto é, como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente (SAQUET; SILVA, 2008). O espaço, então, como colocam de um modo geral estes autores é resultado e condição dos processos sociais, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. O espaço organizado pelo homem é um espaço produzido por agentes hegemônicos e agentes hegemonzados. Para Raffestin (1993) o território se apoia no espaço, mas este não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção do território se dá por causa de todas as relações que o envolve, isto é, das relações sociais de produção inseridas num campo de poder.

Já para Rogério Haesbaert desde sua origem, o território “surge” com uma dupla conotação, material e simbólica, pois ao pensarmos em seu no sentido etimológico, o termo tanto aparece próximo de *terra-territourium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar); isto é, tem a ver com as relações de poder e dominação no sentido jurídico e político do território e não apenas o “poder político”, mas também no sentido simbólico-cultural do território (HAESBAERT, 2004).

Em qualquer acepção apontada pelo autor, o território tem a ver tanto com a dimensão material, de dominação, quanto a dimensão simbólica, de apropriação do território (HAESBAERT, 2004). Ou seja, está relacionado simultaneamente ao poder material (econômico, político) e ao poder imaterial (subjetividades, simbólicas, sentimentos, comportamentos, medos), bastante vinculado a noção de territorialidade. Lefebvre (1986 apud HAESBAERT, 2004) distingue apropriação de dominação, a primeira aparece como um processo simbólico, ao carregar as marcas do “vivido”, do valor de uso, de modo que, o sujeito social ou grupo social usufrui do território estabelecendo laços e vínculos afetivos, o segundo aparece, como dominação, no seu sentido mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, de lucros e controle físico sobre o território. Portanto, para o autor:

Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O

território é “funcional” a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista) (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Assim, portanto, segundo o autor, poderíamos falar em duas referências “extremas” ou dois grandes “tipos ideais” frente aos quais podemos investigar o território: uma mais funcional e outra mais simbólica. Lembrando que, para ele, todo território “funcional” tem sempre uma dimensão simbólica, mesmo que expresse de forma mínima, e todo território “simbólico” tem sua dimensão funcional, por menos expressivo que seja (idem, p. 04).

Para representar o território funcional e o território simbólico, o autor confeccionou o seguinte esquema;

<b>Território “funcional”</b>	<b>Território “simbólico”</b>
Processo de Dominação “Territórios da desigualdade”	Processos de Apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”
Território “sem territorialidade” (empiricamente <u>impossível</u> )	Territorialidade “sem território” (ex.: “Teria Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade(?) (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Extraído de (idem, p. 04).

Mais importante que esse esquema genérico e aparentemente dicotômico é percebermos a historicidade do território, sua variação conforme sua geograficidade, diz o autor. Assim, os objetivos dos processos de territorialização, de dominação e apropriação do espaço, variam ao longo do tempo e dos espaços (idem, p. 05). Ou seja, cada processo de territorialização tem o seu próprio contexto histórico.

Concordando, portanto, com o autor, compreendemos o território como fruto da construção histórica e social, a partir das relações de poder político e simbólicas que envolvem, concomitantemente, espaço e sociedade, que é sempre de alguma forma relações entre sociedade e natureza (HAESBAERT; LIMONAD, 1999, p. 42). A ideia de território aqui assumida é compreendida enquanto porção do espaço geográfico onde as dimensões culturais-simbólicas, econômicas e políticas se fazem presentes. Em sua produção intelectual Haesbaert coloca a dimensão material e simbólica-culturais em seus estudos do território e da territorialidade e assim, será nosso principal referencial teórico para os estudos dos processos de des-re-territorialização.

Embora o debate acerca da noção de território não seja uma novidade na Geografia, o conceito se funda em novas leituras e sentidos, tais como: abrigo, lar, lugar de experiências, medos, expectativas, espaço das experiências vividas, das relações sociais. Ao mesmo tempo em que para Santos et al (2000) citado Haesbaert (2004) o território aparece como recurso dos “grupos hegemônicos”, o território aparece simultaneamente como (abrigo para a sobrevivência dos “grupos hegemonzados”. Claramente que, “enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver (...) outros, na base da pirâmide social, não tem sequer a opção do ‘primeiro’ território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (HAESBAERT, 2004 *apud* HAESBAERT, 2004, p.360)<sup>20</sup>.

Pensar o território nessa instância, enquanto território vivido é um dos passos importantes para compreender quão necessária a discussão em torno dos desastres afeta e desterritorializa os grupos sociais excluídos de seus territórios. Nessa perspectiva, compreendermos a importância das novas (re) leituras do território, estendo tais (re) leituras atentas aos processos de desterritorialização. Partindo dessas premissas, nós vamos compreender no item seguinte a moradia enquanto território, que segundo Marchezini (2009), “permite a construção da realidade social da família”. A ideia de moradia enquanto dimensão territorial e simbólica remete à ideia de território vivido, concebido pela própria família ou grupo social. Afinal, é no território que as famílias constroem suas vidas, seus laços afetivos, e suas relações simbólicas com o lugar

---

<sup>20</sup> HAESBAERT, H. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

### 4.3. Repensando a desterritorialização

Feitas as considerações teóricas-metodológicas acerca do conceito de território, este subitem tem por objetivo compreender as novas (re)leituras do processo de des-re-territorialização pelo qual as famílias afetadas pelos desastres passam. O título se justifica ao passo que, o cenário dos desastres expressa uma das mais dramáticas experiências vivenciadas por parte da população mais afetada pelas adversidades dos desastres, a perda material e/ou simbólica das famílias atingidas, sinalizando a possível associação com os processos de vulnerabilização e, revelando a realidade da desterritorialização das famílias afetadas.

Assim, objetiva-se aqui, iniciar uma reflexão sobre em que medida podemos compreender os processos de desterritorialização das famílias, do seu lugar, imbricados aos processos de inundação em Ururá. Reconhecemos, assim, de acordo com Haesbaert (2004), que todo território está sujeito a sofrer um processo de desterritorialização e toda desterritorialização revela sua própria dimensão histórica e seu próprio contexto geográfico, sendo necessárias reflexões de acordo com a realidade e o contexto de cada território. No entanto, para o autor, um dos problemas dos discursos sobre a desterritorialização, amplamente abordada por alguns estudos é a proposição do “fim dos territórios” e, isso acontece com frequência, pois não fazem referência a concepção de território ao qual se referem (HAESBAERT, 2003, p. 11).

A desterritorialização então é sempre focalizada a partir das dimensões econômicas e políticas, no entanto, há outras lógicas que tem desencadeado tais processos, a dimensão mais especificamente social, que a discussão da desterritorialização deveria priorizar, mas praticamente não é abordada (HAESBAERT, 2004, p. 311). Essas lógicas, pouco estudadas, estendem-se aos processos cuja manifestação ganha materialidade nos desastres relacionados às águas. Assim, o debate da desterritorialização deveria ser aplicado,

a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (IDEM, 2004, p. 312).

Haesbaert (2004) aponta que o caráter social multidimensional e dinâmico do processo de desterritorialização deve ser geograficamente e historicamente contextualizado. Assim o

autor inicia os estudos acerca da expressão “aglomerados de exclusão”, para traduzir a dimensão geográfica ou espacial dos processos de desterritorialização mais extremos de exclusão social, pois, afirma que essa noção expressaria bem o sentido de “desterritorialização” e “territorialidade precária” que o próprio autor se refere (idem, p. 313). Segundo ele, os “aglomerados de exclusão” compreendem os grupos sociais desfavorecidos que sofrem com os processos de segregação e exclusão territorial. Segundo Haesbaert (1995, p. 170), os aglomerados se situam num nível mais agudo do processo de exclusão, em que os “sujeitos sociais perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança perversa, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos sem-teto” e, possivelmente os grupos desterritorializados pelos desastres, sendo esta outra de nossas hipóteses. Desse modo, o termo “desterritorializados” deve ser dirigido aos sujeitos destituídos do seu território enquanto local de reprodução e de sobrevivência, segundo o autor. Pois é ali que, para ele sem dúvida nenhuma a desterritorialização se materializa com toda a sua perversidade. Em sua análise, o autor afirma que, se trata, de fato, de uma desterritorialização como perda do acesso à terra, vista não só no sentido de reprodução material, num sentido físico (como por exemplo: as moradias dos afetados pelos desastres), mas também como *locus* de apropriação simbólica (identidade territorial; territorialidade) (idem, 2003):

(...) é preciso destacar a relevância da relação entre desterritorialização e desigualdade social. Ligada aos níveis de exclusão social (HAESBAERT, 1995). Mais do que um fenômeno genérico, de destruição e remodelação dos territórios, promove-se, um intenso movimento de exclusão territorial, de impossibilidade concreta de inserção nas formas mais elementares da territorialização” (idem, 2003, p.22).

É nesse referencial teórico, temos por hipótese que as famílias afetadas por desastres enfrentam um intenso movimento de exclusão territorial, após serem removidas involuntariamente, sendo vedadas as formas mais elementares da territorialização. A desterritorialização expressa o viés classista no interior dos processos de desterritorializações, diz o autor:

(...) para os ricos, a desterritorialização, pode ser confundida com uma multiterritorialidade segura, mergulhada na flexibilidade e em experiências múltiplas de uma mobilidade “opcional”(…). Enquanto isso, para os mais pobres. a desterritorialização é uma multi ou. no limite, a-territorialidade insegura, onde a mobilidade é compulsória, resultado da total falta de opção, de alternativas, de "flexibilidade", em "experiências múltiplas" imprevisíveis

em busca da simples sobrevivência física cotidiana. Caminho fácil para a reinserção social em circuitos territorialmente segregados/segregadores, geradores de novos territorialismos (IDEM, 2003, p. 22).

Com isto partimos da afirmação do autor, que toda parcela da população desfavorecida e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, segregação socioespacial e, por extensão exclusão territorial, isto é, em outras palavras, “desterritorialização” (Idem, 2003).

Desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido mais “forte”, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade. É importante, contudo, de saída, acrescentar que, assim como não há uma situação de completa exclusão e/ou privação territorial, isto é, desterritorialização num sentido absoluto, **a não ser como espaços que são (pelo menos durante um período razoável de tempo) vedados à “territorialização”**. Não se trata, porém, neste caso, exatamente de uma “exclusão socioespacial”, no sentido mais especificamente social, aqui enfatizado, como uma “exclusão territorial” que se estende a própria relação sociedade-natureza. Neste caso é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos do (ou precariamente incluídos no) território. (HAESBAERT, 2004, p. 315, grifo nosso).

A estes espaços vedados à territorialização, no contexto dos desastres, relacionamos os múltiplos processos de desterritorialização pelo qual as famílias atingidas pelas inundações em Ururá passam. Abordaremos no próximo fragmento esta discussão.

É nesta malha conceitual que relacionamos o processo de desterritorialização aos desastres ligados às inundações em Ururá, no bojo do qual se constitui os grupos de desabrigados<sup>21</sup> pelos desastres. No entanto, precisamos reconhecer que, não tem como se falar de (des)territorialização sem mencionar o processo de (re)territorialização, pois como aponta o autor são processos que não acontecem de formas isoladas nem tampouco desarticuladas. A ruptura, ou perda de um território sempre implicará de algum modo, na (re)construção de um novo território, sendo ele temporário ou não (HAESBAERT, 2004). Por isso o processo de des-re-territorialização segundo o autor é utilizado com hífen, afirmando as novas formas de (re)territorialização, mas sim enquanto processos concomitantes (Idem, 2004). Ou seja, são

---

<sup>21</sup>Desabrigados são os que, na ausência de relações de parentesco, compadrio e afins para provimento de uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado na tomada de providência de reabilitação da família (CASTRO, 1999).

dois processos associados e complementares entre si que são fundamentais às dinâmicas sociais, integrando-as.

Entendemos que na situação de desastres relacionados à água, nosso contexto de estudo, a desterritorialização está ligada à perda concreta (material, moradia), a restrições dos seus direitos, sua cidadania, e ao rompimento de laços afetivos e simbólicos estabelecidos pelos grupos sociais com o território. A desterritorialização relacionada aos desastres seria de fato a, territorialização extremamente precária a que estão sujeitos, cada vez mais, dos “aglomerados de exclusão”, dos tantos grupos “minoritários” na sua luta pelo “território mínimo”, do abrigo, da morada, do aconchego cotidiano, de (re) existir em novos territórios (HAESBAERT, 2004).

No entanto, tão complexos como os processos de desterritorialização pelo qual os desabrigados pelos desastres passam, são os processos de re-territorialização que as famílias enfrentam em novos “territórios”.

#### **4.4. Do desastre a desterritorialização**

Percebemos em nossas entrevistas que, quando chega a época da chuva, o medo toma conta de todos na localidade. O medo de sofrerem novos danos materiais, da perda de suas moradias. As famílias afetadas sofrem com o primeiro processo de desterritorialização, quando são estigmatizadas como desabrigados/desalojados pela Defesa Civil (MARCHEZINI; SIENA, 2010).

As famílias atingidas foram deslocadas para as escolas do bairro, que foram utilizadas num primeiro momento como abrigos temporários, pois para muitos o abrigo é a única alternativa. Segundo Valencio (2009), durante as inundações algumas famílias, por não terem condições financeiras para providenciar rapidamente um lugar temporário, ficam em casas de familiares ou amigos, o abrigo público acaba se tornando a alternativa mais rápida ou muitas das vezes a única alternativa para as famílias se abrigarem.

Para a autora, “não ter para onde ir e revelar condição estigmatizante é um aspecto do dano severo a auto-imagem e identidade do desabrigado. Um mínimo de dignidade pessoal torna-se difícil na rotina pós desastre” (VALENCIO 2009, p.187).

As famílias desabrigadas, diante do processo de perda do território enquanto moradia são obrigadas pelo poder público a “tentar” se reterritorializar em espaços que perderam suas

funções originais para se tornarem abrigos, espaços adaptados temporariamente, sempre tido pelo discurso público como um “lugar provisório” (MARCHEZINI, 2010, p.73).

“A necessidade de uma família atingida precisar ir para o abrigo revela um processo de desterritorialização extrema” (MARCHEZINI, 2010). O que nos permite levantar questões sobre a dinâmica das relações sociais e da qualidade dos abrigos em Ururá, nesse período de enfrentamento, dialogando com nossos referenciais teóricos. As escolas do bairro são uma medida provisória do Estado para abrigar as famílias atingidas pelas inundações, escolas estas que perdem sua funcionalidade para se transformar em abrigos temporários (*territórios forjados*<sup>22</sup>). Ou seja, as famílias desterritorializadas precisam lidar com o desafio de reconstrução das práticas sociais estabelecidas com seu território, só que agora, em *territórios forjados* pelo Estado, os abrigos temporários.

Algumas das principais reclamações das famílias entrevistadas foi a falta de suporte da prefeitura, no abrigo temporário: “há falta de privacidade nos alojamentos, já que em cada sala são abrigadas até três famílias” (ENTREVISTADO 05, 2015) que muito das vezes nem se conheciam. A falta de espaço e privacidade para que as famílias pudessem continuar suas vidas após os acontecimentos, revela a problemática por trás dos abrigos temporários e a ineficaz política de emergência para acomodar as famílias afetadas pelos desastres (MARCHEZINI, 2010).

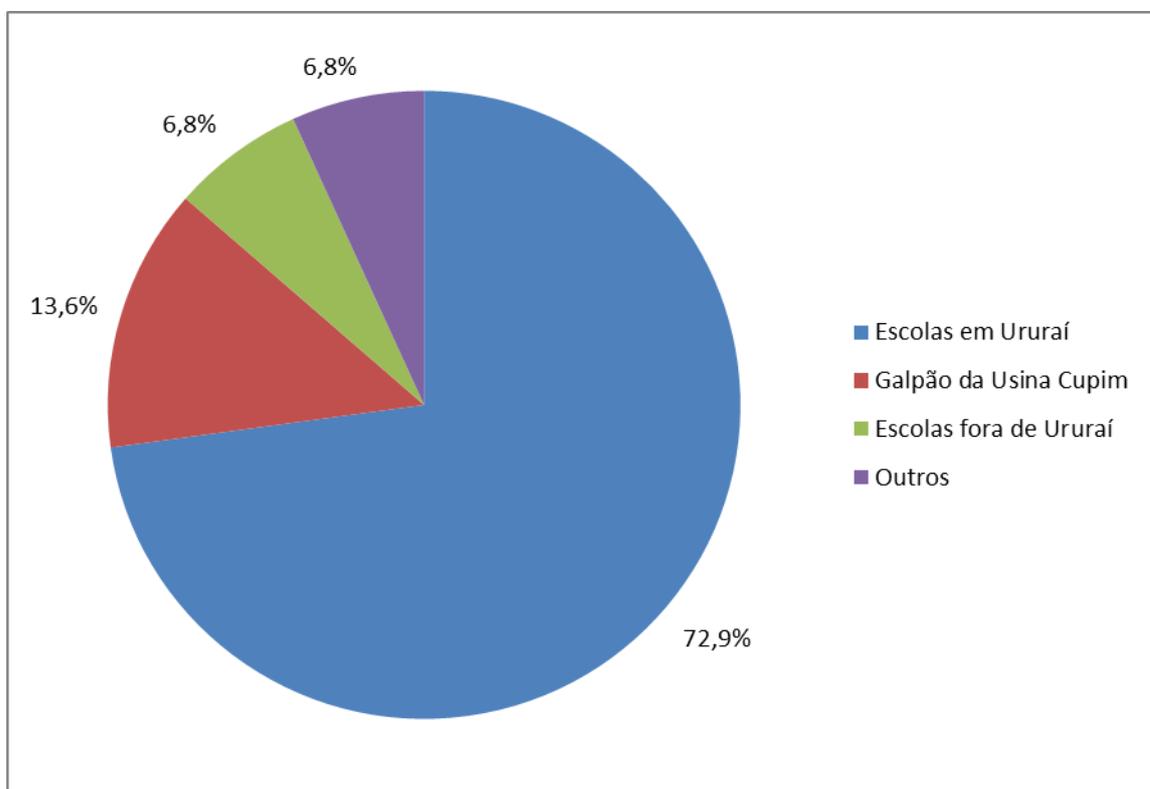
Muitas famílias que passaram pela experiência do abrigo temporário, passaram por mais de um abrigo (múltiplos “territórios”). Em seus relatos a moradora Ana conta que ficou aproximadamente três meses em abrigos após as cheias que atingiram Ururá. Como os abrigos eram escolas que perderam sua funcionalidade e precisavam retornar as suas atividades, as famílias foram removidas novamente. O gráfico<sup>23</sup> ilustra o percentual do fluxo dos moradores para os abrigos públicos a partir de dados da pesquisa do NESA, e o mapa é a espacialidade do fluxo das famílias para os abrigos públicos.

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Marchezini (2010), em referência aos abrigos temporários.

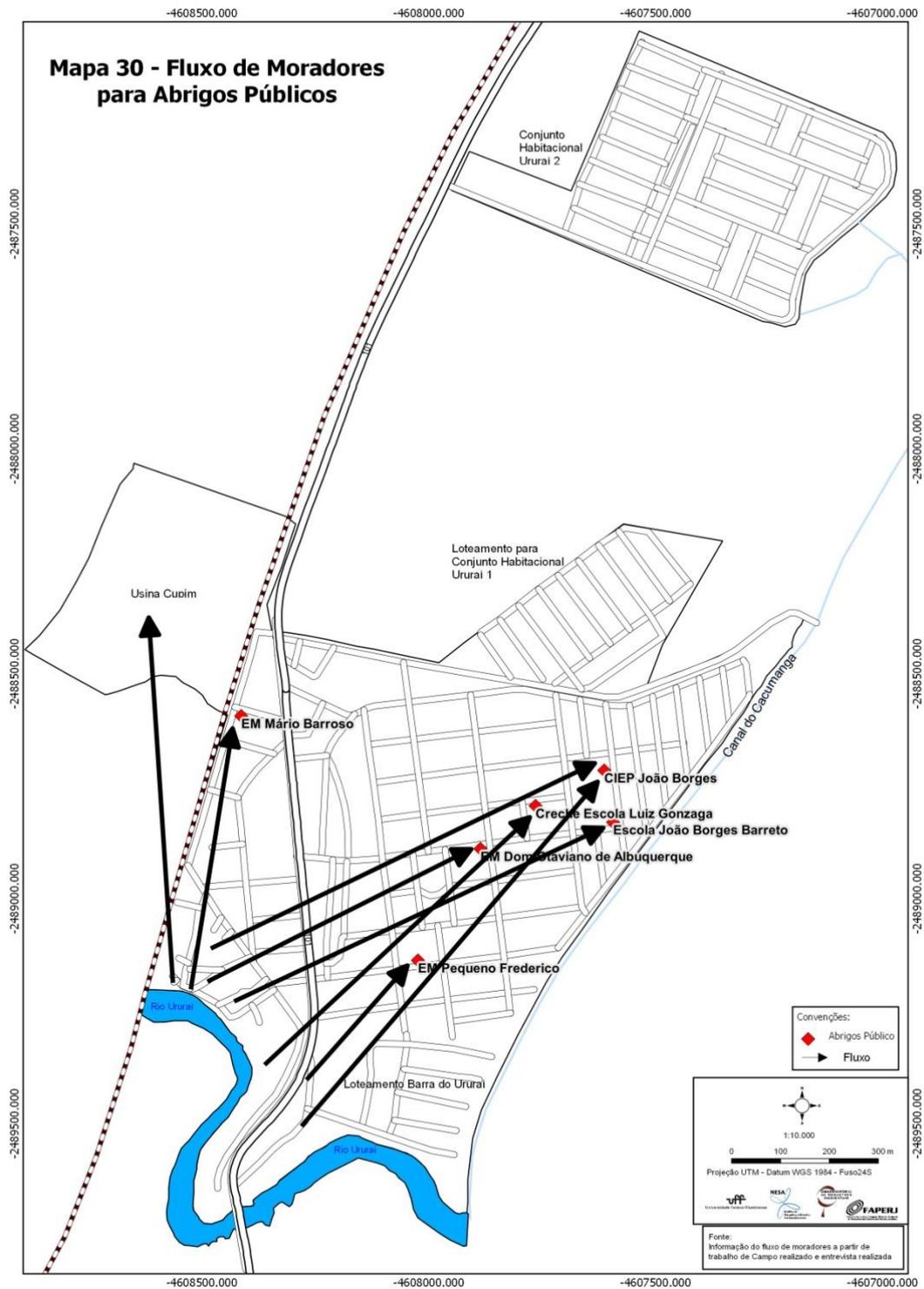
<sup>23</sup> O mapa foi confeccionado a partir da pesquisa realizada pelo NESA de caráter quantitativo com os moradores das localidades afetadas pelas cheias em Ururá. Foram identificados 301 domicílios e aplicados 232 questionários (...). A maior parte dos entrevistados que tiveram a casa afetada em algum momento tiveram que sair de suas casas pelo menos uma vez (184 domicílios, 92%). Cerca de 30% das famílias foram para abrigos coletivos temporários. Na maior parte dos casos relatados, as pessoas foram para escolas em Ururá (pessoas de 43 domicílios, 72,9%); alguns citaram o galpão da Usina Cupim (13,6%); escolas fora de Ururá (6,8%) e outros (6,8%) (SIQUEIRA, et al., 2016).

Gráfico 1: Percentual do fluxo de moradores para abrigos públicos



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do relatório FAPERJ (NESA, 2106).

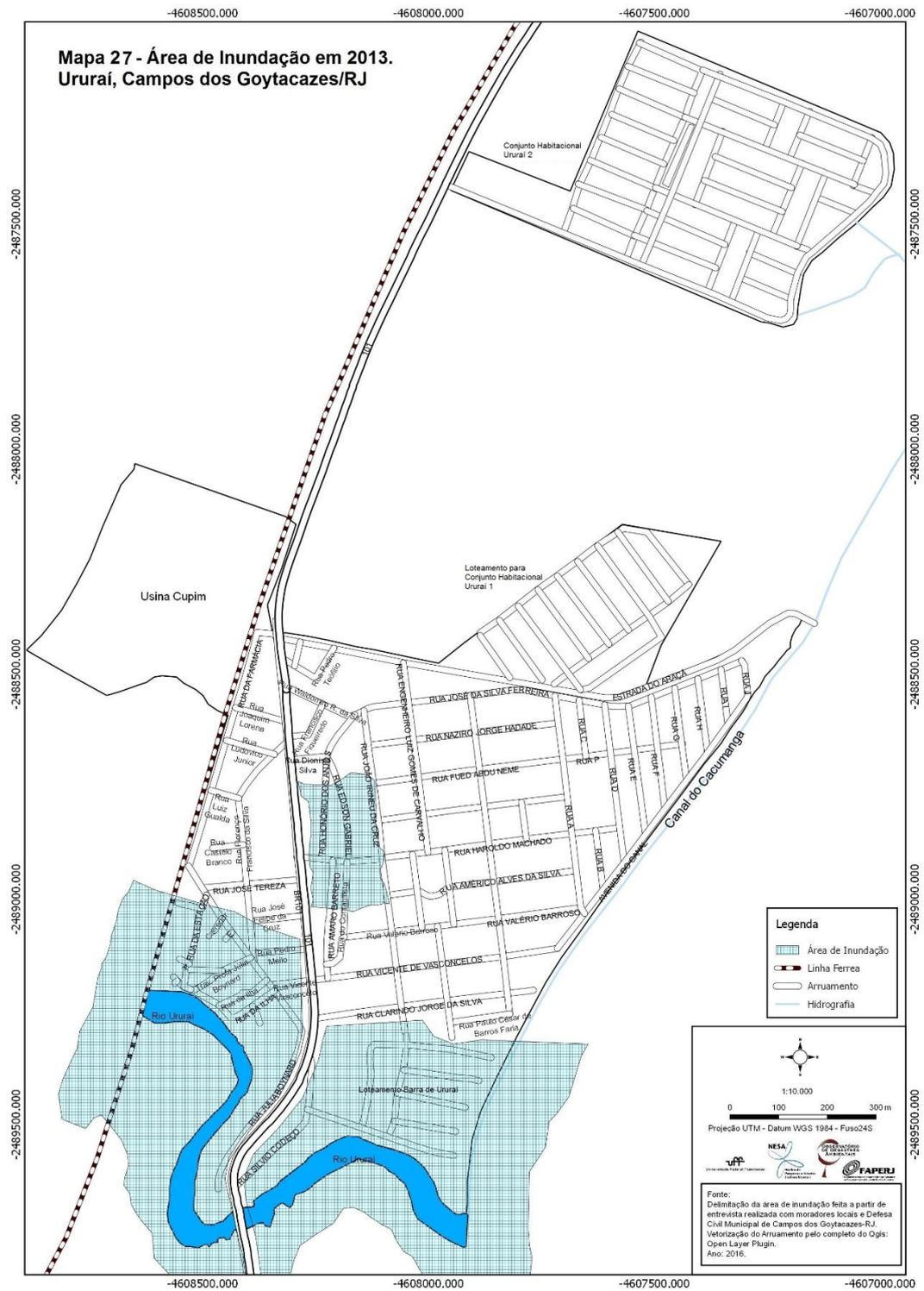
Figura 6: Fluxo de moradores desabrigados para os abrigos públicos em Ururáí, Campos dos Goytacazes (RJ)



Fonte: Relatório FAPERJ (NESA, 2016).

Grande parte da população de Ururáí ficou desabrigada ou desalojada; no entanto, verificamos que os moradores das localidades da Cabeça da Ponte e da Ilha, passaram pela experiência do abrigo público como ilustrado anteriormente nos resultados quantitativos do projeto NESA. Estas estão situadas às margens do rio Ururáí, e são os primeiros locais a serem atingidos pelas cheias do rio. Isso está ilustrado no mapa anterior sobre o fluxo para os abrigos temporários cujo padrão se repetiu em 2013, como podemos perceber no mapa a seguir.-

Figura 7: Área de inundação em 2013, Ururá, Campos dos Goytacaze (RJ)



Fonte: Relatório FAPERJ (NESA, 2016).

As famílias deslocadas para escolas do bairro, posteriormente foram transferidas para moradias do programa habitacional “Morar Feliz” dos bairros da Penha, Novo Joquei e Tapera. Algumas das famílias deslocadas tiveram suas casas demolidas para se evitar novas ocupações, em entrevista com duas assistentes sociais da Empresa Municipal de Habitação da Prefeitura de Campos envolvidas nos cadastros das famílias que foram deslocadas para o “Morar Feliz da Penha, relataram que:

Após a remoção, muitas casas eram demolidas, pois muitas famílias, ou familiares e, ou até mesmo outros moradores queriam voltar para morar no local de risco. Era preciso demolir senão, não vai ser trabalho bem feito, pois vai continuar em risco (ASSISTENTE SOCIAL 01, EMHAB, 2016).

A partir de depoimentos muitas famílias não queriam abandonar suas casas, mas foram forçadas a isso, pois o processo de demolição das moradias pela defesa civil segundo o discurso oficial, foi realizado justamente para se evitar novas ocupações. Com medidas arbitrárias e ações autoritárias, moradias de muitas famílias foram demolidas, o que nos mostra a desterritorialização simbólica e material pelo Estado. Afinal, consideramos a casa o primeiro território da família: lugar concreto enquanto abrigo de muitos e muitas, também é lugar de segurança (MARCHEZINI, 2010), entendo que é onde estão representadas as memórias, os sonhos, as esperanças e os medos; a moradia permite a construção da realidade social da família. Como diz uma senhora que entrevistei na Penha em janeiro de 2017: “Eu perdi minha casinha, era tudo que eu tinha sabe... construí com meu suor... demorou pra acabar... mas era meu... então com as cheias de 2008 eu perdi tudo” (ENTREVISTADA 18, 2017).

Não podemos deixar de considerar o sofrimento pelo qual as famílias passam ao ver os escombros das suas casas. Em uma de nossas pesquisas de campo em Ururá, uma criança nos parou e perguntou, quem éramos, e após alguns minutos de conversa, e de forma informal, desabafou: “Eles não limpam os destroços das casas, os restos ficam ali. Sabe tia.... é muito ruim ver os restos da sua casa ali, e você ver que não tem mais sua casa... e sim só os restos” A violência simbólica está bastante presente no processo de demolição das moradias como podemos perceber nos relatos acima. É necessário destacar nossa constatação de que duas famílias entrevistadas, após terem suas casas removidas, construíram outras formas de habitação perto dos escombros das suas antigas casas.

Figura 8: Escombros de casas demolidas, Cabeça da Ponte, 2013



Fonte: Acervo NESA (MALAGODI, 2013).

Figura 9: Restos dos escombros demolidos, Cabeça da Ponte, 2015



Fonte: Acervo Próprio (BARBOZA, 2015).

Já outras famílias foram desterritorializadas pelo Estado em função da recente urbanização da localidade (o Programa “Bairro Legal”). O “Bairro Legal” é um programa que consiste na instalação de infraestrutura nos bairros; saneamento, asfalto, iluminação pública (MENDES, 2015). Meu primeiro contato com o contexto empírico da pesquisa foi em fevereiro de 2015, acompanhando o Professor Marco Malagodi em sua pesquisa, a entrevista foi concedida pelo presidente da Associação de Moradores de Ururaí. De acordo com o mesmo as obras do programa não foram devidamente finalizadas. “eles dizem que o bairro é legal, é legal um bairro que não tem tratamento de esgoto e os caminhões precisam vir aqui retirar o esgoto que está a flor da superfície” (Presidente da Associação dos moradores, fevereiro 2015).

Em uma rodada de conversa no qual eu participei sobre: sistema de alerta participativo com moradores de Ururaí, coordenada pelo Professor Marco com apoio da Associação de Moradores da localidade, de maneira informal, as reclamações de alguns moradores presentes a respeito do programa Bairro Legal, era de que: não houve a conclusão da urbanização do projeto, a pavimentação estava incompleta e o problema maior é a falta de uma estação de tratamento de esgoto. “Bairro Legal, mas com muitas pendências” (Presidente da Associação dos moradores, fevereiro 2015).

O discurso do risco se materializa e desterritorializa em nome do “bem-estar da população” e das novas formas de reordenamento territorial. Na origem do discurso técnico há uma violência simbólica em disseminação, a partir da vocalização estigmatizante que emana de frações de um Estado perpassado pela intolerância das elites- somente aos mais desfavorecidos, que não estão devidamente representados nem tem meios de defesa, é conferida culpa sem chance de defesa e decidido por expulsão sumária (VALENCIO, 2012, p. 61).

Gera-se assim, uma discussão: em que medida o discurso e ações técnicas e políticas contemplam a participação ativa (representação e prática) e a situação vivida pelos moradores atingidos pelas enchentes? Em que medida há o interesse de fortalecimento de políticas públicas que promovam maior justiça ambiental como na conceituação de (ACSELRAD, 2002) no município?

Pelo discurso técnico as famílias são desterritorializadas visando à segurança e o bem-estar da população que está nas “áreas de risco” (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012a). Além da imagem estigmatizada sobre a população das “áreas de risco”, utiliza-se o crescente interesse

e jogos políticos para os deslocamentos compulsórios da população. A hipótese do crescente interesse e jogos políticos para os deslocamentos compulsórios da população da localidade da Ilha e Cabeça da Ponte é alimentada pela recente construção do Loteamento “Barra de Ururá” a jusante. Tal processo segundo a autora, tem repercussão positiva no mercado de terras, pois valoriza a propriedade privada que se encontra nas imediações da área tornada aprazível (VALENCIO, 2012). O loteamento tem sido construído com o discurso das “Áreas verdes”, ao transformar “áreas de risco” em áreas “ambientalmente aprazíveis”, dando assim “legalidade” para a construção do empreendimento no seu entorno. Tal conflituosidade, levanta novamente questionamentos já elucidados anteriormente: qual é a construção de fato do discurso do risco? Percebemos, assim, o grande interesse privado e jogos políticos utilizado pelas políticas públicas ao remover famílias, e localidades inteiras para construção de grandes empreendimentos a todo custo. Foi comum ouvir na aplicação dos questionários que participei do NESA aos moradores da Ilha, relatando a realidade das remoções compulsórias:

Eles querem nos remover por causa dessa construção aí... falam que estamos em “ área de risco” e agora vem com esse loteamento ae? (ENTREVISTADA 06, ILHA, 2015).

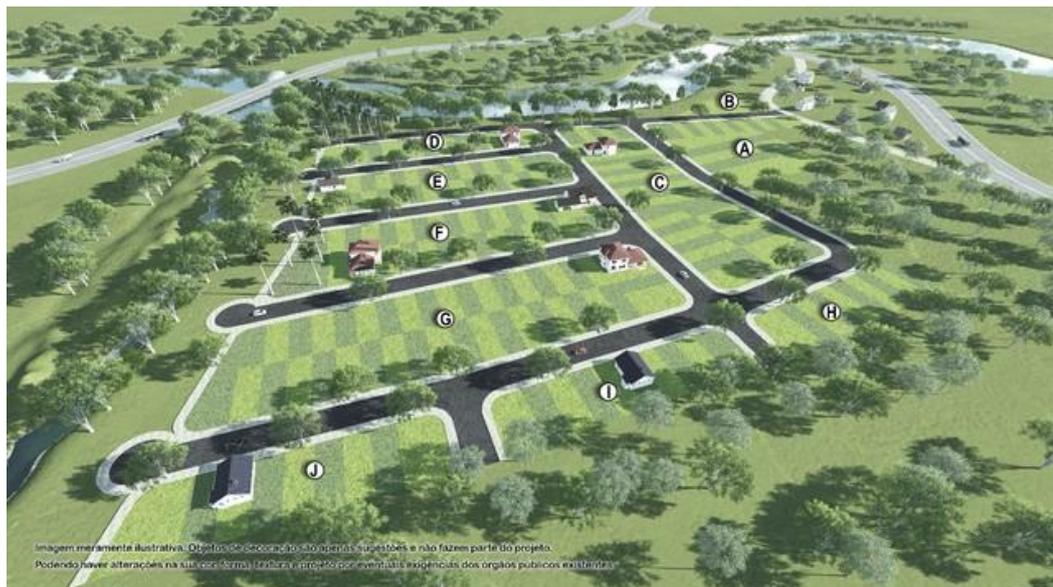
A gente sabe que tá em risco por causa do rio aqui atrás né... mas também sabemos que tirar a gente daqui... tem um propósito... e esse propósito é esse tal Barra de Ururá que tão construindo ae do lado, tão falando que vai ter tratamento de esgoto, urbanização e esse tal de ‘area verde’ ae... Agora ta bem claro que eles não tão nem ae pra gente... querem nos tirar daqui... do que é nosso... pra dar lugar.... pra esse loteamento nova ae... você ve pelo nome... Barra... querem dar o nosso lugar.... pra outros... Tamo aqui a mais de 50 anos... minha casa... vovô construiu aqui...depois passou pra papai... que passou pra mim.... (ENTREVISTADA 08, ILHA, 2015).

Figura 10: Folder do loteamento Barra de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ)



Fonte: Acervo Próprio (BARBOZA, 2015).

Figura 11: Imagem ilustrativa da “Área verde” do loteamento.



Fonte: rede busca imoveis ( 2015).

Segundo Malagodi e Siqueira (2012a), “abordagens tecnicistas dos desastres, ancoradas em cartografias de “áreas de risco” tendem a naturalizar ações políticas que prejudicam a territorialização de populações de mais baixa renda, realimentando processos de injustiça ambiental”<sup>1</sup>. Os processos de desterritorialização pelo Estado em função das políticas públicas de remoções acabam por produzir situações de injustiça ambiental, e vulnerabilizam as famílias afetadas pelas inundações em Ururaí, colocando as famílias como produtoras da sua própria vulnerabilização, atribuindo assim, aos sujeitos a responsabilidade pelas territorialidades em locais “precários” ou sujeitos a inundação.

Dito de outro modo, os desabrigados pelas inundações em Ururaí sofrem com a perda não só do seu “território-casa”, ou do seu chão, mas perde o local da cidade que lhe é cabível o qual, em geral, teve que ocupar para lhe servir de direito (MARCHEZINI, 2010). Isto é, as áreas ambientalmente favoráveis eram destinadas para o plantio da cana de açúcar da Usina Cupim (MALAGODI; SIQUEIRA 2013, p. 42) enquanto as áreas às margens dos cursos hídricos foram historicamente determinadas às famílias dos operários que trabalhavam na Usina (hoje já desativada); ou seja, pela falta de acesso à terra as famílias desfavorecidas ocuparam os locais que foram historicamente e desigualmente destinadas a elas. Assim, a formação do núcleo urbano da localidade estaria relacionada, historicamente, ao fornecimento de mão-de-obra para produção açucareira. (SIQUEIRA, et al., 2016).

Morar em locais “precários” ou de riscos é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres (SANTOS, 2014, p. 63). Assim, as “áreas de risco” refletem a desigualdade socioambiental engendrada por um sistema econômico (no caso de Ururaí, representado pela atividade e protagonismo da Usina), mas precisamos destacar que a Usina é vista pelos moradores como benfeitora do bairro. É preciso destacar que nas pesquisas do projeto NESA, no qual eu fazia parte do corpo de estudantes/bolsistas, predominou a caracterização de relações de identidade socioambiental referentes ao período de gestão da Usina, os depoentes (no qual eu participei em Ururaí, em apoio as pesquisas desenvolvida pelo Professor Marco de duas entrevistas com moradores que trabalharam desde do início da reinauguração do Engenho, com a chegada dos empresários franceses) (SIQUEIRA, et al., 2016), o sentimento desses depoentes é de apego pelas “boas” lembranças da Usina.

A perda da moradia automaticamente resulta na perda simbólica das famílias, afinal, segundo Valencio (2012. P. 68), a construção das identidades e as relações fundamentais com o outro, solidariedade e afetividade são protegidos pela moradia, concebida simbolicamente como uma “concha”, isto é, como um *locus* onde a intimidade é resguardada para a satisfação das necessidades básicas e práticas sociais. Trata-se, segundo a autora, de uma referencial

especialmente relevante na sociabilidade praticada com os demais membros da família e que foram desfeitas com os desastres.

O contexto dos desastres relacionados à água, é que no caso dos desabrigados de Ururaí, consideramos que, a (des)territorialização é um processo imbricado aos desastres, tendo por hipótese múltiplas proporções: imagem estigmatizada como desabrigado/desalojado (MARCHEZINI; SIENA, 2010), moradias afetadas pelas inundações, casas destruídas pela Defesa Civil devido a “área de risco”, remoção para abrigos temporários em Ururaí, remanejamento para o abrigos em bairros vizinhos/ centro, vivência do auxílio social; deslocamento para o conjunto habitacional “Morar Feliz” da Penha, Novo Joquei e Tapera, retorno para suas moradias; ou outras localidades da região).

Por isso, nosso próximo capítulo dedica-se à outra face oculta dos desastres, a luta pelo direito à cidade das famílias removidas.

## 5. A LUTA DOS REMOVIDOS PELO DIREITO À CIDADE

“A luta de classes continua, ela apenas mudou de forma”.  
(Lênin)

Os três primeiros capítulos objetiveram fornecer os aportes teóricos necessários para a integração do quarto capítulo, incorporando a dimensão empírica da pesquisa. O debate apresentado a seguir revela a face oculta dos desastres, nem sempre tratada pela mídia, ou muitas das vezes esquecida por ela, passado o dia do desastre, a luta dos removidos pelo direito à cidade.

A ênfase, está em analisar a luta das famílias em tentar reexistir em novos territórios, após o desastre de Ururaí; ou seja, pretendemos elucidar o debate relacionado à noção de *direito à cidade* aproximando-o do debate teórico sobre cidadania e direitos, sobretudo a partir de depoimentos que apresentam as histórias vividas pelos moradores deslocados para o conjunto habitacional “Morar Feliz” e pelos que retornaram para Ururaí.

### 5.1. Dinâmica de enfrentamento pós desastre: O destino dos desterritorializados, o “Morar Feliz” da Penha

Após o período de inundações, em dezembro de 2008, 156 famílias do bairro de Ururaí foram deslocadas para quatro conjuntos habitacionais: Penha, Novo Jóquei e Tapera I e Tapera II (SIQUEIRA et al., 2016). Em Campos dos Goytacazes o programa habitacional “Morar Feliz” é uma das medidas de enfrentamento pós desastre das políticas públicas municipais, e foi concebida como a principal solução para os problemas habitacionais, sendo divulgado por seus gestores como o maior programa habitacional do interior do Brasil. Campos dos Goytacazes foi certificada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “cidade resiliente”, o título é devido às políticas públicas utilizadas pelo município pós enchentes de 2008, ao reduzir de forma expressiva as “áreas de risco”, e levando segundo a reportagem, melhoria de qualidade de vida à população afetada

A peculiaridade aqui destacada na composição do público deste programa no município é a justificativa apresentada de se realocar as famílias que se encontram em “áreas de risco”, entre elas, as áreas sujeitas às inundações (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012).

O programa Habitacional “Morar Feliz” foi dividido em duas fases (:); a primeira fase/ 2010-2012, com a construção de 5.426 habitações; e a segunda fase/2013-2015 com a previsão de 4.574 habitações populares visando beneficiar aproximadamente 10 mil famílias (MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014). Com isso, o Programa foi implementado com o objetivo de atender prioritariamente aos moradores atingidos por inundações e residentes às margens de rodovias e ferrovias e aqueles que se encontravam no aluguel social<sup>24</sup> (MENDES, 2015).

É importante destacar que abordaremos aqui apenas as experiências vivenciadas pelas famílias removidas para o “Morar Feliz” da Penha. As famílias desterritorializadas pelas inundações em Ururá foram deslocadas primeiramente para o “Morar Feliz” da Penha. “Em dezembro de 2011, quarenta famílias do bairro ribeirinho da Ilha foram deslocadas para um conjunto habitacional localizado no bairro da Penha, distante cerca de 23km e desconhecido da grande maioria deles” (Declaração do Secretário de Defesa Civil, 2011 *apud* MALAGODI; SIQUEIRA, 2012, p.11). Segundo a assistente social que entrevistei, a Penha foi o primeiro conjunto do programa habitacional “Morar Feliz” a ficar pronto, e após cinco anos de entrega das casas para os moradores realocados ainda encontramos moradores residentes no local.

A Penha localiza-se à margem direita do Rio Paraíba do Sul, numa área considerada periférica da cidade de Campos dos Goytacazes, não apenas por estar longe geograficamente do centro comercial, de decisão política e do conjunto dos equipamentos sociais urbanos, mas por manter uma relação de dependência com ele (MENDES, 2015).

Outra questão importante a ser destacada segundo Mendes (2015), é que a dimensão das “áreas de risco” teve um peso significativo no planejamento e execução do programa “Morar Feliz”. Foi comum ouvir das depoentes que participaram do cadastro das famílias deslocadas para o conjunto habitacional, que a importância desse programa estava em retirar as famílias das “áreas de risco”, dando-lhes melhores condições de moradia.

O conjunto habitacional “Morar feliz” foi construído como medida de enfrentamento pós enchentes de 2008, a prioridade eram as famílias localizadas nas áreas de risco de Ururá. Ou seja, as famílias em caráter de

---

<sup>24</sup>O aluguel social é um programa de transferência temporária de renda a pessoas que tiveram que forma removidas das “áreas de risco” ou que tiveram suas casas condenadas pela defesa civil. O programa, da Diretoria de Políticas Habitacionais, da Secretaria da Família e Assistência Social, é totalmente custeado com recursos dos royalties do petróleo e prevê o pagamento de aluguel emergencial por um prazo de três meses, que pode ser prorrogado por igual período (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2010).

emergência. As famílias removidas foram as da localidade da Ilha e Cabeça da Ponte (ASSISTENTE SOCIAL, EMHAB, 2015).

Pautado no discurso do risco e da ocupação inapropriada em áreas impróprias para moradia, a solução mais imediata e rápida pelas políticas municipais, foi a remoção (idem, p. 129).

De acordo com Siena (2010), a política de remoção, instituída pelo poder público e destinada para as famílias que se encontram em “áreas de risco”, é tida como uma forma de prevenção e de preservação da integridade física dos ali residentes. Permite o uso político eleitoral na medida em que passa a imagem de um gestor preocupado com o bem-estar de sua população, além de permitir a construção de um reduto eleitoral por meio da troca de favores (casa-voto) (SIENA, 2010 *apud* MENDES, 2015, p. 129).

Figura 12: Famílias sendo realocadas no “Morar Feliz” da Penha



Fonte: Acervo Nesa, Folha da manhã (2011).

É possível perceber que o discurso oficial institucionalizado é pautado sobre o risco ambiental; percebemos essa dinâmica na seguinte fala:

O cadastro acontecia após a **defesa civil decidir qual casa estava em área de risco**, as casas eram sinalizadas com a sigla SIMFAS (Secretaria Municipal de Família e Assistência Social), para assim as assistentes sociais poderem fazer o cadastramento com as famílias (ASSISTENTE SOCIAL 02, EMHAB, 2015, grifo nosso).

Ora, concordando com Siqueira, Mendes e Filho (2016) não podemos desconsiderar na hipótese do nosso trabalho que muitos realocamentos das famílias que estão sujeitas aos processos de inundação recorrentes que o bairro enfrenta, são necessários, em função das considerações precárias a que as famílias foram historicamente vulnerabilizadas.

Compreendemos que as famílias com moradias em locais “impróprios” sofrem com os processos de inundações recorrentes na localidade.

## **5.2. O desafio das novas territorializações: O acesso à moradia**

Segundo Mendes, Gomes e Siqueira (2014), um programa habitacional deve contribuir para ampliar o acesso à moradia, como um direito; a própria moradia em si relaciona-se com um conjunto de direitos sociais determinados e garantidos pelo Estado ao assegurar, em tese, o seu acesso conforme previsto pela Constituição enquanto direito social fundamental e de necessidade básica. A Constituinte Federal de 1988 após um longo processo de luta elegeu como bandeira do Estado democrático de direito o acesso a direitos sociais, tais como “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (idem, p. 06). Segundo, os autores, o Artigo 182, que trata da política urbana estabelece que a “política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (idem, p. 06). Assim, a moradia está relacionada ao rol dos direitos sociais constitucionais fundamentais para a função social da cidade e da propriedade (MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014).

As pesquisas me levaram ao “Morar Feliz” da Penha, por ter sido o primeiro conjunto habitacional a receber os moradores removidos das localidades em Ururá que mais sofrem com os processos de inundações. E após cinco anos de entrega das casas para os moradores realocados na Penha, algumas questões começaram a nortear as minhas indagações: a) qual é o desafio das famílias em novos lugares; b) o acesso à moradia facilitava a nova vida? c) como é a adaptação em novos lugares após o “dia dos desastres” d) as famílias estão vivenciando o “pós desastre”? d) as famílias conseguem se adaptar após perderem suas casas, seus laços, sua identidade? Ou isso é um mero subjetivismo, irrelevante no contexto das políticas públicas. Confesso que tantos outros questionamentos surgiram após cada entrevista concedida pelos afetados que passaram pelas cheias de 2008, mas se alimentaram após as entrevistas concedidas pelas assistentes sociais que participaram do cadastro das famílias deslocadas para o “Morar Feliz”. Nessas entrevistas as depoentes informalmente, colocam que todas as famílias deslocadas para a Penha, retornaram para a vivência do aluguel social em Ururá. Foi o que despertou a minha busca pelos moradores que retornaram para Ururá a

partir do “Morar Feliz” da Penha. Antes, porém, retornei minha busca por moradores oriundos de Ururaí na Penha que numa primeira ida foi sem sucesso, colecionando apenas conversas informais com comerciantes locais sobre a história do conjunto habitacional, após busca de contatos a professora do NESA Juliana Mendes me indicou a moradora que a ajudou em suas pesquisas no bairro. Assim, minha rede de entrevista começava a ser construída no “Morar Feliz” da Penha, com a ajuda do “Fabinho”<sup>25</sup> morador do conjunto (que muito me ajudou ao andar comigo a maior parte do conjunto habitacional a pé e sob o sol campista) . Com sua ajuda consegui localizar sete famílias oriundas da localidade da Ilha ele já conhecia a pesquisa realizada pelo NESA, pois o mesmo é primo da moradora que contribuiu com a rede de entrevistados da professora Juliana Mendes do NESA.

Seguindo, para o caso de Ururaí que estamos aqui discutindo, é necessário ressaltar que somente a oferta de uma moradia em conjunto habitacional não resolve outros tantos problemas sociais e urbanos enfrentados por elas. Nesse processo, as políticas públicas de remoção não consideraram as relações sociais e pessoais das famílias. Muitos da nossa rede de entrevistados residiam em Ururaí desde que nasceram.

O acesso à terra e ao habitar, para essas famílias deslocadas de Ururaí, é vedado pelas políticas públicas municipais de remoção. Podemos verificar essa dinâmica na fala de uma moradora que foi removida para a Penha e depois retornou para Ururaí:

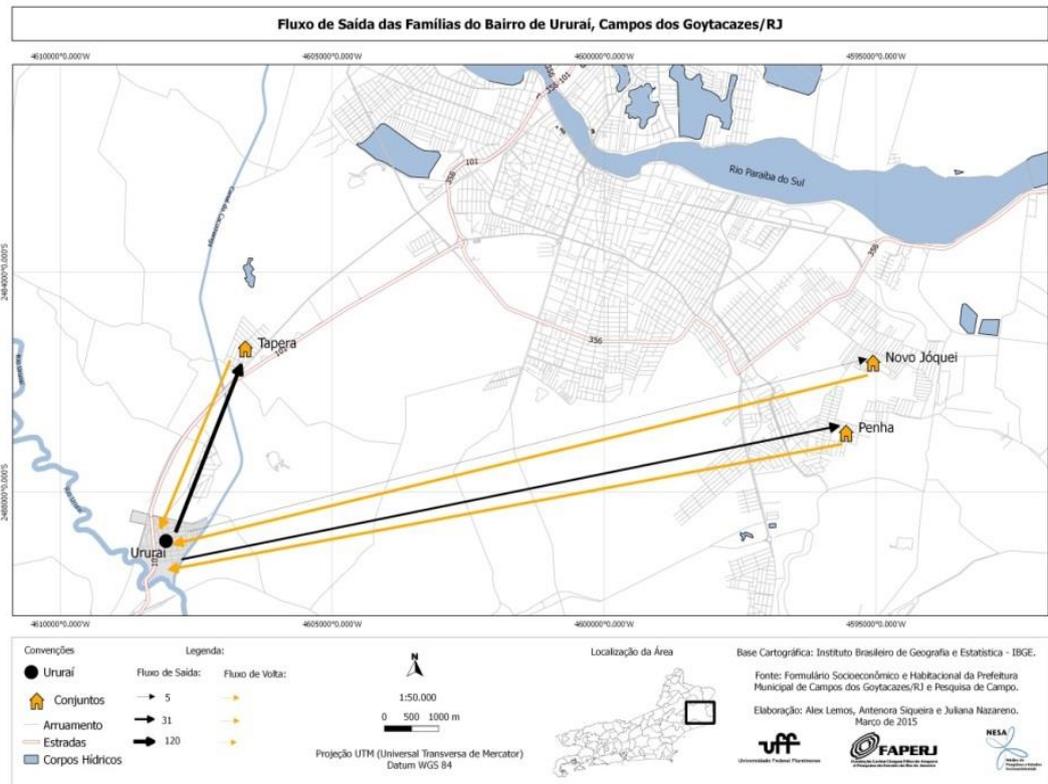
Quando nos removeram daqui eles não se preocuparam com a escola das crianças... nem com o local do nosso trabalho... as crianças aqui brincam na rua, lá não podia, era arriscado demais. A casa era boa, mas não precisamos só de casa, como vamos fazer nossas coisas? Como vamos pro trabalho... a distância lá era muito maior que aqui, ou seja, eles não pensaram de fato na gente... nos colocaram lá e pronto, nos dar casa, é essencial? É, mas nós precisamos de outras coisas pra poder continuar a vida depois da enchente que aconteceu, teve gente que perdeu tudo o que tinha, e já não tinha muito (ENTREVISTADA 03, 2015).

Percebe-se pelo mapa a seguir que as unidades dos conjuntos habitacionais “Morar Feliz” estão muito distantes de Ururaí, e também isolados da centralidade urbana (e do bairro de origem), dificultando o acesso e a mobilidade das famílias beneficiadas.

---

<sup>25</sup>Mesmo com o nome autorizado pelo morador, colocaremos um nome fictício em menção ao mesmo.

Figura 13: Fluxo de saída e retorno das famílias da localidade Ururaí em direção aos conjuntos habitacionais “Morar Feliz” em 2011



Fonte: Relatório FAPERJ (NESA,2015)

Um outro aspecto bastante importante a ser destacado nas entrevistas é que não existe o direito de escolha quanto às novas moradias. A principal reclamação das famílias entrevistadas deslocadas para o conjunto habitacional e que retornaram para Ururaí, é que segundo as famílias aqui entrevistadas, as mesmas não tiveram o direito de escolherem para qual conjunto habitacional iriam, qual casa iriam morar, ou quem seriam seus vizinhos, revela que os moradores não têm voz no planejamento e execução do programa: “Na penha não eram só as famílias de Ururaí morando, mas de várias localidades de Campos dos Goytacazes, como por exemplo moradores da Margem da Linha e, até mesmo moradores do próprio bairro da Penha” (ASSISTENTE SOCIAL 02, EMHAB, 2016).

O Governo municipal passa, então, a tomar decisões sobre a vida dos afetados pelas inundações sem ao menos perguntar a opinião deles. Foi comum ouvir dos depoentes

deslocadas para o “Morar Feliz” da Penha e das famílias que retornaram para Ururaí, a falta de escolha; é possível notar na fala de todos os moradores entrevistados o bloqueio ao direito de decidirem sobre suas próprias vidas, revelando-nos a negação dos direitos civis, políticos e sociais pelas políticas municipais.

Escolha? Aqui ninguém teve escolha nenhuma não dona. Nem isso a gente teve direito. (ENTREVISTADO 14, 2016).

(...) nem direito de decidir sobre nossas vidas nós temos, são eles quem decidem (ENTREVISTADA 06, 2015).

As famílias começaram a receber suas moradias no Conjunto Habitacional no ano de 2011 (MALAGODI; SIQUEIRA 2012). Aquelas que passaram a residir no “Morar Feliz” da Penha são originárias de diferentes pontos da cidade; o que para muitos entrevistados acaba dificultando a adaptação a novos territórios. As famílias originárias de Ururaí foram realocadas nas últimas ruas do “Morar Feliz” da Penha, estando às primeiras ruas (segundo conversa informal que tive com moradores e comerciantes da localidade na primeira vez que fui à campo no Bairro), destinadas a moradores do próprio Bairro da Penha, e as demais ruas para moradores oriundos de outros bairros. As primeiras ruas do conjunto ficam localizadas próxima a centralidade intra-urbano do bairro, já as últimas ruas do conjunto ficam as margens de terrenos baldios.

A seguir a entrevista de um morador que residia na localidade da Ilha que foi deslocado para o “Morar Feliz” e o outro relato da assistente social da EMHAB.

Aqui tem morador de tudo quanto é lugar, mas sabe o que é isso? é culpa das assistentes sociais, aonde já se viu, colocar num lugar longe, gente de tudo que é canto? Isso aí, é num se importar com a gente (ENTREVISTADO 16, 2017).

Um fato bastante comum entre os entrevistados é o uso da expressão “casinhas” ou “casa da Rosinha” (referência à prefeita municipal) ao falarem das casas do “Morar Feliz”. Outra das principais reclamações dos depoentes no processo de realocamento foi à falta de suporte por parte da Defesa Civil e da prefeitura. Foi relatada pelos moradores que entrevistei da localidade da Ilha e da Cabeça da Ponte, em Ururaí, que no dia da inundação, em dezembro de 2008, se não fosse a solidariedade dos vizinhos muitos não teriam conseguido retirar seus pertences a tempo de salvarem algo. Para uma moradora idosa da Ilha os vizinhos

são a única família que ela tem; se não fosse solidariedade da vizinhança a mesma não saberia o que seria dela.

No processo de cadastramento no programa e no realocamento das famílias para o “Morar Feliz” da Penha, a Defesa Civil passou na rua de uma depoente para fazer o cadastramento das famílias no programa habitacional, mas por este ter sido realizado durante a semana, a mesma estava em horário de trabalho e não pode ser cadastrada. Entrando em contato com a Defesa Civil para realizar seu cadastramento, diz a moradora que “alegaram que voltariam, porém nunca aconteceu”. A depoente afirma ainda que seus vizinhos foram cadastrados no programa habitacional para o qual foram deslocados após o período do abrigo temporário nas escolas do bairro. Verificamos então, através de entrevistas, dois casos atípicos, 1) ficar de fora do cadastro e 2) ter que pagar sua mudança). Esta mesma moradora foi subsidiada com o auxílio *aluguel social*, uma casa alugada pela prefeitura no Bairro Novo Jóquei para sua família, sua irmã e mais uma família se abrigarem para que pudessem desocupar a escola que estava servindo como abrigo temporário, no início de 2009. O valor do auxílio *aluguel social* era de R\$ 394,00 e este não era suficiente para pagar as demais despesas, referente a luz, água, os gastos com alimentação, mobilidade urbana, saúde, etc., diz a depoente. Segundo ela, foi preferível voltar para sua moradia em Ururáí, elencando os motivos: localização da moradia; no Novo Jóquei, a violência no bairro e arredores—entre facções criminosas, o alto índice de violência, a possibilidade de (re)criar suas vidas em novos lugares foi drasticamente reduzida.

A violência lá era muito grande... tinha gente de todo lado... era tudo misturado... Diversas famílias de outros bairros eram deslocadas para lá... sem mesmo perguntarem se nós queríamos ir pra lá, ou com quem queríamos morar... ou ser vizinhos, é um descaso imenso com a população que vem sem nada, pois perdeu o que tinha nas cheias. Nem direito de decidir sobre nossas vidas nós temos, são eles quem decidem. Não teve outro jeito a não ser voltar, como criar seus filhos com essa violência, essa criança já não gosta muito de estudar, e ainda morar num local aonde o crime é intenso, não dá, vamos acabar perdendo nossos filhos.

A casa da **Rosinha** no Jóquei é uma bomba pronta pra explodir mesmo, a guerra é constante, aqui [em Ururáí] nós vivemos em paz, lá [na Penha] é um inferno, não dá. Mesmo não sendo do crime... você fica marcado pelo bairro de onde veio... e acaba pagando por isso, tem gente que nem pode visitar as famílias na casa da Rosinha... só pelo telefone... eles não deixam. É capaz de você pagar por isso e perder a vida. (ENTREVISTADA 07, URURÁÍ 2015 – acréscimos nossos).

A figura a seguir mostra a “entrada” do conjunto habitacional na Penha, pichada com as iniciais da facção criminosa<sup>26</sup> do local. Uma forma de territorialização da facção na localidade

Figura 14: Placa na primeira rua do “Morar Feliz” da Penha



Fonte: Acervo próprio (BARBOZA, 2016).

A segunda situação atípica foi identificada através da entrevista com uma depoente na Penha, situação em que a família teve que providenciar a própria mudança para o “Morar feliz”, pois segundo a mesma, todos os vizinhos já haviam se mudado, supostamente, com o transporte pago pela prefeitura:

---

<sup>26</sup>Terceiro Comando Puro

Eu paguei o carro de mudança... já tinha mudado todo mundo... e aí viemos pra cá... fiquei sozinha lá... ae tive que pagar o carro... Juntei o dinheiro que era pros remédios de diabete e hipertensão e paguei o carro de mudança (ENTREVISTADA 13, “MORAR FELIZ” PENHA, 2017).

Segundo a entrevista com as assistentes sociais da EMHAB, o motivo das-famílias que estavam no “Morar Feliz” da Penha terem retornado para Ururáí no *aluguel social*, refere-se ao fato de que elas não se adaptaram ao bairro de destino (nas remoções)ou não conseguiram se desfazer os vínculos e elos afetivos estabelecidos em Ururáí.

As 33 famílias removidas para o “Morar Feliz” da Penha, retornaram para o aluguel social, pois não se adaptaram ao novo local (...) Dessas famílias... 33 voltaram, é 33... sendo colocadas novamente no aluguel social até que o conjunto habitacional de Ururáí fique pronto.

Pesquisadora: Existe algum prazo de permanência no aluguel social? E o novo “Morar Feliz” de Ururáí tem prazo para ficar pronto?

A:O tempo do aluguel social é de 3 a 6 meses no máximo, mas esse tempo já passou né, a gente espera que essas famílias não sejam retiradas do auxílio. Prazo pro “Morar Feliz” de Ururáí não tem, enquanto isso as famílias vão ficando no aluguel social. As famílias voltaram para Ururáí mesmo, mas para outras localidades, elas mesmas escolheram as casas e a prefeitura deposita o valor do aluguel social na conta do proprietário. Essas famílias que voltaram pra Ururáí, assinaram um documento renunciando a moradia no “ Morar Feliz”, pois muitos mesmo não morando lá, alugavam e até mesmo vendiam. Era mais para ter um controle sobre as moradias (ASSISTENTE SOCIAL 01, EMHAB, 2016).

No entanto, diferentemente do que foi apontado neste depoimento, encontramos sete famílias ainda residentes no “Morar Feliz”da Penha, descoberta que se deu–através do comércio local que identificou um morador e sua rua, e este, por sua vez, identificou os outros moradores “sobreviventes” ainda residentes no “Morar Feliz” da Penha, oriundos da localidade da Ilha, em Ururáí. E assim, montamos nossa rede de entrevistados na Penha.:

Eu gostei daqui... os vizinhos são bons... meu irmão veio pra cá também... mora ali na esquina da outra rua” (ENTREVISTADA 17, “MORAR FELIZ” PENHA, 2016).

Hoje, hoje aqui é 100 % melhor... quem faz o lugar samo a gente sabe... isso é escolha... muita gente se acha 10... quem veio pra cá... nascido e criado lá... eles ficam doído... muita gente abandonou e foi morar de aluguel social... Agora acabou né? Eu li no jornal que acabou... e ai vão fazer o que agora? Aqui era certo sabe... trocaram o certo pelo duvidoso... e agora acabou. Aqui é viver o dia-a-dia e

acabou... pra mim num tem o que falar... Hoje, aqui eu vivo super bem, ninguém perturba. Mas no início quando a gente veio pra cá... minha filha veio também... ela passou pelo abrigo com o marido... eu fui pra casa do meu patrão no Cepop... o cunhado da minha filha foi assassinado assim que mudou... Mas aí é aquilo né..tava em terra de outras pessoas... logo que fez a casinha era brabo... Mas hoje é tranquilo... minha casa fica aberta... ninguém entra.(ENTREVISTADO 16, “MORAR FELIZ” PENHA, 2016).

Tal constatação, desses relatos nos indicam que após cinco anos morando na Penha-essas famílias se adaptaram aos novos lugares, mesmo não tendo o direito de escolher as moradias e seus vizinhos, parecem ter se adaptado com os novos vizinhos e moradias.

Um ponto que merece destaque, são as características gerais da moradia;, muitas famílias entrevistadas têm de dois a três filhos, outras afirmaram que seus pertences não caberiam na nova moradia do “Morar Feliz”. Um morador alegou a dificuldade em morar na “casinha”, pois anteriormente residia em uma casa que a terra possibilitava a criação de porcos e galinhas, único sustento e renda da família. Já outro morador, diz que o antigo bairro a extensão da sua residência era o seu próprio comércio, único sustento e renda familiar. Santos (2014) afirma que a normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamento (SANTOS, 2014, p. 62). Ainda para o autor, na cabeça de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais de acordo com a sua classe. Isto é, o autor se pergunta se tais técnicos não foram os mesmos que desenharam os famosos quartos de empregada ao lado dos quartos amplos dos patrões. Tais fatos, relativos à “normalidade” da moradia dos pobres, são praticamente aceitos pela sociedade (Idem, p.62). As moradias entregues as famílias realocadas no “Morar Feliz” parecem não ter sido feitas para receber as famílias nessa composição familiar,

Em um dos meus campos a Ururaí, a construção do segundo andar de algumas casas em suas moradias me pareceu uma forma de enfretamento a novos acontecimentos na localidade, o que foi confirmado por depoentes de residências com essa nova estrutura, pois relataram que a construção do segundo andar era uma forma de se preparar a novas enchentes, pois teriam para onde levar seus pertences caso acontecesse outra cheia como a de 2008.

Figura 15: casas com o segundo andar em construção, Cabeça da Ponte



Fonte: Acervo próprio (BARBOZA, 2016).

Os relatos e os fatos acima nos indicaram importantes questões que merecem ser sinalizadas. A primeira questão provoca-nos a criar a hipótese de que a falta de escolha das famílias removidas teve grande relevância na má adaptação dos novos e novas moradores na Penha, pois o vizinho, para muitos, é elo familiar mais próximo. Sem a oportunidade de expressar suas opiniões as famílias não tiveram a oportunidade de escolher para qual conjunto habitacional iriam, qual casa iriam morar, ou quem seriam seus vizinhos, parece nos indicar provável falta de um espaço democrático durante tais acontecimentos. Uma segunda questão se refere à violência simbólica que algumas falas parecem indicar sobre o acontecimento das cheias de Ururáí. Em uma entrevista o relato do depoente nos chamou a atenção, por sua recusa em lembrar daquele momento: “Troço velho desse pra frente... eu sofri várias enchentes... não quero ficar tocando nesse assunto não... troço morto desse... deixa enterrado... tsc (MORADOR 14, “MORAR FELIZ” PENHA, 2016). Após oito anos do acontecimento, parece-nos que os eventos ainda estão bem presentes nas memórias e sentimentos dos depoentes

Uma terceira questão é que foi possível desde o início da construção da rede de entrevistados, perceber os elos familiar nas entrevistas; a primeira rede identifica da foi em 2015 acompanhando as pesquisas desenvolvidas pelo Professor Marco na localidade que nos parece ser “a classe média baixa” de Ururáí, pois em nenhuma entrevista foi encontrado nessa localidade famílias que passaram pela situação do abrigo, tal localidade fica ao lado esquerdo da BR 101, para quem vem no sentido Macaé-Campos. A rede foi se moldando pelos próprios entrevistados, os depoentes eram familiares que foram indicando um ao outro e relatando a importância dessa rede no dia do acontecimento em dezembro de 2008. A segunda rede eu pude identificar após colaborar com as aplicações dos questionários da pesquisa desenvolvida pelo NESA, que foi o ponta pé inicial para as nossas pesquisas teóricas, esse foi o início de fato da minha trajetória como estudante/pesquisadora em campo, como as aplicações dos questionários aconteceram nas duas localidades mais afetadas sempre que Ururáí recebe intensas chuvas (de acordo com os depoentes) a rede foi se moldando a partir dos questionários; pelos depoentes que passaram pela experiência do abrigo público; que foram inseridos no aluguel social, que tiveram as moradias demolidas pela localidade em “área de risco” e que construíram casas próximas resistindo as remoções arbitrários, os que foram deslocados para algum conjunto habitacional do “Morar Feliz”. A terceira rede encontrei com a ajuda de um morador da Penha, nossas buscas aconteceram a partir da indicação dos comerciantes locais do bairro; que foram nos indicando os moradores ainda residentes oriundos das cheias de Ururáí.

Outro destaque importante, em todas as entrevistas concedidas em Ururáí e no “Morar Feliz” da Penha foi possível perceber o protagonismo da mulher no contexto das inundações em Ururáí. Grande parte das entrevistas desenvolvidas para esta pesquisa foi realizada junto a depoentes do sexo feminino, mesmo contando em duas ocasiões (na Penha) com a presença de seus companheiros, a mulher era a que mais se comunicava. As depoentes das localidades em Ururáí, eram as responsáveis pela função “chefe da casa”, cuidavam da casa, da estrutura familiar, e eram as responsáveis pelas contas da residência, segundo as mesmas.

Quarta questão a ser destacada, é à hipótese da adaptação dos moradores em novos territórios e o desafio de (re)começar suas vidas em novos lugares. Ora, o território é o lugar no qual as famílias constroem suas vidas, seus laços afetivos, simbólicos com o lugar à qual pertencem. Tal questão será melhor aprofundada no fragmento adiante, em que discutiremos os laços simbólicos que os sujeitos estabelecem com a casa e o lugar, dando significado a ele.

### 5.3. Lugar vivido e percebido pelos removidos

Parece-nos que os afetados passaram por mudanças cotidianas após a experiência do “dia do desastre”; experiência da perda da moradia, experiência nos abrigos públicos; vivência no aluguel social e os múltiplos deslocamentos compulsórios que os afetados passam até serem deslocados para o “Morar Feliz”. O que nos indica que (re)apropriar-se de um novo território torna-se o grande desafio para as famílias desterritorializadas, revelando a possível sensação de perda da moradia enquanto referência de lugar vivido e o rompimento dos laços culturais e identitários construídos pelas famílias em Ururáí, dificultando a (re)construção de suas vidas em novos lugares.

As narrativas dos entrevistados para esta pesquisa nos indicaram importantes questões, grande parte das famílias depoentes que passaram pelas possíveis dinâmicas que as desterritorializações parecem nos indicar em Ururáí, moravam em Ururáí desde que nasceram. O processo de remoção que levou as famílias a lugares distantes gerou nelas perplexidade (das famílias no fato de terem sido “removidas” para lugares distantes): muitos não conheciam os bairros para os quais foram removidos, os elos construídos com o lugar de origem (Ururáí), com a vizinhança, parece-nos que não puderam ser refeitos. No entanto, esse processo de remoção não aconteceu sem a resistência de muitos moradores; muitas foram relutantes em abandonar suas casas, o seu lugar, por um novo lugar, mesmo com novas moradias, denunciando uma política de remoção arbitrária presente no contexto brasileiro dos desastres.

Ururáí é o nosso lugar, todo mundo se conhece, as crianças brincam na rua, meu pai comprou esse lugar, e moramos até hoje, já passamos muita coisa aqui, mesmo com a enchente, aqui é tranquilo (Entrevistada 06, 2015).

Esse é o meu lugar (Ururáí), conhecemos os vizinhos, moramos aqui há 50 anos, é tranquilo (Entrevistado 07, 2015)

Mesmo diante da realidade das cheias na localidade, ao serem questionados sobre as pretensões de saída do lugar, a maior parte dos entrevistados<sup>27</sup> no (157 pessoas,

---

<sup>27</sup>Resultado das aplicações dos questionários realizados pela equipe NESA, o item era referente à mudança de bairro. “Como a pergunta se referiu à mudança de bairro, aqueles que disseram que mudariam de casa, mas não

correspondendo a 67% que responderam o item no questionário) não expressaram a vontade de sair de Ururaí(SIQUEIRA et al., 2016).Enquanto alguns depoentes foram enfáticos ao dizer “só saio daqui quando morrer”; outros disseram que não querem sair, mas afirmaram que sairiam das suas moradias, porém não do bairro de Ururaí, alguns disseram que gostariam de sair, pois sabem que estão em uma área de enchentes, em situação habitacional precária, reconhecem a falta de infraestrutura, mas preferiam ir para dentro de Ururaí mesmo, porém para outra localidade (SIQUEIRA et al., 2016).

Parece-me que a percepção do lugar pelos moradores afetados pelos desastres revelam os laços simbólicos e culturais construídos com a casa e o lugar. As narrativas acima nos indicam importantes questões que precisam ser melhor estudadas e compreendidas.A meu veros laços culturais e indentitários das famílias com a casa e o lugar estão presentes nas relações sociais construídas e produzidas no território, produzindo assim a sensação de abrigo e lugar de sobrevivência para muitos moradores.

A moradia é como um retrato de nossas vidas construídas no cotidiano, o que nos remete a refletir sobre o lugar, é através do lugar que percebemos a casa como abrigo e sobrevivência, onde construímos todos os sentimentos, os medos, experiências de vida, memórias, ou seja, é no lugar que construímos nossos sentimentos, ou laços topofílicos como chamou Tuan (TUAN, 1983).

Os entrevistados nos questionários que eu apliquei a partir da pesquisa do NESA em Ururaí, me ajudaram a construir a rede de entrevistados utilizados nesse trabalho que haviam saído da localidade e retornado. Grande parte das famílias (180 depoentes<sup>28</sup>) das localidades da Ilha e Penha conhecem pessoas nessa situação de saída e retorno. Em relação aos motivos dos retornados, quase 80%<sup>29</sup> destes que conhecem os que retornaram indicaram os motivos como: violência, conflitos, adaptação, não conhecerem as pessoas, distancia, entre outros (SIQUEIRA et al., 2016). As cinco famílias que eu entrevistei relataram os seguintes motivos:

---

do bairro não foram considerados como apresentando a resposta “Não”. Entretanto, entre aqueles que disseram que possuem interesse em sair mesmo do bairro (71 entrevistados, 31,1% dos válidos), foi possível observar que a maior parte (25) não soube especificar para onde, já 12 entrevistados manifestaram que gostariam de ir para algum lugar próximo a Ururaí, 8 disseram que iriam para algum conjunto habitacional, 6 disseram que iriam para Tapera (bairro próximo que já possui conjunto habitacional), outros 6 ainda disseram que iriam para qualquer lugar que não tivesse enchente, alguns entrevistados citaram outros bairros que também possuem conjuntos habitacionais ou outras localidades” (SIQUEIRA et al., 2012).

<sup>28</sup>Resultado do questionário aplicado pela equipe NESA, FAPERJ (2016).

que não se adaptaram aos novos lugares, violência, conflitos entre facções, família em Ururáí (mãe). De acordo, com as assistentes sociais da EMHAB, os retornados da Penha foram inseridos novamente no “aluguel social”.

Nota-se que, nesse universo, considerando as famílias que retornaram para Ururáí, os conflitos, a violência e a falta de adaptação aos novos lugares, parece nos revelar o grande desafio das famílias que retornaram em (re)criar suas vidas em novos lugares. O fato da violência mencionado por uma depoente nos revela o medo da entrevistada: “A casa da Rosinha é uma bomba pronta pra explodir, a guerra é feita lá. Deixar de viver em paz aqui, pra viver no inferno lá não dá. Você não conhece ninguém lá, vai acabar perdendo a vida” (ENTREVISTADA 02, URURÁÍ, 2015).

No entanto, após cinco anos morando no “Morar Feliz” da Penha, depoentes do conjunto habitacional relatam que não voltariam para Ururáí, que hoje a penha é o lugar que eles vivem. “Hoje aqui é o meu lugar sabe... não escolhi... mas hoje vivo bem aqui... minha casa não era lá essas coisas... aqui pelo menos é direitinho... e hoje vivemos bem aqui... aqui é tranquilo... no começo era barra pesada... mas pra quem ficou... aqui hoje é tranquilo”. As famílias entrevistadas que ficaram na Penha, parece nos indicar que se adaptaram ao novo lugar, mesmo com os desafios das novas territorializações, resistiram no novo lugar, compreendemos que os moradores retornaram por diversos motivos, mas é preciso compreender que moradores que ainda residem no “Morar Feliz” da Penha, se adaptaram ao novo lugar, talvez não como os laços afetivos construído e enraizados em Ururáí e todas suas práticas sociais de normalidade, mas a penha para os moradores que continuaram parece indicar novo sentido de lugar para estes.

#### **5.4. A luta pelo direito à cidade: o despertar do movimento justiça ambiental**

Este item perpassa a compreensão das narrativas sobre a experiência vivenciada pelas famílias deslocadas para o conjunto habitacional pelas políticas públicas municipais pós-desastre adotadas pelo poder público municipal. A face oculta dos desastres nos revela as restrições dos direitos, a justiça, a cidadania, à cidade. Os processos de deslocamento compulsório e arbitrário vivido pelos removidos após o dia das inundações em Ururáí parecem revelar que o único direito dos afetados garantido pelo Estado seria o socorro emergencial, isto é, o abrigo até que as famílias voltem a normalidade de suas vidas cotidianas. Nos depoimentos que alimentaram esta pesquisa, mesmo quando o direito à

moradia é “reconhecido”, é vedada a participação dos moradores removidos na construção e execução do programa, são moradias localizadas espacialmente distantes, sem escolas ou creches. O direito dos removidos à cidade é um direito fundamental, no entanto, esse direito é vedado às famílias afetadas muito antes da materialidade do desastre se concretizar, o direito ao acesso a terra está incorporado às dinâmicas do capital; significa dizer que a moradia será produzida pela demanda imobiliária e onde está viabilizar, ou seja, o acesso ao *habitat* e ao *habitar* será garantido aos grupos que detêm meios de pagamento, aos grupos que não dispõem desses meios de pagamento restam às ocupações precárias em locais inapropriados para moradia (VALENCIO, 2010b). Mais do que isso, negar o direito ao *habitat* e ao *habitar* das famílias afetadas por desastre parece nos indicar que tais práticas negam o direito à cidade.

A expressão formulada por Lefebvre (2001), *o direito à cidade*, parece nos indicar na situação dos deslocamentos involuntários relacionados às cheias em Ururáí, que tal direito se firma como um apelo em favor da vida dos removidos que sofrem historicamente com os possíveis processos de vulnerabilização.

Portanto, concordando com o referencial partir do Lefebvre (2001) não deve e não pode ser concebido como um simples direito, mas sim como direito fundamental, se manifestando possivelmente como direito em todas as instâncias da vida humana, e não só ao *habitat* e ao *habitar*, mas o direito a justiça, o direito à cidadania, o direito a política, a democracia, ao ambiente.

Dialogando com Ana Fani (2007), a luta pela cidade é produto da constatação das contradições da realidade urbana desigual no contexto brasileiro, é nesse sentido que caminha a reflexão do “direito à cidade” como fio condutor. No entanto, para essa realização do direito à cidade, Lefebvre afirma em sua obra, que só a classe trabalhadora, é capaz da luta pelo seu direito à cidade.

Harvey (2010) em suas considerações sobre “o direito à cidade” elucida uma revisão bibliográfica nossa nos primeiros capítulos, ao sinalizar os efeitos perversos da distribuição desigual produzida pela lógica do capital. E faz considerações ao colocar que a luta pelo “direito à cidade” seria uma luta contra os processos de transformação das cidades contemporâneas construída segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas, alegando que a luta pela justiça social é contra o capitalismo. É nessa luta pela justiça social colocada por Harvey (2010), que o movimento justiça ambiental parece nos indicar o despertar pelo direito à cidade como *locus* do movimento, ao exprimir um movimento de ressignificação da questão ambiental, resultando de uma apropriação singular da temática do

meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a justiça social. A luta por justiça ambiental significa a “defesa dos direitos a ambientes favoráveis; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioespacial e a desigualdade socioambiental promovida pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos forte no mercado” (ACSELRAD, 2010, p. 114).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo inicial compreender a possível luta pelo direito à cidade das famílias em processo de vulnerabilização que foram deslocadas compulsoriamente sob políticas de remoção das “áreas de risco” com medidas arbitrárias e involuntárias praticadas pelo Estado como única dinâmica pós desastres das políticas públicas municipais. Mas compreendo que empiricamente o que houve foi uma aproximação mínima por alguns depoimentos sobre a caracterização de como foi o processo de cadastro e remoção; e alguns problemas enfrentados por algumas famílias na Penha, (direito de escolha, moradias distantes, possível dificuldade em recriar suas práticas sociais em novos territórios) mas sem aprofundar e esclarecer os processos com maior profundidade, sobre as dinâmicas de reterritorialização dos novos territórios, nos indicando a possibilidade de pesquisas.

Reafirmamos nossa preocupação revisada teoricamente no capítulo três; o desastre no contexto brasileiro vem sendo abordado ora com quadro técnico, ‘instrumental, outrora, como quadro físico, “naturalizado” e como “fatalidade” pelo poder público e defesa civil. A ambientalização do discurso do risco ameaça e desterritorializa a população mais pobre, por suas moradias em locais “precários” ou sujeitos a processos de inundações e deslizamento de encostas, colocando a responsabilidade das moradias em locais inapropriados sob os ombros das famílias vulnerabilizadas historicamente; e colocando de lado a discussão por trás das desigualdades criadas historicamente. Isto é, por trás de cada sujeito removido da “área de risco” existe um cidadão oculto das esferas decisórias municipais. Mais do que isso, a materialidade do desastre só coloca em evidencia “vulnerabilidades que um dia de sol escondeu”, ou seja, a concretude do desastre coloca em evidencia as desigualdades socioambientais criadas historicamente.

As situações vivenciadas pelas famílias removidas parecem nos indicar que o único direito assegurado pelo Estado é o socorro imediato, com os abrigos temporários. Mesmo quando o direito à moradia é reconhecido, a construção e execução do programa parece ter sido feita sem a participação da população afetada. Ao olharmos para as famílias que passaram pelas dimensões da desterritorialização em Ururá, percebemos a possível hipótese, que as famílias, em seu cotidiano, experimentam as complexas territorializações ao tentar (re)criar suas práticas sociais em novos lugares.

Precisamos salientar que as famílias que retornaram do “Morar Feliz” da Penha para outras localidades em Ururaí, foram novamente colocadas no *aluguel social* entre 2012 e 2013, o mesmo programa para o qual o Governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou cortes no final do ano de 2016; devido à “crise econômica” pelo qual, segundo o ex governador Luiz Fernando Pezão, o Estado estaria passando. Mostrando-nos contraditório o título recebido por Campos de “cidade resiliente” quando passado nove anos do dia dos desastres, as famílias afetadas ainda vivenciam as consequências dos desastres e das políticas públicas ineficientes em favor da vida dos removidos.

Tentamos metodologicamente problematizar ao longo do trabalho os elementos presentes nas dinâmicas de enfrentamento pós desastres; pelo discurso institucional das políticas públicas de remoções municipais e pelas dinâmicas de enfrentamento por parte das famílias removidas. A trajetória desta pesquisa foi alimentada grande parte pelas provocações que a revisão teoria me proporcionou e pelos trabalhos de campo; em contato com a realidade das famílias que passaram pelo desastre de 2008, podendo conhecer as histórias vividas por cada depoente.

As dificuldades foram surgindo ao longo da nossa trajetória na pesquisa, algo que inicialmente escapava das nossas “lentes”; as dificuldades em entrevistar os gestores envolvidos na execução e efetivação do programa habitacional “Morar Feliz”; as dificuldades empíricas em encontrar os moradores ainda residentes no bairro da Penha, foi se mostrando em alguns momentos metodologicamente insuficientes na aproximação com o campo teórico, mas de algum modo alimentava nossas indagações e problematizações colecionadas ao longo da revisão bibliográfica e o contexto empírico das inundações em Ururaí.

Assim, portanto, esperamos, ante mais nada ter contribuído de alguma forma campo geográfico no contexto dos desastres, que sejam úteis para os que estudam e que tenham interesse nos estudos geográficos dos desastres, alimentado a possibilidade de novas problematizações e indagações, mas para que não cometam alguns de nosso erros e possíveis falhas, mas, sobretudo, que sejam úteis para os removidos pelas inundações não só de Ururaí, mas aqueles e aquelas que passam pelas inúmeras remoções involuntárias nas cidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006.**

\_\_\_\_\_. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, n.13, 2002, Ouro Preto. **Anais do XIII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP**, Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em:<[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MA\\_ST5\\_Acselrad\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf)>. Acesso em: Março, 2015.

\_\_\_\_\_. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. **Revista em Pauta**, v. 11, n. 32, 2013, p. 115-129.

\_\_\_\_\_. Vulnerabilidade, processos e relações. In: FERREIRA, H. S.; Sivini, F.; J. R. M.; Larissa Verri BORATTI, L. V. (orgs.). **Estado de direito ambiental: tendências**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [2.<sup>a</sup> ed.], p. 95-103.

\_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n. 68, 2010, p. 103-119.

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: **Cartografias Sociais e Território**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J.A. (orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Fundação Ford, 2004.

ALEXANDRE, A. F. A dinâmica da sociedade de risco segundo Antony Giddens e Ulrich Beck. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 150-167, 2000. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/14312/13154>>. Acesso em: Outubro, 2016.

AVILA, M. R. R.; MATTEDI, M.A. As dimensões políticas da produção de desastres: O caso do território do Vale do Itajaí/sc. **Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo à modernidade**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed.34, 2010.

BENEDICT. R. **O crisântemo e a Espada**. Editora: Perspectiva, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Glossário de Defesa Civil Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Secretaria Especial de Políticas Regionais, Departamento de Defesa Civil. 2<sup>a</sup> Edição. Revista e Ampliada, 1998.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei número 7.972, de 31 de março de 2008 (**Plano Diretor**). 2011. Disponível em: < <http://www.campos.rj.gov.br/listaPlano.php>>. Acesso em: março 2015.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs). **Segurança Humana no contexto de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

CARMO, R. L. Urbanização e Desastre: Desafios para a Segurança Humana no Brasil. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs). **Segurança Humana no contexto de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

CASTRO, A. L. C. **Manual de planejamento em defesa civil**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 1999

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2008.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DEFESA CIVIL NACIONAL. **Reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública**. Disponível em: < [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=f8d7817c-fc50-4b0a-b643-b686ef26cd32&groupId=185960](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=f8d7817c-fc50-4b0a-b643-b686ef26cd32&groupId=185960)>. Acesso em: março de 2015.

DUTRA, A. S. Problematizando o conceito de risco. **O social em questão**, revista do departamento de Serviço Social, Ano 18, n 33, 2015, p. 177-192.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2001.

FOLADORI, G. Marxismo e meio ambiente. **Revista de ciências humanas**, v.25, p 81-89, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas, 2010.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n.1, 2003, p. 11-24. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>> Acesso em: outubro 2016.

\_\_\_\_\_. Territórios, in-segurança e risco em tempos de contenção territorial. In: POVOA NETO et al (org). A experiência migrante: entre deslocamentos.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª.Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 537-557.

\_\_\_\_\_. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. **Porto Alegre**, set. 2004. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: Março 2015.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. **Geografia: conceitos e temas**, v. 2, 1995, p. 165-205.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ**, n. 5, 2007, p. 7-19.

HARVEY, D. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2010.

HERCULANO, S. O clamor da justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Ambiente**, v.3 n.1, 2006, p. 1- 20.

JIGYASU, R. Disaster: a “reality” or construct”? perspective from the “east”. In: PERRY, R.; QUARANTELLI, E. L (Orgs.). **What is a Disaster? New Answers to Old Questions**. Lexington: Xlibris, 2005. p. 49-59.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro. 2001.

LIMA, G. F. da C. **Educação Ambiental no Brasil** – formação, identidades e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2011.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **Geographia**, ano I, v. I, pp. 71-92. Niterói, 1999.

MALAGODI, M.A.S. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 1, 2012.

MALAGODI, M.A.S.; SIQUEIRA, A.M.M. Inundações e ação social em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro, Brasil). Trabalho apresentado no **VII Congresso Português de Sociologia**, na Cidade do Porto/Portugal, de 19 a 22 de junho de 2012a.

MALAGODI, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. Enchentes, vulnerabilidade e remoções em Campos dos Goytacazes. **Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS**. Belém, 2012b.

MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. Vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira População**, Rio de Janeiro, v.26, n.2, 2009, p. 161-181.

MARCHEZINI, V. **Desafios de gestão de abrigos temporários**: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas. São Carlos: UFSCar, 2010

\_\_\_\_\_. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil** – Vol. I. São Carlos: Rima Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Campo dos desabrigados** – A continuidade do desastre. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes. **Revista Intersecções**, v.16, n. 1, 2014, p. 174-196.

MARSHAL, C. **Destruction of Pompeii by mount Vesuvius (79 DC)**. Disponível em: <<http://www.openculture.com/2016/02/watch-the-destruction-of-pompeii-by-mount-vesuvius-re-created-with-computer-animation-79-ad.html>> Acesso em: Fevereiro, 2016.

MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano IV, n. 9, 2. Semestre de 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16877.pdf>>. Acesso em julho. 2015.

MENDES, J. T. N. **O habitar: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro Penha, Campos dos Goytacazes – RJ**. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2015.

Mendes, J. T. N.; Gomes, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. A. Políticas Públicas, Moradia Popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma Análise Acerca da Favela Margem da Linha. **Libertas**, v. 14, n. 1, 2014.

NORMAS, A. B. N. T. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR–(Normas Brasileiras de Rodagem)**.

PERRY, R.; QUARANTELLI, E. L (Orgs.). **What is a Disaster? New Answers to Old Questions**. Lexington: Xlibris, 2005.

QUARANTELLI, E.L. **What is a Disaster? Perspective on the question**. London and New York: Routledge, 1998.

QUARANTELLI, E. L. A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation. In: PERRY, R. & QUARANTELLI, E. L (Orgs.). **What is a Disaster? New AnswerstoOldQuestions**. Lexington: Xlibris, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: (EDUSP), 2014.

SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Concepções de geografia, espaço e território. **Revista GEO UERJ**, Ano 10, v.2, n.18, 2008, p. 24-42. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em: Março de 2015.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I.C. de M.; GUIMARÃES, L.B. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2007.

SIQUEIRA, A. M. M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In: SIQUEIRA, A. M. M. et.al. **Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos**. São Carlos: RiMa Editora, 2015. p. 57-77.

SIQUEIRA, A. M. M. et al. **Relatório do Projeto Cartografia socioambiental e mapeamento de áreas sujeitas à inundações no Norte Fluminense/RJ**. Campos dos Goytacazes. NESA/UFF. 2015.

SIQUEIRA, A. M. M.; MENDES, J. N.; FILHO, A. J. L. Desastres ambientais e conflitos sócio-espaciais no Brasil. **Revista do programa de Pós-Graduação em Geografia e do departamento de geografia da Ufes**. n. 22, 2016, p. 109-121.

SIQUEIRA, A. M. M.; MALAGODI, M. A. S. Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes/RJ: o caso de Ururaí. In: LEITE, Adriana; GOMES, Marcos Silvestre. (Orgs.). **Dinâmica ambiental e produção do espaço urbano e regional no Norte Fluminense**. 1.ed. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia, 2013, v. 2, p. 35-66.

SIENA, M. A política de assistência social em contexto de desastres relacionados às chuvas: um estudo sobre o município de Ribeirão Preto/SP. In: VALENCIO, N. (Org). **Sociologia dos Desastres - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil- Vol. III**. São Carlos: RiMa Editora, 2013.

SIENA, M. Política de remoção: “Fazer viver e deixar morrer”. In: VALENCIO, N. (Org). **Sociologia dos Desastres - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil- Vol. II**. São Carlos: RiMa Editora, 2010.

SPOSITO, M. E. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In.: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Porto Alegre, RS, 2007.

DE OLIVEIRA, M. G.; QUINTANEIRO, T. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, Maria. L. O; DE OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Editora UFMG, 1995.

TAVARES, E. et al. Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com as inundações em Campos dos Goytacazes. **XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, VII Congresso da Associação Latinoamericana de População**. Foz do Iguaçu/PR – Brasil, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Difel, 1983.

VALENCIO, N et al. Caracterização da vulnerabilidade dos assentamentos humanos perante os perigos hidrometeorológicos: um estudo de caso no município de São Carlos/SP. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2**. ANPPAS, 2004. p. 1-25.

VALENCIO, N. (org.). **Sociologia dos Desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. II**. São Carlos: RiMa Editora, 2010a.

\_\_\_\_\_. (2009). Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. I**. São Carlos: RiMa Editora, p. 34-47.

\_\_\_\_\_. **Para além do dia do desastre: o caso brasileiro**. Curitiba: Appris, 2012.

\_\_\_\_\_. Desastre no Brasil: uma abordagem dos desafios sócio-culturais e político-institucionais para Defesa Civil. In: POVINNELLI, J. Água e sustentabilidade. Palestra proferida em 07 de outubro. São Carlos: Simpósio da Graduação em Engenharia Ambiental da EESC-USP, 2004.

\_\_\_\_\_.SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres** - Construção, interfaces e perspectivas no Brasil – Vol. I. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

\_\_\_\_\_.Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: O contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.19, n.4, 2010.

VARGAS, M. A. R. A construção social da moradia de risco. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v8, n 1, 2006, p. 59-78.

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a justiça. **Revista Brasileira de ciências criminais**, ano 11, n. 44, 2003. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2016.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio nobel, 1998.